

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - CEP 77.001-036 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br/>
Anexo I do Tribunal

Edital nº 244 / 2026
PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/SEDCC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026 - UASG 925814**COMPRASGOV N.º 90018/2026**

OBJETO	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS, DOS EQUIPAMENTOS E DAS INSTALAÇÕES, QUE COMPREENDERÁ OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA, REFRIGERAÇÃO, SONORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO EM GERAL, PARA ATENDER A SEDE, ANEXOS E COMARCAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS		
SRP? NÃO	VALOR ESTIMADO MENSAL: R\$ 283.377,57 (Duzentos e oitenta e três mil, trezentos e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos) VALOR ESTIMADO ANUAL: R\$ 3.400.530,84 (Três milhões, quatrocentos mil, quinhentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos) VALOR ESTIMADO TOTAL (60meses): R\$ 17.002.654,20 (Dezessete milhões, dois mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos)		
DATA DA ABERTURA DO CERTAME: 18/05/2026, às 13:30 horas Site Eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br		Pregoeiro: Marcos Vinicius de Souza Moreira	
Vistoria? (X) SIM () NÃO Vide Item 3.1 do TR	Amostra/Protótipo? () SIM (X) NÃO	Atestado de Capacidade Técnica: (x) SIM () NÃO Vide Item 3.2 do TR	
AMPLA CONCORRÊNCIA			

Pedido de Esclarecimento e Impugnações: Até dia 13/05/2026 Endereço eletrônico: cpl@tjto.jus.br	Pregoeiro, Agente de Contratação e Equipe de Apoio: Comissão de Licitação - COLIC (Anexo I do TJTO), Ed. Amaro Empresarial, Quadra 103 Norte, Rua NO-11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036, Telefone: (63) 3142-1442 e e-mail: cpl@tjto.jus.br .
Telefone em caso de dúvidas ou problemas técnicos relacionados à utilização do Portal de Compras do Governo Federal: 0800-978-9001.	
<p style="text-align: center;">ATENÇÃO</p> <p>A Administração Pública ficará obrigada a autuar processo administrativo para apuração de falta e aplicação de sanções contra todas as empresas que pratiquem os atos tipificados nos artigos n.º 155 e 156 da Lei 14.133/2021.</p> <p>Alerta-se para que a licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos, devendo formular sua proposta/lance firme e seguro possibilitando seu cumprimento.</p> <p>A prática injustificada de atos tipificados no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 tais como não manter a proposta e/ou deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante às sanções, apuradas em regular processo administrativo.</p> <p>Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).</p> <p>Acompanhe as sessões públicas realizados por esta Corte de Justiça pelo endereço https://www.gov.br/compras/pt-br/, selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG "925814". O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasgov ou baixados através do sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins pelo link: https://www.tjto.jus.br/informacoes/licitacoes</p>	

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 25.0.000016555-0

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, UASG 925814, doravante denominado TJ/TO, torna público aos interessados, através da Divisão de Contatos e Convênios/Serviço de Elaboração de Editais, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO n.º 4, de 31 de janeiro de 2023, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO n.º 6, de 31 de janeiro de 2023, Resolução do CNJ n.º 229, de 22 de junho e 2016, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73, de 30 de setembro de 2022, e, tendo em vista o que consta do Processo n.º 25.0.000016555-0, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL, para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS, DOS EQUIPAMENTOS E DAS INSTALAÇÕES, QUE COMPREENDERÁ OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA, REFRIGERAÇÃO, SONORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO EM GERAL, PARA ATENDER A SEDE, ANEXOS E COMARCAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br, pelo **pregoeiro Marcos Vinícius de Souza Moreira**, designado, na qualidade de Agente de Contratação, pela **Portaria n.º 769, de fevereiro de 2025.**

DATA: 18 de maio de 2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF: 13:30 hs

SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS, DOS EQUIPAMENTOS E DAS INSTALAÇÕES, QUE COMPREENDERÁ OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA, REFRIGERAÇÃO, SONORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO EM GERAL, PARA ATENDER A SEDE, ANEXOS E COMARCAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS pelo período de 5 (cinco) anos, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

1.2 -A licitação será realizada em único grupo composto por 6 (seis) itens, conforme subitem 1.2.1 do Termo de Referência (Anexo I).

1.2.1 - A licitante deverá apresentar propostas para todos os itens que compõem o grupo.

1.3 - O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações dos serviços.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados, desde que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pelo Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao responsável pelo provimento do sistema, junto ao qual também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJ/TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.2.1 – tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.2 – estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado do Tocantins, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.3 – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o TJ/TO, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.2.4 – estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.2.5 – pessoas físicas ou jurídicas que incidam na hipótese de impedimento prevista no inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, observando-se, em especial, o inciso VI do art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Conselho Nacional de Justiça;

2.2.6 - das quais participe, na condição de gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor integrante do Quadro de Pessoal do TJ/TO;

2.2.7 - se encontrem em processo de dissolução ou liquidação;

2.2.8 - constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.2.9. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

2.2.10. Sociedades cooperativas, em se tratando de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, cujas características se encontram bem delineadas no artigo 6º, XVI, da Lei nº 14.133/2021 e nos quais se evidencia, por força da Súmula-TST nº 331 e agora do artigo 121, §2º, da Lei nº 14.133/2021, a responsabilidade subsidiária do ente público contratante por encargos trabalhistas não adimplidos pela Contratada, caso evidenciada a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações da Contratada. Esse entendimento está alinhando com o Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU(<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/comunicados/no-04-2023-participacao-de-sociedades-cooperativas-nas-licitacoes-para-contratacao-de-servicos-continuados-com-dedicacao-exclusiva-de-mao-de-obra>).

2.3 – A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.3.1 – SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), disponível no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

2.3.2 – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.3.3 – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

2.3.4 – Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

2.3.5 – Tabela atualizada dos servidores ativos do TJ/TO disponível do Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, a fim de, a partir da composição societária das empresas, constatar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.4 – Considerando a sistemática da plataforma Compras.gov.br acerca do sigilo da autoria das propostas, o Pregoeiro realizará a consulta de que trata o item 2.3 somente após a conclusão da fase de lances, momento no qual será revelada a identidade dos participantes do certame eletrônico.

2.5 – Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 - As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.7 – Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do **item 2.6 do Anexo I do Edital (Termo de Referência)**.

2.8 - Os documentos apresentados nesta licitação deverão conter os números de CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto e que poderão emitir, em decorrência, ao longo da vigência do contrato, as notas fiscais que serão apresentadas a pagamento.

CAPÍTULO III – DA VISTORIA

3.1 – A vistoria é facultada ao licitante interessado em participar deste certame, contudo caso pretenda realizar a vistoria o licitante deverá, mediante prévio agendamento junto à Diretoria de Infraestrutura e Obras do TJ/TO, realizar vistoria técnica, **até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura do certame**, na Sede, Anexos e Comarcas e demais Unidades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins do Estado do Tocantins com o objetivo de conhecer as condições de prestação dos trabalhos a serem executados e efetuar levantamento das condições de prestação dos trabalhos a serem realizados.

3.1.1 – A vistoria deverá ser agendada de segunda-feira a sexta-feira, nos horários de 12 hs às 18 hs, com a Diretoria de Infraestrutura e Obras do TJ/TO, pelo telefone (063) 3142-2702/ 3142-1745.

3.1.2 – Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

3.1.3 – A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.

3.1.3.1 – Caso o vistoriador não atenda aos requisitos do item 3.1.3, não será executada a vistoria.

3.2 – Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria (Anexo III) do Termo de Referência, emitido pela Diretoria de Diretoria de Tecnologia da Informação.

3.3 – Caso a interessada opte por não realizar vistoria prévia, firmará Declaração de Dispensa de Vistoria (Anexo III) do Termo de Referência, assinada pelo responsável técnico da licitante, na qual atestará o conhecimento pleno do local e das condições e peculiaridades da contratação, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

3.4 - O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentado(a) junto com a documentação de habilitação, de modo que a não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

3.5 – As demais disposições estabelecidas no item 3.1 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

3.6 - Considerando a possibilidade de realização da vistoria prévia pelas empresas licitantes, estas não poderão posteriormente alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades eventualmente

existentes nos locais de prestação dos serviços como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou formularem pretensões de acréscimo de preços em decorrência da execução do objeto deste certame.

CAPÍTULO IV – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1 – A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço total de cada item que compõe o grupo pelo período de 60 (sessenta) meses**, observados o quantitativo de postos de serviços e o fornecimento de materiais e equipamentos a serem contratados, conforme especificações constantes dos anexos deste edital.

4.2.1 – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.3 – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.4 – O campo ‘Descrição do Objeto’ será destinado, a critério da licitante, às informações complementares da proposta, observando-se prazos e condições de execução do objeto definidos no presente ato convocatório.

4.4.1 - A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

4.4.2 - O pregoeiro somente terá conhecimento das informações cadastradas nas propostas após a conclusão da fase de lances, momento no qual será revelada às propostas e à identidade dos participantes do certame eletrônico.

4.5 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

4.5.1 - Para a efetivação do cadastro da proposta, a licitante deverá observar os campos do sistema eletrônico relativos às declarações de atendimento aos requisitos de habilitação e de conformidade da proposta com as exigências do edital.

4.6 – A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

4.6.1 – A licitante que se enquadre na definição de empresa de pequeno porte, não poderá usufruir dessa condição nos termos do inciso I, §1º do art. 4º da Lei 14.133/2021, caso o valor anual da contratação somados a outras extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de empresa de pequeno porte, não devendo declarar sua condição em campo próprio do sistema.

4.7 – Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta e/ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.8 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.9 – As propostas terão **validade de 90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.9.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.10 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

- 5.3** – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.
- 5.4** – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 5.5** – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 5.6** – O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.
- 5.7** – O Pregoeiro desclassificará a proposta que identifique o licitante.
- 5.7.1** - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.7.2** - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.8** - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

CAPÍTULO VI – DO INÍCIO DA DISPUTA, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

- 6.1** - A fase de lances deste Pregão será processada pelo **modo de disputa “aberto”**, conforme procedimento estabelecido no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.
- 6.2** - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.3** - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.3.1** - Caso não haja lances nos últimos 2 minutos de duração da etapa descrita no item 6.3, ela será encerrada automaticamente.
- 6.4** - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.5** - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.6** - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.7** - A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 6.8.
- 6.8** - Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:
- 6.8.1** – proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;
- 6.8.2** - proposta com preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis;
- 6.9** – Serão considerados preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.
- 6.10** – Mediante decisão fundamentada registrada no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.8.
- 6.11** – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.11.1 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 6.3 deste Edital.

6.12 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.12.1 – Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o **intervalo mínimo de 0,10% (um décimo por cento)**.

6.13 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.14 – Havendo empate entre as ofertas, nos itens de ampla concorrência, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.14.1 - Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

6.14.2 - Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

6.15 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.15.1 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.16 – Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.16.1 – A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.17 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.18 - Se ocorrer à desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.19 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021, desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema.

6.21.1 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.2 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

6.21.3 - Nos termos do art. 8º da IN TJTO n.º 15/2024, o qual regulamenta o inciso III do art. 60 da Lei 14.133/2021, serão consideradas ações de equidades o desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho, nesta ordem:

I - medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

II - ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

III - igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

IV - práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

V - programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

VI - ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

6.22 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

6.22.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.22.2 - O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.22.3 - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

6.23 – Finalizada a negociação, o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado**, acompanhada, se for o caso, dos **documentos complementares relacionados nos subitens do item 9.1.3 deste edital**, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.1 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 6.23.

6.24 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 - Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1 - A obtenção de benefícios a que se refere este capítulo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.1.2 - O licitante deverá declarar, em campo próprio no sistema eletrônico, sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006

7.1.3 - Não se aplicará ao presente certame às disposições constantes dos arts. 42 a 49 da LC n.º 123/2006, quando o valor da receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, for superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões oitocentos mil reais), nos termos do § 1º, inciso I do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.

7.2 - Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3 – Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.1 – Encerrada a fase de lances, caso a melhor proposta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

b) não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.3.2 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7.4 – Caso constatado o extrapolamento do limite de enquadramento da ME/EPP, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

7.4.1 - Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

CAPÍTULO IX – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1 – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1 – O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas, a contar da convocação pelo sistema**, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.1.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.3 – **A proposta deve conter as especificações dos serviços de forma clara e objetiva, em conformidade com o ato convocatório e seus anexos, descrevendo detalhadamente os serviços e demais elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as informações prestadas, em conformidade com o Anexo V do Termo de Referência (Anexo I do Edital).**

9.1.3.1 - Deverá a licitante anexar a planilha de custo e formação de preços junto à sua proposta, observando as instruções e orientações contidas no modelo e nas planilhas fornecidas junto ao Anexo V do Termo de Referência (Anexo I do Edital), bem como as demais orientações de preenchimento deste ato convocatório e seus anexos;

9.1.3.2 - Os salários deverão obedecer ao estabelecido para cada categoria, tendo como valor mínimo o ajustado na **Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio, Conservação Ambiental e Pública do Estado do Tocantins – SINTECAP e do Sindicato das empresas de asseio, conservação, limpeza urbana e terceirização de mão de obra do Estado do Tocantins - SEAC-TO, 2026/2027**, a qual encontra-se registrada no MTE sob o nº TO000012/2026.

9.1.3.2.1 - O Tribunal de Contas da União deliberou que devem considerar o enquadramento sindical pela atividade econômica preponderante do empregador (Acórdão nº 2601/2020-Plenário).

9.1.3.2.2 - Não serão aceitas propostas que contenham valores de salários inferiores aos estabelecidos em convenção coletiva de trabalho ou outra norma coletiva aplicável, vigente na data da abertura da sessão pública.

9.1.3.3 - **A licitante deverá preencher a planilha de acordo com os percentuais estabelecidos na Planilha de Custo e Formação de Preços (Anexo V) e, caso informe percentual diferente, deverá justificar de forma a demonstrar sua composição e legalidade.**

9.1.3.3.1 - **A memória de cálculo detalhada que contenha a metodologia e fórmulas adotadas pela licitante para obtenção dos valores propostos para os encargos, insumos e demais componentes da planilha de composição de custos e formação de preços dos postos de serviço envolvidos na contratação, deverá ser apresentada, preferencialmente, junto com a proposta de preços. Todavia, caso a licitante não a apresente e o Pregoeiro vislumbre a necessidade de sua análise, este poderá solicitá-la.**

9.1.3.3.2 - Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada **sem a necessidade de majoração do preço ofertado**, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

9.1.3.3.3 - **Nos casos em que forem detectados erros e/ou inconsistências nas planilhas apresentadas, durante a análise da aceitação da proposta, poderão ser corrigidas, mediante solicitação do Pregoeiro, os ajustes nessas planilhas, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não ocorra a inclusão de novos itens na planilha e não haja majoração do preço proposto.**

9.1.3.3.4 - A inclusão de itens não previstos na primeira planilha enviada ou a majoração do preço proposto inicialmente em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente) acarretará a desclassificação da proposta.

9.1.3.4 - **Para elaboração de sua proposta as licitantes deverão observar as quantidades de postos de serviços por categoria profissional descritas no item 1.2.1 do Termo de Referência, cujas informações deverão ser consideradas para a elaboração da proposta de preço e nas futuras e eventuais repactuações que se fizerem necessárias.**

9.1.3.5 - O Poder Judiciário do Estado do Tocantins não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

9.1.3.6 - A licitante deverá preencher e apresentar a planilha de custos e formação de preços levando em consideração a alíquota do imposto municipal (ISS) incidente no local da prestação dos serviços.

9.1.3.7 - As empresas enquadradas no regime tributário do SIMPLES NACIONAL, quando da apresentação da proposta/execução do contrato, deverão formular sua proposta considerando eventual desenquadramento do regime tributário, o qual **NÃO** ensejará posterior concessão de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo.

9.1.3.8 – Nos modelos relacionados no **Anexo V do Termo de Referência (Anexo I do Edital)**, serão indicados percentuais admitidos por lei ou fixados pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e/ou decisões dos Tribunais de Contas, os quais deverão ser observados. Os demais percentuais deverão ser informados pela licitante.

9.1.3.9 - Deverão ser apresentadas junto à Proposta as seguintes declarações:

a) DECLARAÇÃO DA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME/EPP de que no ano-calendário da licitação ainda não assinou contratos com a Administração Pública que somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, se for o caso, nos termos do §2º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.

b) DECLARAÇÃO que se vencedora do certame, reservará vagas para as mulheres integrantes do grupo de vulneráveis, conforme disposto no § 3º, art. 4º da IN TJTO n.º 15/2024, nos termos do capítulo 23 neste Edital.

9.1.4 – A proposta ainda deverá conter:

a) número do Pregão Eletrônico, identificação social, número do CNPJ responsável pela execução dos serviços, assinatura do representante legal da proponente, **número de telefone, endereço, dados bancários, e indicação de endereço eletrônico (e-mail);**

b) indicação do responsável pela assinatura do contrato, se for o caso, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular, com poderes para assinatura do instrumento contratual, em nome da proponente;

c) indicação de preço em real, com indicação do valor mensal, anual e total de cada item que compõem o grupo pelo período de 5 (cinco) anos, bem como o valor total da proposta, em algarismos e por extenso, calculados com duas casas decimais;

9.1.5 - Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.1.6 - Para fins de análise técnica do objeto ofertado na proposta e sua conformidade às especificações do instrumento convocatório, será colhida manifestação do setor demandante da contratação ou da área técnica especializada no objeto.

9.1.7 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o disposto no instrumento convocatório, assumindo a licitante o compromisso pela adequada execução dos serviços.

9.1.8 - Os preços de referência estabelecidos pela Administração no Mapa de Preços devem ser observados pelo licitante, pois serão considerados os preços máximos a serem contratados pelo item e/ou grupo de itens, se for o caso.

9.1.9 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto os resultantes da etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

9.2.1 – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

9.2.2 - Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.3 – Se houver indícios de inexecutabilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

CAPÍTULO X – DA HABILITAÇÃO

10.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e das demais documentações especificadas neste edital.

10.11.1 – Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como o **§ 1º, inciso I do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021, se for o caso.**

10.11.2 – Para conferir ampla publicidade e acesso irrestrito à todas as licitantes e demais interessados, a Administração disponibilizará no sítio do TJ/TO (<https://www.tjto.jus.br/informacoes/licitacoes>) os documentos referidos no subitem anterior constantes do SICAF, sendo o respectivo link informado no chat da sessão pública no sistema Compras.gov.br.

10.2 – Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

10.2.1 - A incompatibilidade entre o objeto social e o objeto certame dará causa a inabilitação da licitante.

10.3 – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

10.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA:

a) Para fins de comprovação da habilitação técnica, a licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a finalidade de comprovar que prestou, satisfatoriamente, serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, nos termos da alínea a, item 10.3, da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017 e em observância aos critérios abaixo:

a.1.1) Os atestados ou declarações de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

a.1.2) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

a.1.3) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

a.1.4) Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados **por grupo** (alínea c.1 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017).

a.1.5) Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c.2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

a.1.6) Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

a.1.7) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

a.1.8) O(s) atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito privado será(ão) assinado(s) pelo representante legal da pessoa emitente, o qual se responsabilizará pelas informações apresentadas, na forma da lei; e

a.1.9) Deverá constar no(s) atestado(s), no mínimo, os seguintes dados do emitente: razão social e dados para contato; e do favorecido: razão social, número do CNPJ, objeto do contrato e dados para contato.

a.10) É facultada à Comissão de Licitação, ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação relevante que deveria constar originariamente da proposta.

10.3.1.1 – Não serão considerados os atestados quando emitidos por pessoa jurídica de direito privado que integre, juntamente com a licitante, um mesmo grupo econômico ou empresarial.

10.3.1.2 - Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo econômico ou empresarial, as empresas controladas ou controladoras da empresa licitante, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

b) Termo de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme disposto no Capítulo III deste edital e nos termos do **Anexo III do Termo de Referência (Anexo I do Edital)**.

10.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Será exigida comprovação de capacidade econômico-financeira das empresas licitantes, conforme disposto no item 11.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, as quais deverão apresentar:

a.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

a.2) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

a.3) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

a.4) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea “a.3” acima, observados os seguintes requisitos:

a.4.1) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

a.4.2) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

a.5) As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física.

b.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/ 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.3.2.1 - Para fins de atendimento ao disposto na alínea “a” do item 10.3.2 deste edital, os documentos mencionados deverão ser apresentados da seguinte forma:

10.3.2.1.1 - Caso se trate de sociedade regida pela Lei Federal nº 6.404/1976 (sociedade anônima):

a) Publicados em Diário Oficial;

b) Publicados em jornal de grande circulação;

c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

10.3.2.1.2 - Caso se trate de sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA) ou sociedade limitada unipessoal (SLU):

- a) Extraídos do Livro Diário, acompanhado de fotocópia do Termo de abertura e encerramento, devidamente autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

10.3.2.1.3 - Sociedade criada no exercício em curso:

- a) Cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio das licitantes.

10.3.2.1.4 - Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital (ECD), consoante disposições contidas no Decreto Federal nº 6.022/2007 e regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), na seguinte forma:

- a) Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências;
- b) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped);
- c) Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped)."

10.3.3 – OUTROS DOCUMENTOS:

a) A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

- a.1)** Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- a.2)** Declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação, obrigando-se a comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva ao TJ/TO;
- a.3)** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- a.4)** Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de que sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.
- a.5)** Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de elaboração independente de proposta.

10.4 – Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

10.4.1 – O prazo para envio dos documentos de que trata o item 10.4 é de, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas, a contar da convocação pelo sistema**, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.4.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.4.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.5 – O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

10.5.1 – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

10.5.1.1 – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de Licitações, Anexo I do TJTO, localizada no Edifício Amaro Empresarial, situada na Quadra 103 Norte, Rua NO 11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

10.6 - Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

- a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

10.6.1 - A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 10.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

10.7 – Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 10.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

10.7.1 – O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.7.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.7.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.8 – Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

10.8.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.8.2 – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

10.9 – Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

10.10 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.10.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

10.10.2 – A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.11 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será admitido quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 60 (sessenta) dias corridos.

10.12 – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

10.12.1 – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios e/ou responsáveis técnicos;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de instauração de processo administrativo apto à aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

10.12.2 – Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará a licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

10.12.3 – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender a licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

10.13 - A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á a sanções previstas neste edital.

CAPÍTULO XI – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

11.1 – Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

11.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

XII - DO RECURSO

12.1 – Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

12.1.1 – O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

12.1.2 – Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 12.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

12.1.3 – Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 12.1.2.

12.2 – Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

12.2.1 – Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

12.3 – O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.4 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pela autoridade competente do TJ/TO.

13.2 – O objeto deste Pregão será adjudicado globalmente à vencedora do certame.

13.3 – A homologação deste Pregão compete à autoridade competente do TJ/TO.

CAPÍTULO XIV – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas na IN TJTO n.º 06/2021 (Anexo III do Edital), sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante praticar as condutas previstas em lei ou na citada Instrução Normativa.

14.2 – A recusa injustificada do fornecedor em assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido no item 15.1 caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

14.3 – Caso a licitante e/ou o fornecedor, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições da Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

14.3.1 - Em conjunto com as sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá determinar a rescisão unilateral do ajuste.

14.4 – O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

14.4.1 - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

14.4.2 - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

14.4.3 - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo);

14.4.4 – Findo o prazo do subitem 14.4.3 será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados no item 14.4.1 e observados os critérios de dosimetria previstos na Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023 (Anexo III do Edital).

14.5 – Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 14.3 e 14.4 deste edital, a nota de empenho poderá, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

14.7 – A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor ou, em último caso, cobrada judicialmente.

14.8 – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

14.9 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

14.5 - As demais disposições do **item 9 do Termo de Referência (Anexo I do Edital)**.

CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DO CONTRATO, DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1 – O licitante vencedor será convocado para assinar o contrato, dentro do prazo **de 5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15.1.1 - O prazo de convocação de que trata o item 15.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, desde que por motivo justificado, arrazoado por parte do fornecedor e a solicitação tenha ocorrido tempestivamente dentro do prazo de assinatura.

15.1.2 – A assinatura do contrato será realizada por meio eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como usuário externo.

15.1.3 – Caso o fornecedor, convocado para assinar o contrato, não compareça no prazo estabelecido no item 15.1, incorrerá no descumprimento do item 14.2.

15.1.4 – Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 15.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

15.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

15.3 - O contrato terá sua vigência conforme estabelecido no item 4.2 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

15.4 - As disposições acerca da gestão e fiscalização contratual estão dispostas no item 5 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

15.5 - Caberá aos gestores designados pelo Presidente do TJ/TO promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do instrumento contratual, observado o disposto no Anexo V da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

15.6 – O fornecedor deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo, sempre que for necessário.

15.7 – O contrato implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XVI – DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1 – Não será exigida garantia contratual na presente contratação, conforme item 12 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

CAPÍTULO XVII - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 – A despesa com a execução do objeto desta licitação correrá à conta da Classificação Orçamentária com valor de referencia mensal de **R\$ 283.377,57 (Duzentos e oitenta e três mil, trezentos e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos)**, valor de referência **R\$ 3.400.530,84 (Três milhões, quatrocentos mil, quinhentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos)** e valor total por cinco anos de **R\$ 17.002.654,20 (Dezessete milhões, dois mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos)** e será consignado:

Unidade Gestora: 060100

Classificação Orçamentária - PI: 0601.02.061.1145.3067

Natureza de Despesa: 33.90.37

Fonte de Recursos: 1.760

CAPÍTULO XVIII - DO PRAZO E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1 – A CONTRATADA iniciará a prestação dos serviços no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, após o recebimento da ordem de serviço emitido após a formalização da contratação.

18.2 - Os serviços serão executados nos prédios pertencentes ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins, conforme **Anexo II do Termo de Referência**.

18.3 - Caso haja solicitação por parte do CONTRATANTE ou CONTRATADA para modificação do regime de execução, deverão ser observadas as disposições da subseção IV da seção II do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CAPÍTULO XIX - DO REGIME DE EXECUÇÃO

19.1 – Nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XVI e da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, os serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

- I - os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
- II - o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;
- III - o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

19.2 - O contratante deverá iniciar a prestação de serviços do objeto a ele adjudicado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, após o recebimento da Ordem de Serviço.

19.2.1 – A ordem de serviço indicará detalhadamente: local de prestação de serviços, quantidades e tipos de postos de serviços, e demais informações que se fizerem pertinentes.

19.2.2 - A prestação dos serviços ocorrerá nas dependências do Contratante indicadas no Anexo II do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

19.2.3 - A critério da Administração, os postos de trabalho poderão ser remanejados, sem que isso importe em ajustamento da presente contratação.

19.3 – A CONTRATADA que possuir 100 (cem) ou mais empregados deverá comprovar anualmente o cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que trata da contratação de beneficiários reabilitados e/ou pessoas com deficiência, nos termos do Art. 10 da Resolução 401/21 do Conselho Nacional de Justiça.

19.4 - A CONTRATADA deverá reservar durante toda a execução do contrato no mínimo 5% (cinco por cento) das vagas previstas, para mulheres em condição especial de vulnerabilidade econômico-social, conforme estabelecido pelo programa “Transformação”, disposto na Resolução CNJ nº 497, de 14/04/2023, Inciso XVI do caput do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021 e Capítulo II da Instrução Normativa TJTO nº 15/2024, de 20/08/2024.

19.5 - Os contratos de terceirização firmados no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins devem adotar a reserva de cotas de 2% a 5% das vagas de emprego para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados pela previdência social, caso, nas empresas com 100 ou mais funcionários, a política de cotas para a empregabilidade de pessoas com deficiência.

19.6 - A CONTRATADA deverá cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista na legislação, resoluções e demais disposições.

19.7 – As demais disposições estão estabelecidas no item 8 do Termo de Referência (Anexo I do Edital)

CAPÍTULO XX – DA FORMA DE PAGAMENTO

20.1 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após o protocolo de recebimento da nota fiscal de serviços (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o TJTO), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

20.1.1 - O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

20.1.2 - A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal individualizada para cada município/Comarca da prestação dos serviços, discriminando os serviços realizados, acompanhada de relatório mensal demonstrando as informações necessárias para procedimentos quanto à retenção do imposto municipal incidente sobre a contratação, caso não apresente cópias das Guias de Recolhimento devidamente pagas.

20.1.2.1 - O relatório deverá conter, no mínimo, os seguintes dados: Município, CNPJ do município, dados bancários do município, valor dos serviços prestados no município (valor da respectiva Nota Fiscal), Alíquota do ISS do município e valor (R\$) devido para o referido imposto.

20.1.3 - Caberá à empresa contratada apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e demais documentos abaixo relacionados:

a) Quadro demonstrativo contendo a RELAÇÃO NOMINAL DOS EMPREGADOS (ordem alfabética), dias trabalhados faturado, descrição das faltas, licenças e férias ocorridas no período faturado e comprovação da cobertura, se houver;

b) FOLHA DE PAGAMENTO e COMPROVANTE DE QUITAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO (em ordem alfabética), referentes ao mês anterior à prestação dos serviços, emitido pela instituição financeira responsável pelo crédito em conta bancária do empregado, contendo nome completo do beneficiário, CPF, data de operação e valor creditado;

c) COMPROVANTE DE PAGAMENTO DOS AUXÍLIOS-ALIMENTAÇÃO E VALES- TRANSPORTES (em ordem alfabética) de todos os empregados dos postos de trabalho, mesmo que tenham atuado no Tribunal transitoriamente, em substituição à mão de obra faltante, referente ao mês da prestação do serviço. A prova de pagamento dos auxílios-alimentação e vales- transportes deverá ser representada por relação nominal assinada pelo respectivo empregado. A relação deve estar organizada alfabeticamente e mencionar a data em que foi efetivado o recebimento desses benefícios, o período a que corresponde o uso e os valores percebidos;

d) CÓPIA DA GUIA CONTENDO AS INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL, referente ao mês anterior à prestação dos serviços;

e) CÓPIA DA GUIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS, referente ao mês anterior à prestação dos serviços, com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet;

f) CÓPIA DA GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (DARF), referente ao mês anterior à prestação dos serviços, com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na DCTFWeb;

g) COMPROVANTE DA ENTREGA DE UNIFORMES junto com a 1ª fatura e, sucessivamente, em cada renovação, se houver;

h) COMPROVANTE DA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS, realizado no início do contrato, com validade de 12 meses, e sucessivamente em cada renovação, se houver;

20.2 - O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente do fornecedor.

20.3 - O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA os serviços que forem efetivamente executados.

20.4 - Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos serviços executados com o discriminado na respectiva Nota Fiscal e o Atesto dos fiscais setoriais e do (a) gestor(a) do contrato com os respectivos IMR's.

20.5 - O Atesto de Conformidade dos Serviços Prestados e o respectivo IMR - Instrumento de Medição de Resultados, são condições indispensáveis ao pagamento dos serviços prestados.

20.5.1 - Em caso de falhas/pontuações negativas apontadas no Instrumento de Medição de Resultado - IMR, contido no "Anexo O", o valor (R\$) corresponde à falha (crítica, grave ou de desconformidade), será glosado na nota fiscal/fatura subsequente ao mês medido identificado;

20.6 - Na ausência do(a) Fiscal do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo Fiscal substituto.

20.7 - O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento, se os dados constantes das mesmas estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou ainda, se os serviços executados não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste instrumento convocatório, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

20.8 - O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido neste instrumento convocatório e no contrato;

20.9 - Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no *caput* do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

20.10 - Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este instrumento convocatório, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021;

20.11 - Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo o fornecedor isento ou beneficiário de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante;

20.11.1 - O fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

20.12 - O pagamento somente será realizado mediante a comprovação das mesmas regularidades exigidas para a habilitação da empresa CONTRATADA;

20.13 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

20.14 - Fica a CONTRATADA ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada a sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual;

20.15 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;

20.16 - Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 20.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

20.17 - Em caso de falhas/pontuações negativas referente ao Instrumento de Medição de Resultado – IMR, o valor (R\$) correspondente a falha (crítica, Grave ou Desconformidade), será glosado na fatura subsequente ao mês medido/identificado, **conforme critérios definido Anexo IV do Termo de Referência (Anexo I do Edital)**.

20.18 - Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

20.19 - Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

20.20 - As demais disposições estão estabelecidas no item 10 do Termo de Referência (Anexo I do Edital)

CAPÍTULO XXI - DA EXTINÇÃO

21.1 – A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão do Contrato poderá ensejar a rescisão do ajuste pela inexecução, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021,

21.2 – A extinção do ajuste poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;

II – consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

III – por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

21.3 – No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

21.4 – Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:

21.4.1 - Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.5 - Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:

I - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

CAPÍTULO XXII – DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

22.1 - Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação da CONTRATADA, com a demonstração analítica da variação dos custos contratuais, conforme art. 7º do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023 e art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

22.1.1 - A CONTRATADA não fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo em razão de eventual alteração do seu regime tributário.

22.1.2 - O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data da apresentação da proposta.

22.2 - Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, deverão ser observados os respectivos termos iniciais de acordo com o art. 8º do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023. Podendo, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021).

22.3 - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data dos efeitos a última repactuação ocorrida.

22.4 - A repactuação será precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação da categoria profissional abrangida por este contrato.

22.5 - Os pedidos de repactuação e revisão serão recebidos e instruídos pelo gestor deste contrato conforme art. 38 da Seção XIV da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

22.6 - As demais disposições do **item 11 Anexo I do Edital (Termo de Referência)**.

CAPÍTULO XXIII - DA RESERVA DE VAGAS PARA MULHERES EM CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE

23.1 - Nos termos da Instrução Normativa TJTO n.º 15/2024, a qual institui o "Programa Transformação" que tem como objetivo fomentar a adoção de políticas afirmativas que possibilitem a redução das desigualdades e inclusão social no mercado de trabalho de mulheres integrantes de grupos vulneráveis.

23.2 - Na presente contratação serão consideradas mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social aquelas que se enquadram nos critérios abaixo:

I - mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, em razão do gênero, no contexto doméstico e familiar;

II - mulheres trans e travestis;

III - mulheres migrantes e refugiadas;

IV - mulheres em situação de rua;

V - mulheres egressas do sistema prisional; e

VI - mulheres indígenas, camponesas e quilombolas.

23.3 - A contratação se dará pela disponibilização de vagas nos contratos de serviços terceirizados com mão de obra em regime de exclusividade, bem como nas contratações de obras e serviços de engenharia que necessitem da contratação de mão de obra.

23.4 - É exigido da CONTRATADA a reserva de no mínimo, 5% (cinco por cento) das vagas previstas nos contratos, nos termos do disposto no inciso XVI do caput do art.6º da Lei n.º 14.133/2021, para as mulheres incluídas em uma das situações previstas no 24.2 deste instrumento convocatório.

23.4.1. Das vagas disponibilizadas, no item 23.4, pelo menos 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do total reservado deverão ser destinados às mulheres vítimas de violência no contexto doméstico e familiar;

23.4.2. As demais vagas reservadas, no item 23.4, deverão ser preenchidas por mulheres integrantes dos grupos indicados nos incisos II a VI do item 23.2, cabendo a definição ao CONTRATANTE, observadas as peculiaridades regionais.

23.4.3. As vagas serão destinadas prioritariamente às mulheres pretas e pardas;

23.4.4. O disposto no item 23.4 aplica-se a contratos com quantitativos mínimos de 25 (vinte e cinco) colaboradores.

23.4.5. O percentual será calculado pela soma das pessoas informadas para os incisos I a VI dividido pelo número total de terceirizados (as) informado (homens e mulheres).

23.4.6. Caso o percentual disposto no item 23.4 resulte em fração, será considerado o valor inteiro imediatamente posterior.

23.4.7. O número de vagas estabelecido deverá ser mantido durante toda a execução do contrato, ficando a cargo do gestor e do fiscal do contrato acompanhar o cumprimento das cotas durante a execução integral do contrato.

23.5. A CONTRATADA deverá se reportar ao Núcleo Permanente de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais - NUPAVIT para a indicação de pretensas candidatas, cadastradas na unidade.

23.5.1. O NUPAVIT manterá o cadastro, alimentado e atualizado com a colaboração das comarcas/varas competentes na matéria (mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, em razão do gênero, no contexto doméstico e familiar; trans e travestis; migrantes e refugiadas; mulheres em situação de rua; mulheres egressas do sistema prisional e indígenas, campesinas e quilombolas).

23.5.2. Não havendo pessoas em quantidade necessária para suprir o contrato, ou não havendo mulheres integrantes de grupos vulneráveis com o perfil profissional exigido no edital, o NUPAVIT providenciará declaração atestando a situação de fato, que isentará a CONTRATADA da aplicação da sanção contratual.

23.6. A CONTRATADA, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, deverá apresentar ao fiscal do contrato o rol de mulheres integrantes de grupos vulneráveis contratadas ou a declaração prevista no item 23.5.2 deste instrumento convocatório.

23.7. Caso a CONTRATADA não apresente ao fiscal do contrato o rol de mulheres integrante de grupos vulneráveis contratadas, estará sujeito à aplicação das sanções cabíveis, conforme previsto na Lei n.º 14.133/2021 e Instrução Normativa TJ/TO n.º 6, de 31 de janeiro de 2023.

23.8. Não havendo o cumprimento das reservas previstas neste capítulo, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, e permanecendo a situação por 60 (sessenta) dias corridos, a administração providenciará a rescisão contratual e a aplicação das sanções previstas no contrato, observada a continuidade do serviço público.

23.9. O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os eventuais partícipes de acordos de cooperação e a CONTRATADA deverão manter a confidencialidade sobre os dados e informações sigilosas, assim consideradas as protegidas por sigilo legal e cuja restrição de acesso esteja prevista nos termos da Lei n.º 12.527/2011 e da LGPD (Lei n.º 13.709/2018), eventualmente compartilhadas na vigência do acordo de cooperação ou do respectivo contrato, vedada sua comunicação a terceiros, seja direta ou indiretamente, sob pena de responsabilização, conforme normas aplicáveis.

23.9.1. A condição de vulnerabilidade das trabalhadoras será mantida em sigilo pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, assegurando-se que o tratamento dos dados respeite as normas atinentes à proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO XXIV- DA COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA POLÍTICA DE EMPREGABILIDADE ART. 93 DA LEI 8.213/1991

24.1. A CONTRATADA que possuir 100 (cem) ou mais empregados deverá comprovar anualmente o cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93 da Lei no 8.213/1991, que trata da contratação de beneficiários reabilitados e/ou pessoas com deficiência, nos termos do Art. 10 da Resolução 401/21 do Conselho Nacional de Justiça.

24.2. A CONTRATADA deverá cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista na legislação, resoluções e demais disposições.

24.2.1. Os contratos de terceirização firmados no âmbito da CONTRATANTE devem adotar a reserva de cotas de 2% a 5% das vagas de emprego para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados pela previdência social, caso, nas empresas com 100 ou mais funcionários, a política de cotas para a empregabilidade de pessoas com deficiência.

24.2.1.1. Caso a CONTRATADA possua 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção:

I – até 200 empregados, 2%;

II – de 201 a 500 empregados, 3%;

III – de 501 a 1000 empregados, 4%;

IV – de 1001 em diante, 5%" (Matriz + Filiais).

24.3. A CONTRATADA deverá comprovar que mantém a reserva de cargos prevista em lei e neste contrato.

CAPÍTULO XV - DA PARTICIPAÇÃO EQUÂNIME DE HOMENS E MULHERES

25.1 - Em atenção à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, notadamente ao disposto no art. 2º, inc. VI, §§ 1º e 2º, da [Resolução CNJ nº 540/2025](#), os postos de trabalhos deverão, sempre que possível, ser preenchidos de forma equânime entre homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, as quais compreendem a mulher cisgênero, transgênero e fluida.

25.2 - Em caso de impossibilidade do atendimento das determinações contidas na Resolução nº 540/2025 do CNJ, a Contratada deverá apresentar declaração contendo os motivos determinantes para a inviabilidade de seu cumprimento.

CAPÍTULO XXVI - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

26.1 – Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca do ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: cpl@tjto.jus.br.

26.2 – Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre as impugnações e responder aos pedidos de esclarecimento.

26.2.1 – A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

26.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

26.4 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no campo de licitações do Portal da Transparência do TJ/TO.

CAPÍTULO XXVII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

26.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

ANEXO I DO EDITAL - Termo de Referência:

a) ANEXO I - PROPOSTA COMERCIAL

b) ANEXO II - LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

c) ANEXO III- VISTORIA (MINUTA DA DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA e MINUTA DA DECLARAÇÃO DE VISTORIA)

d) ANEXO IV - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

e) ANEXO V - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

f) ANEXO VI - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

g) ANEXO VII - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

h) ANEXO VIII - PLANILHA DE CONTA VINCULADA e ROTINAS DE MOVIMENTAÇÃO

ANEXO II DO EDITAL - Minuta do Contrato e da Portaria de Nomeação do Gestor;

ANEXO III DO EDITAL - Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

ANEXO IV DO EDITAL - Estudo Técnico Preliminar

26.3 – Os atos normativos do TJ/TO referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico: <http://www.tjto.jus.br/index.php/institucional/legislacao/interna>.

26.4 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

26.5 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

26.6 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

26.7 – A aplicação dos normativos expedidos pelo Órgão Central do Sistema de Serviços Gerais (SISG) limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do TJ/TO no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

26.8 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

26.9 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Palmas, no Estado do Tocantins, com exclusão de qualquer outro.

Palmas/TO, 28 de abril de 2026.

Marcos Vinicius de Souza Moreira

Pregoeiro

ANEXO I

Termo de Referência nº 348 / 2026
PRESIDÊNCIA/DIGER/DINFR/DIVENG/SMP

Data	Versão	Descrição	Autor
15/12/2025	1.0	Finalização da primeira versão	João Carlos Sarri Júnior Aline Aragão Ishizawa
18/03/2026	2.0	Adequações após o mapa de preços	João Carlos Sarri Júnior Aline Aragão Ishizawa
07/04/2026	3.0	adequações após anotação SEDCC	João Carlos Sarri Júnior Aline Aragão Ishizawa

1 - DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, dos equipamentos e das instalações, que compreenderá os serviços de manutenção elétrica, hidráulica, refrigeração, sonorização e manutenção em geral, para atender a Sede, Anexos e Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, mediante contratação regida pela Lei 14.133/2021, regulamentado no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins pela Instrução Normativa n.º 04 de 31 de janeiro de 2023.

1.1.2. A contratação almejada abrange a prestação dos serviços comuns, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, conforme especificações técnicas e demais disposições deste Termo de Referência.

1.2 – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1.2.1. Os serviços especificados neste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá manter equipe técnica permanente, composta por profissionais qualificados e de acordo com o quantitativo de postos de trabalho listado no quadro a seguir:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO POSTO DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CATSER	Unidade de medida	NÚMERO DE PROFISSIONAIS POSTOS DE TRABALHO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	TOTAL 12 MESES	TOTAL 60 MESES
1	1	Oficial de Manutenção predial - CBO 5143-25	44 horas	1627	Posto/mês	05	R\$ 9.202,03	R\$ 46.010,15	R\$ 55.2121,80	R\$ 2.760.609,00
	2	Eletricista de Manutenção CBO 7321-05	44 horas	1627	Posto/mês	05	R\$11.653,59	R\$58.267,95	R\$ 699.215,40	R\$ 3.496.077,00
	3	Técnico de Equipamento de Áudio/ Vídeo CBO 3741-10	44 horas	1627	Posto/mês	04	R\$ 9.154,30	R\$ 36.617,20	R\$ 439.406,40	R\$ 2.197.032,00
	4	Encanador CBO 7241-10	44 horas	1627	Posto/mês	03	R\$ 9.206,59	R\$ 27.619,77	R\$ 331.437,24	R\$ 1.657.186,20
	5	Técnico em refrigeração e Climatização CBO 7257-05	44 horas	1627	Posto/mês	07	R\$ 13.702,86	R\$ 95.920,02	R\$ 1.151.040,24	R\$ 5.755.201,20
	6	Técnico de Cabeamento Estruturado -CBO 7313-20	44 horas	1627	Posto/mês	02	R\$ 9.471,24	R\$ 18.942,48	R\$ 227.309,76	R\$ 1.136.548,80
TOTAL GERAL						26 (vinte e seis) postos de trabalho	R\$ 283.377,57	R\$ 3.400.530,84	R\$ 17.002.654,20	

1.2.2 . Cabe à licitante informar o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ou a Sentença Normativa do TST que julgou eventual dissídio trabalhista, aplicável aos funcionários ocupantes dos postos de trabalho, lembrando que o enquadramento sindical dos empregados depende da atividade preponderante da empregadora.

1.2.3. Os postos de serviços objeto da contratação, para os cargos: Oficial de Manutenção Predial, Eletricista de Manutenção, Encanador, Técnico de Equipamento de Áudio e Vídeo e Técnico em Refrigeração/Climatização tiveram como referência salarial a **Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio, Conservação Ambiental e Pública do Estado do Tocantins – SINTECAP-TO E SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA E TERCEIRIZACAO DE MAO-DE-OBRA DO ESTADO DO TOCANTINS - SEAC-TO– 2026/2027**. Quanto ao **Técnico de Cabeamento Estruturado**, tiveram como referência salarial a Convenção Coletiva do SINDICATO DAS IND DA CONSTRUCAO CIVIL DO EST TOCANTINS - SINDUSCON-TO.

1.2.3.1. No tocante ao auxílio-alimentação, verificou-se a ausência de previsão expressa na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do STICCIIP aplicável ao posto de Técnico de Cabeamento Estruturado. Diante dessa lacuna, para fins de estimativa dos custos da contratação, adotou-se como referência o valor previsto na CCT vinculada ao SEAC-TO, considerando que tal instrumento coletivo abrange a maioria dos postos previstos, correspondendo a 5 (cinco) dos 6 (seis) perfis profissionais contemplados. A adoção desse parâmetro visa garantir uniformidade na composição dos custos estimados, bem como assegurar tratamento isonômico entre os profissionais envolvidos na execução contratual, em consonância com o princípio da isonomia previsto na Constituição Federal de 1988.

1.2.4. Em cumprimento à Instrução Normativa 15/2024 TJTO, deverá haver a reserva Reserva de no mínimo 5% (cinco por cento) das vagas previstas nos contratos, nos termos do disposto no inciso XVI do *caput* do art. 6º da [Lei n.º 14.133/2021](#), para as mulheres incluídas em uma das situações previstas no art. 2º desta Instrução Normativa, nos contratos que envolvam prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

1.2.4.1. Ainda, o percentual de pelo menos 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do total de vagas reservadas deverão ser destinados às mulheres vítimas de violência no contexto doméstico e familiar;

1.2.4.2. A Empresa vencedora do certame licitatório deverá se reportar ao Núcleo Permanente de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais - NUPAVIT para a indicação de pretensas candidatas, cadastradas na unidade (artigo 5º da IN 15/2024 TJTO).

1.2.4.3. Não havendo pessoas em quantidade necessária para suprir o contrato, ou não havendo mulheres integrantes de grupos vulneráveis com o perfil profissional exigido no edital, o NUPAVIT providenciará declaração atestando a situação de fato, que isentará a contratada da aplicação da sanção contratual (§ 3º do artigo 5º da IN 15/2024 TJTO).

1.2.4.4. A empresa contratada, em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, deverá apresentar ao fiscal do contrato o rol de mulheres integrantes de grupos vulneráveis contratadas ou a declaração prevista no §3º do art. 5º da Instrução Normativa 15/2024.

1.2.4.5. Em atenção à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, de acordo com o disposto no art. 2º, inc. VI, §§ 1º e 2º, da Resolução CNJ nº 255/2018 e IN TJTO nº 15/2024 sugerimos a inclusão da informação de que os postos de trabalhos deverão, sempre que possível, ser preenchidos de forma equânime entre homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres as quais compreendem a mulher cisgênero, transgênero e fluida.

1.2.5. A proposta comercial deverá ser apresentada conforme **Anexo I**, deste Termo, no qual há, as considerações pertinentes ao preenchimento das planilha de custos e composição dos preços.

1.2.5.1. As empresas enquadradas no regime tributário do SIMPLES NACIONAL, quando da apresentação da proposta/execução do contrato, deverão formular sua proposta considerando eventual desenquadramento do regime tributário, o qual não ensejará posterior concessão de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo.

1.2.6. Qualificação Técnica Profissional

1.2.6.1 Os ocupantes dos postos de trabalho deverão possuir a seguinte qualificação:

QTDADE POSTOS	DESCRIÇÃO DO POSTO DE TRABALHO	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA
5	Oficial em Manutenção Predial	Formação: nível fundamental (1º Grau) completo; Certificado de curso de pedreiro de levante e acabamento; Experiência: mínima de 6 (seis) meses na área de manutenção de instalações prediais, comprovada por meio de anotações feitas em carteira de trabalho.
5	Eletricista	Formação: curso profissionalizante, na área técnica respectiva, no SENAI ou similar; Certificado de conclusão de curso em eletricidade de baixa tensão; Certificado de conclusão de curso NR10. Experiência: mínima de 6 (seis) meses na área de manutenção de instalações prediais, comprovada por meio de anotações feitas em carteira de trabalho.
4	Técnico de equipamento de Áudio e Vídeo	Formação: certificado de curso de conclusão em sonorização e sincronização; Conhecimento da plataforma Windows e pacote Office. Experiência: mínima de 06 (seis) meses na área de técnico de equipamento de áudio e vídeo,

		comprovada em anotações feitas em carteira de trabalho.
3	Encanador	Formação: curso profissionalizante, na área técnica respectiva, no SENAI ou similar; e Bombeiro hidráulico. Experiência: mínima de 06(seis)meses na área de manutenção e/ou execução de obras de instalações prediais, comprovada em anotações feitas em carteira de trabalho.
7	Técnico em Refrigeração e Climatização	Formação curso profissionalizante, na área técnica respectiva instalação e manutenção de ar condicionado split e multi-split, no SENAI ou similar; Experiência: mínima de 06 (meses) na área de instalação e manutenção, comprovada em anotações feitas em carteira de trabalho
2	Técnico em Cabeamento Estruturado	Formação: curso profissionalizante, na área técnica respectiva, nível médio ou técnico; Experiência: mínima de 06 (meses) meses na área de rede de telefonia e cabeamento estruturado, comprovada em anotações feitas em carteira de trabalho.

1.2.7. Na elaboração de sua planilha de custos, a remuneração dos postos de trabalho deverá estar em estrita consonância com a legislação trabalhista de regência. Além disso, a licitante deverá prever o pagamento de todos os adicionais (insalubridade ou periculosidade), gratificações, auxílios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, assim como o cumprimento de todas as normas trabalhistas.

a) No preço cotado estarão incluídas todas as despesas com mão de obra (salário, auxílio-alimentação ou refeição, vale-transporte e quaisquer outras vantagens fixadas para cada categoria através de acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou outra forma prevista em lei), transportes e fretes, combustíveis, equipamentos, ferramentas, ISS, taxas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os tributos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, enfim todos os componentes de custo dos bens, inclusive lucro, necessários à perfeita execução do objeto da licitação.

b) Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os materiais relacionados ao exercício da atividade.

c) Os materiais e equipamentos propostos pelos licitantes deverão, obrigatoriamente, atender as exigências de qualidade e desempenho, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização de qualidade, em especial ABNT e INMETRO ou equivalentes, cuja apresentação em desconformidade ensejará aplicação das sanções administrativas cabíveis.

1.3 - JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

1.3.1 Essa contratação ocorre em função dos serviços serem de natureza continuada, necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições. Cabe observar que a interrupção irá comprometer a continuidade de suas atividades e a contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente. Devido à importância destes serviços e no intuito de sempre melhor atender aos pedidos de manutenção que surgem na Diretoria de Infraestrutura e Obras do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, faz-se necessária a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e instalações prediais uma vez que não se dispõe de recursos humanos no Quadro de Pessoal para realização dessa atividade.

1.3.2. A elaboração e a implantação de um programa de manutenção corretiva e preventiva nas edificações, além de serem importantes para a segurança e a qualidade de vida dos usuários, são essenciais para a manutenção dos níveis de desempenho ao longo da vida útil projetada.

1.3.3. Dar continuidade ao atendimento das demandas e solicitações de manutenção advindas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Comarcas do interior do Estado e anexos, e dos serviços de caráter periódico, preventivos ou emergenciais, suprimindo a necessidade de intervenções antecipadas, constantes e imediatas, a garantia da perfeita conservação e utilização dos imóveis e instalações e proporcionando melhores condições de utilização e conforto aos usuários e servidores do Judiciário Tocantinense.

1.3.4. Verificou-se a excepcionalidade, já que o perfil dos serviços demandados é continuado e difuso em suas ações, incompatível com mensuração de forma objetiva e direta, que venha a permitir uma contratação por produto ou resultado. Tais serviços pressupõem a disponibilização da força de trabalho, com dedicação integral, para apoiar as atividades do Poder Judiciário no momento da demanda.

1.3.5. A contratação de postos de serviço, e não a quantidade de serviços a serem entregues, se justifica pelo fato das demandas serem contínuas, de volume variável e, sobretudo, porque atendê-las não implica, necessariamente, entrega de um produto final acabado; significa, na maioria das vezes, ao longo do dia, realização de ações cuja execução imediata apoia a manutenção ou incremento do desempenho dos servidores do judiciário tocantinense.

1.3.6. A iniciativa tem a finalidade de maximizar a produtividade e a qualidade dos serviços prestados, reduzir o tempo de resposta às demandas por serviços essenciais, direcionar o quadro de servidores para o desempenho das atividades-fim do órgão, contribuir para o correto aproveitamento dos escassos recursos humanos disponíveis, assim como para otimizar os recursos materiais e financeiros.

1.3.7. Os seguintes aspectos foram considerados para o cálculo do quantitativo de postos de trabalho previsto no presente Termo de referência:

- a) Área total construída;
- b) Área total do terreno;
- c) Área de fachadas externas;
- d) Características específicas de cada prédio;
- e) Grau de complexidade;
- f) Quantidade de aparelhos de ar condicionados existentes nos prédios;
- g) Atendimento as Sessões dos Plenários;
- h) Quantidade de sanitários/tubulação;
- i) Atendimento às sessões dos Tribunais do Júri, Pleno, Câmaras, e aos eventos institucionais realizados em auditório; e

1.3.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

1.3.9. Trata-se, portanto, de excepcionalidade, já que o perfil dos serviços demandados é continuado e difuso em suas ações, incompatível com mensuração de forma objetiva e direta, que venha a permitir uma contratação por produto ou resultado. Tais serviços pressupõem a disponibilização da força de trabalho, com dedicação integral, para apoiar as atividades do Poder Judiciário no momento da demanda.

1.3.10. A contratação deve-se à necessidade efetiva de manutenção predial, abrangendo instalações hidráulicas, elétricas, telefonia, lógica, áudio e vídeo, refrigeração, alvenaria e de elementos da construção civil dos componentes das edificações civis de todo o Poder Judiciário Tocantinense, que necessitam, permanentemente, de serviços de manutenção predial, visando a plena utilização das instalações e a total segurança do público usuário, magistrados e servidores, aliado à indisponibilidade de mão de obra especializada no quadro funcional.

1.3.11. As presentes especificações visam orientar e definir condições de contratação de empresa prestadora de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, em instalações elétricas, hidrossanitárias, reparos em alvenaria, cabeamento, condicionadores de ar split e de parede e demais equipamentos, bem como em sistemas de sonorização ambiente e externa (PA's) conhecimento de eletrônica para reparos e manutenção com fornecimento de equipamentos e ferramentas necessários para a execução dos serviços.

1.3.12. Especificamente quanto o agrupamento da solução, verifica-se que esta promoverá a celeridade no atendimento da demanda, a necessária pronta execução do objeto e dirimirá quaisquer dúvidas de responsabilização de eventuais danos resultantes de serviços mal executados. Nesse sentido, assegura-se que os serviços a serem executados de manutenção predial, com especial destaque a manutenção preventiva e corretiva civil e de ar condicionado, estão todos diretamente conectados - tanto em rede lógica, elétrica, hidráulica e outros, o agrupamento visa primeiramente possibilitar a realização dos serviços de modo integral.

1.3.13. Ainda, a concentração em uma única empresa com expertise ocasiona uma série de vantagens operacionais, entre elas, condições de gerir os serviços correlatos, obtendo custos operacionais mais vantajosos e que não poderiam ser suportados pelas Contratante sem riscos de perder a qualidade e tempestividade na prestação dos serviços. Assim, conclui-se pela necessidade da equipe fixa, bem como no agrupamento da solução. A contratação dos serviços de modo separado inviabilizaria a execução do contrato, haja vista os reflexos e conexão das estruturas civil, elétrica, de ar condicionado, de dados e outros. O agrupamento torna-se necessário tanto pelo lado técnico dos serviços, quanto pelo aspecto técnico operacional da empresa, envolvendo não apenas questões de celeridade na execução dos serviços, mas ainda responsabilidades sobre as alterações estruturais eventualmente necessárias.

1.3.14. A contratação desejada, em conformidade com o Plano de Contratações, visa manter, de forma eficiente, uma infraestrutura física favorável ao desenvolvimento das atividades dos Órgãos,

garantindo o adequado funcionamento e conservação de suas dependências, bem como proporcionando segurança e conforto para magistrados, servidores, prestadores de serviço e público externo.

1.3.15. A manutenção de prédios, equipamentos e instalações poderá ser objeto de execução indireta, visto que são atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência do Poder Judiciário Tocantinense. Ainda, as atividades que se pretende terceirizar não se confundem com aquelas inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, regulamentado na Lei nº 2409/2010.

1.3.16. As instalações prediais elétricas, hidráulicas, sanitárias, climatização e outras no mesmo nível de complexidade devem ser inspecionadas periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional. A falta de manutenção predial preventiva, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso os sistemas vitais ao desempenho das atividades desenvolvidas pelo Órgão. Além da necessidade de constante manutenção preventiva, tais sistemas e equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados.

1.3.17. O dimensionamento do quantitativo necessário de postos a serem contratados através deste Termo foi feito em conformidade com o quantitativo de postos do contrato atual SEI n.º 20.0.000001057-0, e das contratações anteriores SEI n.º 15.0.000006849-4 e n.º 12.0.000141913-5, assim como de levantamento das necessidades dos serviços terceirizados pelos chefes e servidores diretamente relacionados à utilização da mão de obra das categorias profissionais propostas, considerando que os serviços serão executados nos 40 (quarenta) prédios do Poder Judiciário Tocantinense, e com as construções e reformas, em que houve a ampliação dos prédios, acarretaram o aumento das demandas de manutenções prediais. Ademais, para definição do quantitativo de postos estipulados foi utilizado como parâmetro o contrato vigente, o histórico de serviços demandados, a quantidade de prédios, bem como, a distância existente entre os prédios ocupados pelo Tribunal, assim como o fluxo de pessoas que transitam nas suas dependências.

1.3.18. Atualmente se encontra vigente a contratação de empresa para a prestação de serviços continuados, na área de manutenção predial, envolvendo os serviços de manutenção elétrica, hidráulica, refrigeração, sonorização e manutenção em geral, para atender a Sede, Anexos e Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, Contrato 303/2024, com vigência até 30 de abril de 2026, o qual a empresa G A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o Nº 03.637.812/0001-30, tomou a decisão de não proceder a prorrogação contratual, conforme documento (6729758), SEI n.º 23.0.000031871-0.

Processo nº	Contrato nº	Vencimento	Objeto	Empresa	Ocorrências
23.0.000031871-0	303/2024 (6087974)	30/04/2026 (6800267)	Contratação da prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, dos equipamentos e das instalações, que compreenderá os serviços de manutenção elétrica, hidráulica, refrigeração, sonorização e manutenção em geral, para atender a Sede, Anexos e Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as demandas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.	G A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS - EIRELI	Não houve ocorrências
20.0.000001057-0	211/2024 (3448230)	01/11/2024	Contratação da prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, dos equipamentos e das instalações, que compreenderá os serviços de manutenção elétrica, hidráulica, refrigeração, sonorização e manutenção em geral, para atender a Sede, Anexos e Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as demandas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.	G A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS - EIRELI	Não houve ocorrências
15.0.000006849-4	139/2015 (0781725)	06/01/2021	Contratação da prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, dos equipamentos e das instalações, que compreenderá os serviços de manutenção elétrica, hidráulica, refrigeração, sonorização e manutenção em geral, para atender a Sede, Anexos e Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as demandas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.	G A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS - EIRELI	Não houve ocorrências

2 – FORMA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Tipo de contratação

2.1.1 O tipo de contratação a ser adotada para a aquisição dos referidos bens, será a Licitação Pública, conforme as regras estabelecidas na Lei de Licitações 14.133/2021.

2.1.2. Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1 A modalidade de licitação a ser adotada será o PREGÃO, tendo em vista se tratar de modalidade obrigatória para a aquisição de serviços comuns, conforme o inc. XLI do art. 6º da Lei 14.133/2021 e, conforme critérios estabelecidos na Instrução Normativa n.º 04 de 31 de janeiro de 2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

2.3. Da não adoção do sistema de registro de preços – SRP

2.3.1. Não adoção do sistema de registro de preços - SRP. Trata-se de uma contratação imediata de empresa especializada manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, dos equipamentos e das instalações, que compreenderá os serviços de manutenção elétrica, hidráulica, refrigeração, sonorização e manutenção em geral, para atender a Sede, Anexos e Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, com quantidades e unidades estabelecidas, neste Termo de Referência.

2.4 Indicação justificada do critério de julgamento da contratação

2.4.1 O critério de Julgamento da contratação será o de "menor preço", foi adotado, considerando que o planejamento estabeleceu a composição dos custos unitários de mão de obra, material e equipamentos, bem como foi realizado o preciso levantamento de quantitativos, em conformidade com o art. 18, da Instrução Normativa do TJTO n.º 4/2023 e a Instrução Normativa Seges/MPDG 5/2017, considerando que foi possível predefinir uma estimativa precisa dos itens e respectivos quantitativos que compõem o objeto a ser licitado, mitigando os riscos da ocorrência de distorções relevantes no decorrer da execução contratual. No entanto, cabe esclarecer que mesmo quando o regime de execução adotado seja O MENOR PREÇO, as planilhas de custos e formação de preços não são elementos meramente informativos, vinculando efetivamente os contratos e, consequentemente, possibilitando a análise de itens isolados para fim de imputação de débito.

2.5. Indicação justificada do critério de adjudicação da contratação

2.5.1. O julgamento da adjudicação contratação será por preço global;

2.5.2. Especificamente quanto o agrupamento da solução, justifica-se que esta promoverá a celeridade no atendimento da demanda, a necessária pronta execução do objeto e dirimirá quaisquer dúvidas de responsabilização de eventuais danos resultantes de serviços mal executados. Nesse sentido, assegura-se que os serviços a serem executados de manutenção predial, com especial destaque a manutenção preventiva e corretiva civil e de ar condicionado, estão todos diretamente conectados - tanto em rede lógica, elétrica, hidráulica e outros, o agrupamento visa primeiramente possibilitar a realização dos serviços de modo integral.

2.5.3. Ainda, a concentração em uma única empresa com expertise ocasiona uma série de vantagens operacionais, entre elas, condições de gerir os serviços correlatos, obtendo custos operacionais mais vantajosos e que não poderiam ser suportados pelas Contratante sem riscos de perder a qualidade e tempestividade na prestação dos serviços. Assim, conclui-se pela necessidade da equipe fixa, bem como no agrupamento da solução. A contratação dos serviços de modo separado inviabilizaria a execução do contrato, haja vista os reflexos e conexão das estruturas civil, elétrica, de ar condicionado, de dados e outros. O agrupamento torna-se necessário tanto pelo lado técnico dos serviços, quanto pelo aspecto técnico operacional da empresa, envolvendo não apenas questões de celeridade na execução dos serviços, mas ainda responsabilidades sobre as alterações estruturais eventualmente necessárias.

2.6. Da possibilidade de participação de consórcios de empresas

2.6.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços de forma independente. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

2.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto

2.7.1. Não será admitida a subcontratação e a participação de cooperavas na licitação em virtude da natureza do serviço e da necessidade de subordinação entre os funcionários e a prestadora dos serviços. Nesta contratação a Instituição busca a gestão da mão de obra através da terceirização além da prestação dos serviços. As cooperativas tem o seu foco na prestação de serviços sem haver relação direta de subordinação entre os cooperados.

2.8. Aplicação da Lei Complementar Federal nº 123/2006

2.8.1. Não há empecilho quanto a aplicação da Lei Complementar federal nº 123, de 2006.

3. REQUISITOS DO FORNECEDOR

3.1. VISTORIA TÉCNICA

3.1.1. As licitantes interessadas poderão comprovar por meio de prévia Vistoria Técnica na Sede, Anexos e Comarcas e demais Unidades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins as condições de prestação dos trabalhos a serem executados e efetuar levantamento das condições de prestação dos trabalhos a serem realizados.

3.1.2. A Vistoria Técnica poderá ser realizada diretamente por sócio ou responsável legal pela empresa, ou ainda por preposto designado formalmente para este fim, em até dois dias úteis antes da abertura da licitação.

3.1.3. Telefones para agendamento de vistorias, (063) 3142-2702/ 3142-1745- Diretoria de Infraestrutura e Obras.

3.1.4. Os agendamentos e vistorias poderão ser realizados em dias úteis, de segunda a sexta feira, das 12:00 às 18:00 horas.

3.1.5. Realizada a vistoria, a licitante receberá a Declaração de Vistoria (Anexo III) emitido pela Diretoria de Infraestrutura e Obras.

3.1.6. Caso a licitante opte por eximir-se da realização de vistoria nos locais de prestação dos serviços, deverá entregar junto com os demais documentos relativos à habilitação, declaração de dispensa de vistoria (Anexo III), sob pena de desclassificação do certame.

3.1.7. A Declaração que consta no "**Anexo III**" deverá ser apresentada para todas as localidades onde serão executados os serviços, sob pena de desclassificação no certame.

3.1.8. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas, ou, em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços em decorrência do objeto deste Termo de Referência.

3.2.DA CAPACIDADE TÉCNICA

3.2.1. Para fins de comprovação da habilitação técnica, a licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a finalidade de comprovar que prestou, satisfatoriamente, serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, nos termos da alínea a, item 10.3, da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017 e em observância aos critérios abaixo:

3.2.1.1. Os atestados ou declarações de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

3.2.1.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

3.2.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

3.2.1.4. Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados (alínea c.1 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017).

3.2.1.5. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c.2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

3.2.1.6. Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

3.2.1.7. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

3.2.1.8. O(s) atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito privado será(ão) assinado(s) pelo representante legal da pessoa emitente, o qual se responsabilizará pelas informações apresentadas, na forma da lei; e

3.2.1.9. Deverá constar no(s) atestado(s), no mínimo, os seguintes dados do emitente: razão social e dados para contato; e do favorecido: razão social, número do CNPJ, objeto do contrato e dados para contato.

3.3. Da Qualificação Econômico-Financeira

3.3.1. Será exigida comprovação de capacidade econômico-financeira das empresas licitantes, conforme disposto no item 11.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, as quais deverão apresentar:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

d) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea "c" acima, observados os seguintes requisitos:

d.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

d.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

e) Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

3.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021).

4. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

4.1. Será necessário formalização de Contrato para o objeto deste Termo de Referência.

4.2. O contrato a ser firmado terá vigência inicial de 5 (cinco) anos, contados a partir da sua assinatura.

4.3. O contrato poderá ser prorrogado por igual período, em caso de interesse das partes, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 72 da Instrução Normativa TJTO nº 4/2023 e art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. Por se tratar de prestação de serviço continuado, cuja suspensão acarretaria em sérios prejuízos às atividades jurisdicionais desenvolvidas no PJTO, justifica-se a escolha da vigência máxima para o Contrato, conforme o disposto no art. 72, II, da IN TJTO nº 4/2023 e nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Em relação a nova regra que disciplina sobre o prazo de vigência dos contratos continuados, a equipe responsável pelo planejamento da contratação optou por um prazo maior para a vigência do contrato, considerando as seguintes peculiaridades:

4.5.1. O prazo da vigência contratual ampliado será mais atrativo para o mercado, uma vez que as empresas licitantes terão maior período para a diluição dos custos. Essa possibilidade, impactará positivamente no preço final da proposta, favorecendo o PJTO em termos de economicidade e ampliação da competitividade; e

4.5.2. Considerando a essencialidade dos serviços objeto deste Termo, o prazo contratual mais longo, proporcionará maior estabilidade e segurança para o Contratante e a Contratada, reduzirá custos e burocracias com prorrogação anual, e facilitará a gestão dos contratos.

4.6. Nos termos do Acórdão nº 1186/2017 - Plenário TCU, a parcela mensal a título de Aviso Prévio Trabalhado (APT) será no máximo de 1,94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação contratual, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei nº 12.506/2011.

5. MODELO DE GESTÃO

5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste

5.1.1. Segue abaixo a indicação dos servidores aptos a desempenhar as funções de gestor(a) e fiscal do contrato, tanto como titular, como substituto, para acompanharem a sua execução, conforme o disposto no Anexo V da IN TJTO nº 04/2023:

Gestão do Contrato					
Gestor(a)			Gestor(a) Substituto(a)		
Servidor(a) Indicado(a):	João Carlos Sarri Júnior	Matrícula: 353451	Servidor(a) Indicado(a):	Aline Aragão Ishizawa	Matrícula: 233558
Fiscalização do Contrato					
Fiscal			Fiscal Substituto		
Servidor(a) Indicado(a):	Francisco Magno Mendes de Miranda	Matrícula: 367475	Servidor(a) Indicado(a):	Rafael de Oliveira Molina	Matrícula: 36778
Fiscalização Setorial					
Ficará a cargo dos Juizes Diretores dos Fóruns ou seus substitutos, da Corregedoria Geral de Justiça, da Escola Superior da Magistratura Tocantinense e do(a) Diretor(a) Geral do Tribunal de Justiça, a designação de um(a) servidor(a) para a função de Fiscal Setorial e Fiscal Setorial substituto para acompanhar a execução do contrato, nas Comarcas e prédios que compõem a estrutura do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.					

5.1.1. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.2. Após a assinatura do contrato, o CONTRATANTE **CONVOCARÁ** o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de manutenção, incluindo metas, metodologia, cronograma, execução e supervisão permanente dos serviços, plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.2.1. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

5.2.2. As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, através de decisões escritas, e-mail ou outros meios oficiais.

5.2.3. A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.2.4. A Contratada não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

5.2.5. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos equipamentos e ferramentas fornecidos.

5.2.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante especialmente designados, na forma do art. 117 da Lei no para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertencente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

5.2.7. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrava, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I -Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrava, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertencente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II -Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III -Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV -Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer nas comarcas, devendo ser designado um servidor da Comarca para acompanhar os serviços;

5.2.8. Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão deverá designar representantes nesses locais (Comarcas) para atuarem como fiscais setoriais.

5.2.9. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

5.2.10. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

I - no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos, devidamente assinada pela CONTRATADA; exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;

c) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

d) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

5.2.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.12. A fiscalização observará o aspecto qualitativo do serviço prestado, devendo ser anotado, em registro próprio, as falhas detectadas, e comunicadas à autoridade competente;

5.3. O gestor do Contrato registrará os relatórios de fiscalização, bem como as notificações em processo distinto ao da contratação;

5.3.1. Fiscalização inicial (início do contrato):

a) Elaborar a planilha-resumo referente a todo o contrato administrativo. Ela conterá todos os empregados terceirizados que prestam serviços no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com as seguintes informações: nome completo, número de CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos e sua quantidade (vale-transporte, auxílio- alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências, horas extras trabalhadas;

b) Conferir as anotações nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS dos empregados, por amostragem, e verificar se elas coincidem com o informado pela Contratada e pelo empregado. Atenção especial para a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (importante estar corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações) e todas as eventuais alterações dos contratos de trabalho;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT), bem como ao contido na proposta apresentada por ocasião da licitação;

e) Consultar eventuais obrigações adicionais constantes na CCT pactuada entre o sindicato patronal e o sindicato dos empregados, para as categorias funcionais que se aplicam;

f) Verificar a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, caso haja exposição de alguns dos empregados em tais condições, estes farão jus ao recebimento dos respectivos adicionais previstos em Lei. Além disso, tais condições obrigam a Contratada a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), para o exercício das funções.

5.3.2..Fiscalizações mensais (a serem feitas antes do pagamento da fatura):

- a) Ratificar a planilha-mensal apresentada pela Contratada, a qual conterá os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, os dias efetivamente trabalhados, horas extras trabalhadas, férias, licenças, faltas, ocorrências;
- b) Verificar na planilha-mensal o número de dias efetivamente trabalhados;
- c) Exigir da Contratada os comprovantes de pagamento dos salários, vale-transporte e auxílio alimentação dos empregados;
- d) Exigir da Contratada os recolhimentos do FGTS por meio dos seguintes documentos:
- e) cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela DCTFWeb – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários;
- f) cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;
- g) cópia da Relação dos Trabalhadores detalhada na guia emitida pelo FGTS Digital (RE);
- h) Exigir da Contratada os recolhimentos das contribuições ao INSS por meio de:
- h.1) cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela DCTFWeb;
- h.2) cópia do Comprovante de Declaração à Previdência;
- h.3) cópia do Documento de Arrecadação da Receita Federal (DARF - Previdência Social), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet; e
- i) cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes na Guia detalhada do Arquivo FGTS Digital, exigir a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), sempre que expire o prazo de validade.
- 5.3.3. Fiscalização diária:
- a) Conferir quais empregados terceirizados estão prestando serviços e em quais funções. Fazer o acompanhamento com a planilha-mensal;
- b) Verificar se os empregados estão cumprindo a jornada de trabalho. A forma de compensação da jornada de trabalho poderá ser objeto de acordo entre a Contratada e o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Deverá ser instaurada uma rotina para autorizar pedidos de realização de horas extras por terceirizados, caso seja imprescindível;
- c) Evitar ordens diretas aos terceirizados. As solicitações de serviços, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto da Contratada;
- e
- d) Evitar toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço como a negociação de folgas ou a compensação de jornada. Essa conduta é exclusiva do empregador.
- 5.3.4. Fiscalização especial:
- a) Observar qual é a data-base da categoria prevista na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Os reajustes dos empregados devem ser obrigatoriamente concedidos pela Contratada no dia e percentual previstos (verificar a necessidade de proceder ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato em caso de reajuste salarial); e
- b) Controle de férias e licenças dos empregados na planilha-resumo.
- 5.3.5. Fiscalização – demais disposições:
- a) A execução do contrato a ser firmado será acompanhada e fiscalizada pela Diretoria de Infraestrutura e Obras, ou por meio de servidor deste Tribunal devidamente designado pela mesma, cujas atribuições básicas serão:
- b) solicitar à contratada todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços; e
- c) solicitar substituições quando julgar necessárias.

5.3.6. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins reserva-se o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços objeto deste Termo;

5.3.7..Cabe à Contratada atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto desta licitação, sem que disso decorra qualquer ônus para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros;

5.3.8.As decisões e/ou providências que ultrapassem a competência do gestor do contrato deverão ser levadas, por escrito, ao conhecimento da Diretoria de Infraestrutura e Obras, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes e necessárias a cada caso;

5.3.9. As ocorrências de desempenho ou comportamento insatisfatório, falhas, insuficiências, erros e omissões constatados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins serão registrados e comunicados, por escrito, à Contratada, fixando-se prazo para a sua correção, conforme conveniência;

5.3.10. A fiscalização do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins terá livre acesso aos locais de trabalho dos empregados da Contratada;

5.3.11.As vistorias e fiscalizações serão, preferencialmente, acompanhadas por representante ou preposto da Contratada.

5.4. A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade no fornecimento dos serviços. Demais atribuições e responsabilidades do gestor de contratos no âmbito do TJTO estão disciplinadas na Instrução Normativa nº 04/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

5.5. CONTA-DEPÓSITO VINCULADA PARA A QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

5.5.1. As partes envolvidas na contratação deverão guardar observância aos termos da Resolução nº 651, de 29 de setembro de 2025, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e suas alterações posteriores, através das disposições a seguir.

5.5.2. A assinatura do contrato entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a Contratada será sucedida dos seguintes atos:

a) Solicitação pelo Tribunal ao Banco, mediante ofício, de abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – no nome da Contratada, devendo o banco público oficial ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins sobre a abertura da referida conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – na forma do modelo consignado no supracitado termo de cooperação;

b) Assinatura, pela empresa Contratada, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e de termo específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Tribunal.

5.5.3. Durante a execução do contrato poderá ocorrer liberação de valores da conta-depósito mediante autorização do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que deverá expedir ofício ao banco público oficial.

5.5.4. Após a movimentação da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – o banco público oficial comunicará ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por meio de ofício.

5.5.5. Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no termo de cooperação técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

5.5.6. Os encargos trabalhistas serão contingenciados pelos percentuais de acordo com a proposta:

Percentuais para Contingenciamento de Encargos Trabalhistas	
TÍTULO	%
13º Salário	8,33
Férias e adicional de férias	12,10
Subtotal	20.43
Incidência do Módulo 2.2 sobre o Módulo 2	
Multa FGTS por dispensa sem justa causa	4,0
Total de encargos a contingenciar em Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação	

5.5.7. A verificação dos percentuais indicados, o acompanhamento, o controle, a conferência dos cálculos efetuados, a confirmação dos valores e da documentação apresentada e demais

verificações pertinentes serão realizadas pela Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

5.5.8 A Diretoria Financeira sempre pedirá autorização ao ordenador de despesas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para movimentar a conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.

5.5.9. A Contratada poderá solicitar a autorização do Tribunal de Justiça do Tocantins para:

a) pagamento direto aos empregados: quando o tribunal ou conselho autorizar e solicitar ao banco público oficial a transferência dos valores diretamente para a conta dos empregados, para quitação de encargos trabalhistas vencidos.

b) resgate pela contratada: quando a empresa comprovar que já efetuou os pagamentos aos empregados e solicitar o reembolso correspondente.

5.5.10. Para resgatar os recursos da conta vinculada na hipótese do inciso II do art 5º da referida Resolução, a empresa contratada deverá apresentar à unidade competente do tribunal ou conselho os documentos comprobatórios do pagamento efetivo das verbas trabalhistas e previdenciárias devidas aos empregados alocados na execução do contrato.

5.5.11. O tribunal ou conselho, por meio de seus setores competentes, expedirá, após a conferência dos cálculos e a verificação da documentação, a autorização para movimentação dos recursos creditados na conta vinculada e encaminhará à Instituição financeira no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

5.5.12. O banco público oficial deverá apresentar ao órgão contratante, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os comprovantes de depósito realizados nas contas dos beneficiários.

5.5.13. Nos casos de rescisão de contrato de trabalho de empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, o tribunal ou conselho deverá requerer assistência do sindicato da categoria, quando exigível por norma coletiva, para verificar se os termos da rescisão do contrato de trabalho estão corretos.

5.5.13.1. Caso a convenção coletiva ou o sindicato exijam o pagamento antes da homologação, a empresa poderá solicitar o resgate da conta vinculada para pagamento das verbas rescisórias, devendo apresentar ao tribunal ou ao conselho, na situação consignada no inciso II do art 5º da referida Resolução, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta-corrente do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários.

5.5.13.2. A contratada poderá solicitar o resgate ou a movimentação da conta-depósito vinculada para quitação das verbas trabalhistas contingenciadas em relação aos empregados que comprovadamente atuaram na execução do ajuste e que serão desligados do quadro de pessoal da empresa contratada, em decorrência do encerramento da vigência do contrato.

5.5.13.3. Se após o(s) resgate(s) ou a(s) movimentação(ões) indicado(s) no parágrafo anterior houver saldo na conta-depósito vinculada, o valor deverá ser utilizado pela contratada para pagamento aos empregados que permaneceram no quadro de pessoal da contratada à medida que ocorrerem os fatos geradores das verbas trabalhistas contingenciadas, observada a proporcionalidade do tempo em que o empregado esteve alocado na prestação dos serviços por força contratual.

5.5.13.4. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

5.5.14. O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins não repassará à Contratada nenhum custo em relação às tarifas de abertura e movimentação da conta-depósito vinculada – bloqueada, não haverá descontos diretamente na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação. O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins possui Convênio junto a Caixa Econômica Federal para abertura de contas vinculadas, sem custo de tarifas de abertura de contas, bem como taxas de movimentação e administração.

5.5.15. Caso a Contratada descumpra quaisquer das obrigações relativas a este item 5.5 e subitens, se sujeitará às penalidades previstas neste Termo, caracterizando como falha grave na execução do contrato.

6. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO – RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 O início da execução do objeto será no prazo máximo de 05 (dias) dias corridos do recebimento da Ordem de Serviço, o emitidos após a formalização da contratação;

6.2 Os serviços serão executados nos prédios pertencentes ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins, conforme **Anexo II**.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

7.1. Deveres e responsabilidades do Contratante

7.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação;

7.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;

7.1.3. Proporcionar condições para a execução do objeto deste Termo;

7.1.4. Acompanhar a execução dos serviços, verificando se a rotina e a frequência estão sendo atendidas, conforme este Termo de Referência;

7.1.5. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto deste Termo, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas;

7.1.6. Observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, exigindo todos os documentos de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.7. Assegurar os recursos necessários para custear as despesas deste Termo, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;

7.1.8. Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução do contrato;

7.1.9. Observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, exigindo todos os documentos de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.10. Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada nas suas dependências, desde que devidamente identificados, para a execução dos serviços contratados;

7.1.11. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, e exigir correção imediata, sob pena de suspensão do contrato a ser firmado, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos;

7.1.12. Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado da Contratada que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização, ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;

7.1.13. Comunicar oficialmente à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do serviço, bem como quaisquer falhas de qualquer natureza grave;

7.1.14. Verificar, em relação aos empregados da Contratada, o atendimento dos requisitos mínimos de qualificação profissional exigidos, solicitando substituição, se for o caso;

7.1.15. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada quando a legislação dispuser;

7.1.16. . Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pelo fiscal e gestor do contrato e autorizada pela Diretoria de Infraestrutura e Obras, desde que observado o limite da legislação trabalhista;

7.1.17. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na Contratada;

c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distinta daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

d) Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio Tribunal ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

7.1.18. Interromper, incontinenti, os serviços que apresentarem irregularidades em sua prestação, comunicando o fato imediatamente à CONTRATADA, bem como qualquer eventual ocorrência de relevo relacionado com o mesmo.

7.1.19. Notificar a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos equipamento e ferramentas fornecidos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

7.1.20. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa contratada;

7.1.21. Comunicar imediatamente a CONTRATADA qualquer incorreção apresentada com o objeto.

7.1.22. Caso necessário, acatar e por em prática as recomendações feitas pela CONTRATADA no que diz respeito às condições, ao uso e ao funcionamento dos equipamentos.

7.1.23. Recusar qualquer serviço cuja qualidade não se revista do padrão desejado, bem como equipamento que não atenda satisfatoriamente aos fins a que se destinam. Nesse caso, a CONTRATADA deverá retirá-los das dependências do CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. Os serviços rejeitados deverão ser refeitos pela CONTRATADA sem nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE.

7.1.24. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

I - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;

III - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;

IV - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

V - demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto desta contratação;

VI - prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.

7.2. Deveres e responsabilidade da Empresa contratada

7.2.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Termo;

7.2.2. Manter durante a execução do contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

7.2.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

7.2.4. Iniciar a execução dos serviços pactuados a partir da autorização do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, através da Diretoria de Infraestrutura e Obras, a qual emitirá a Ordem de Serviço, e informar em tempo hábil qualquer fato ou motivo impeditivo que a impossibilite de assumir suas atividades conforme estabelecido;

7.2.5. Após o recebimento da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 5 (cinco) dias corridos;

7.2.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas por este contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante, salvo na hipótese do § 2º, do art. 121, da Lei n.º 14.133/2021.

7.2.7. Manter matriz, filial ou escritório no município de Palmas - TO, durante toda a vigência do contrato, com condições adequadas a gerenciar todos os postos de serviços;

7.2.8. Fornecer, em até 5 (cinco) dias corridos a contar da data de assinatura do contrato, endereço, matriz ou escritório no município de Palmas - TO, bem como o telefone comercial fixo, móvel, whatsapp e endereço eletrônico, devendo atualizar todos os dados sempre que houver alteração;

7.2.9. Implantar, adequadamente, a execução e supervisão dos serviços, mantendo sempre, em perfeita ordem, todas as exigências dos mesmos;

7.2.10. Prestar os serviços de acordo com as normas disciplinares determinadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e dentro dos parâmetros estabelecidos, com fornecimento de todos os materiais necessários à sua realização;

7.2.11. Apresentar o profissional (preposto), sem custo adicional, devidamente credenciado por procuração, aceito pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, para representá-la na execução do contrato, que deverá ser qualificado para exercer atribuições de supervisão, orientação, movimentação de seus empregados e manter entendimentos com a Diretoria de Infraestrutura e Obras do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins sobre a execução dos serviços;

7.2.12. Apresentar cópias das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

- 7.2.13. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do contrato;
- 7.2.14. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 7.2.15. Apresentar e submeter à Diretoria de Infraestrutura e Obras relação nominal dos empregados em atividade nas dependências do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, qualificados civilmente;
- 7.2.16. Manter vínculo empregatício formal e expresso com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento dos encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, fiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica da Contratada, incidentes sobre o objeto do contrato, ficando ressalvada que a inadimplência da Contratada para com estes encargos não transfere ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins a responsabilidade por seu pagamento;
- 7.2.17. Recrutar e empregar pessoal qualificado, com idade não inferior a 18 (dezoito) anos, em pleno gozo dos seus direitos civis, capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, para o desempenho das funções, bem como ter boa conduta e saúde comprovada por Atestado Médico expedido nos últimos 30 (trinta) dias;
- 7.2.18. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- 7.2.19. Efetuar controle da frequência dos empregados, por ponto eletrônico, quando no local de prestação dos serviços existirem mais de 10 (dez) empregados e por meio que não seja padronizado, em consonância com a Súmula nº 338 do Tribunal Superior do Trabalho – TST, para os locais com até de 10 (dez) empregados;
- 7.2.20. Realizar às suas expensas, na forma da legislação pertinente, os exames médicos necessários na admissão, durante a vigência do contrato de trabalho e na demissão de seus empregados;
- 7.2.21. Manter seu pessoal orientado para usar o uniforme conforme estabelecido;
- 7.2.22. Manter seu pessoal identificado, por meio de crachá, com fotografia recente, contendo a razão social da Contratada, nome e categoria profissional;
- 7.2.23. Manter a disciplina no local dos serviços, zelando pelo respeito e cortesia no relacionamento entre colegas, com os usuários e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, além de cumprir as normas de segurança da Administração e as normas de segurança e medicina do trabalho, substituindo, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após notificação, qualquer empregado cuja conduta seja considerada inconveniente pela Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- 7.2.24. Impedir que os profissionais que cometam faltas disciplinares, qualificadas de natureza grave, previstas no art. 482 da Consolidação das Leis do trabalho - CLT, e, nos demais casos similares, sejam mantidos ou retornem às instalações do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na condição de prestadores de serviços;
- 7.2.25. Suprir toda e qualquer falta no posto de serviço por profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos, no prazo de até 2 (duas) hora, após o horário de início dos serviços. O substituto deverá cumprir os mesmos requisitos exigidos para o preenchimento do posto de serviço.
- 7.2.26. Manter nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins cadastro de profissionais, atualizado, de forma que o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins possa verificar, a qualquer tempo, a conformidade dos requisitos exigidos para preenchimento do posto a ser ocupado;
- 7.2.27. Remunerar o substituto com o salário devido ao profissional substituído, recolhendo-se os encargos correspondentes e previstos contratualmente; e
- 7.2.28. Preencher o posto vago após autorização do gestor do contrato, sob pena de glosa do valor correspondente ao período que o posto permaneceu desocupado, bem como, aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.
- 7.2.29. Supervisionar e orientar seus empregados, mantendo entendimentos com o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, visando o fiel desempenho das atividades, observando sempre os critérios de qualidade a serem prestados;
- 7.2.30. Orientar seus funcionários alocados nos postos de trabalho a:
- a) Não permanecer em grupos conversando com visitantes, colegas ou funcionários, durante o horário de expediente, sobre assuntos diversos às atividades exercidas no posto de serviço; e
 - b) Apresentar-se ao local de prestação dos serviços devidamente asseados, barbeados, unhas e cabelos cortados, e os cabelos presos ou curtos.
 - c) Observar conduta adequada na utilização dos equipamentos e ferramentas, objetivando a perfeita execução dos serviços.
 - d) Encaminhar ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins a relação dos empregados que usufruirão férias no período subsequente, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

- e) Obedecer às normas relativas a acidentes de trabalho, responsabilizando-se por todos os encargos decorrentes do sinistro, inclusive fazendo seguro se as normas exigirem;
- f) Tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados, assumindo todas as responsabilidades daí decorrentes;
- g) Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

h) Acatar todas as orientações do setor competente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, inclusive quanto à frequência diária dos empregados da Contratada, visando comprovar o atendimento da escala de distribuição de pessoal, bem como do efetivo contratado, devendo também, prestar todos os esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas;

7.2.31. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, não eximirá a Contratada de total responsabilidade pela má execução dos serviços objeto do contrato;

7.2.32. Não transferir a outrem os serviços ora contratados, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

7.2.33. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização do contrato a ser firmado, cuidando imediatamente das providências;

7.2.34. A Contratada responderá por danos ou desaparecimento de bens materiais, de acordo com o art. 120, da Lei nº 14.133/21 e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto, a terceiro ou ao próprio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, desde que fique comprovada a responsabilidade;

7.2.35. Pagar, **até 5º dia útil do mês subsequente**, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal, todos os encargos decorrentes, exibindo, sempre que solicitado, as respectivas comprovações. O descumprimento ensejará o direito de retenção de seus créditos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

7.2.36. Efetuar o pagamento dos salários via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

a) Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

b) Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.2.37. Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora;

7.2.38. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

7.2.39. Prestar esclarecimentos ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços licitados;

7.2.40. Apresentar nota fiscal mensalmente, em conjunto com toda documentação exigida pela fiscalização do contrato e neste Termo de Referência;

7.2.41. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;

7.2.42. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Edital, sem a prévia autorização do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

7.2.43. Sujeitar-se às disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.070, de 11/09/1990, no que couber;

7.2.44. Manter, por si, por seu preposto e empregados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

7.2.45. Manter durante toda a sua execução, preposto que tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, o qual deverá ainda orientar os profissionais alocados nos postos de trabalho para:

- a) não permanecer em grupos conversando com visitantes, colegas ou funcionários, durante o horário de trabalho, sobre assuntos diversos da atividade exercida no posto de serviço;

- b) utilizar o telefone exclusivamente para o serviço. Em caso excepcional de ligações particulares, o valor das mesmas deverá ser ressarcido ao Tribunal de Justiça;
 - c) ser pontual no horário de trabalho;
 - d) tratar com urbanidade as pessoas;
 - e) apresentar-se devidamente uniformizado e asseado;
 - f) portar em lugar visível e acima da cintura o crachá de identificação;
 - g) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do contrato.
- 7.2.46. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado;
- 7.2.48. Comunicar ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, formalmente, com no mínimo 120 (cento e vinte) dias de antecedência, contados da data limite da vigência do contrato, o desejo de não o prorrogar;
- 7.2.49. Apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, comprovante de cadastramento de seus empregados no PIS/PASEP;
- 7.2.50. Providenciar treinamentos e reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados;
- 7.2.51. Autorizar, por meio de declaração, no momento da assinatura do contrato, o Tribunal de Justiça do Tocantins a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos termos das Resoluções CNJ nº 651 de 29 de setembro de 2025; nº 183 de 24 de outubro de 2013 e n.º 248 de 24 de maio de 2018 e as estipuladas neste termo;
- 7.2.53. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando não for possível realizar o pagamento diretamente aos empregados;
- 7.2.54. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 7.2.55. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
- a) Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
 - b) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto as questões arroladas no artigo 134 da Lei 14.133/21.
- 7.2.56. Comprovar os pagamentos referentes aos recolhimentos das Contribuições Sociais (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês anterior da prestação dos serviços faturados e compatíveis com o efetivo declarado, na forma do parágrafo 4º do art. 31 da Lei no 9.032, de 28 de abril de 1995;
- 7.2.57. Entregar planilha-mensal que contere os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, os dias efetivamente trabalhados, horas extras trabalhadas, férias, licenças, faltas, ocorrências.
- 7.2.58. Atender as disposições relacionadas à solicitação da abertura de conta – depósito vinculada bloqueada para movimentação no prazo estabelecido neste Termo de Referência.
- 7.2.59. Conforme a Resolução n.º 07/2005 do CNJ, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
- 7.2.60. A CONTRATADA deverá fornecer aos funcionários, gratuitamente, EPI – equipamento de proteção individual – sempre que houver necessidade de proteção da saúde e integridade física do trabalhador contra riscos de acidentes do trabalho e/ou doenças profissionais e do trabalho, em observância aos preceitos da Norma Regulamentadora nº 6, da Portaria nº 3.214/78, a saber:

- a) adquirir o tipo de EPI adequado à atividade do empregado;
 - b) fornecer ao empregado somente EPI com Certificado de Aprovação, fornecido pelo Ministério do Trabalho e da Administração e de empresas cadastradas no Departamento Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador;
 - c) treinar o trabalhador sobre o uso adequado do correspondente EPI;
 - d) tornar obrigatório o seu uso;
 - e) substituí-lo, imediatamente, quando danificado ou extraviado;
 - f) responsabilizar-se pela sua higienização e manutenção periódica;
 - g) comunicar ao Ministério do Trabalho e da Administração qualquer irregularidade observada no EPI.
 - h) O fornecimento de EPI deverá ser realizado contra recibo firmado pelo trabalhador, o qual se comporá de ficha individual de fornecimentos de EPI's, onde constarão, de forma discriminada, todos os equipamentos entregues. No caso de EPI's com fornecimento contínuo, admite-se o registro de forma sintética, semanal ou mensal da mesma forma.
 - i) Todos os profissionais, quando nas dependências do Poder Judiciário Tocantinense, deverão estar uniformizados e usando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados.
 - j) O EPI é de uso obrigatório e individual, não se admitindo a utilização compartilhada ou coletiva.
 - k) A Contratada deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os itens nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços.
 - l) As ferramentas e equipamentos previstos para entrega no início do contrato deverão ser substituídos, em caso de necessidade, no decorrer da execução contratual.
- 7.2.61. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;
- 7.2.62. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo CONTRATANTE;
- 7.2.63. Dar integral cumprimento a sua proposta, a qual passa a integrar este instrumento, independentemente de transcrição;
- 7.2.64. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional contratada, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outra empresa a responsabilidade por problemas na prestação do objeto.
- 7.2.65. Responsabilizar-se por todos os recursos e equipamentos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com ferramentas, equipamentos, seguros, impostos, taxas, encargos e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto;
- 7.2.66. Submeter à avaliação do CONTRATANTE, obrigatoriamente, acervo técnico de profissional que, por qualquer razão, venha a substituir funcionário do quadro já aprovado para realização dos serviços;
- 7.2.67. Implantar adequadamente o plano de manutenção, incluindo metas, metodologia, cronograma, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz;
- 7.2.65. O Responsável Técnico reportar-se-á, sempre que houver necessidade, diretamente à FISCALIZAÇÃO do Contrato e deverá tomar todas as providências pertinentes, para que sejam corrigidas quaisquer imperfeições, defeitos e/ou falhas detectadas na execução dos serviços contratados;
- 7.2.66. Executar os serviços objeto do Contrato com zelo, efetividade e de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo CONTRATANTE;
- 7.2.67. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste documento, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos equipamentos, ferramentas e utensílios;
- 7.2.68. Cumprir os prazos estipulados pelo fiscal do Contrato. Caso haja necessidade de maior prazo, a CONTRATADA deverá formalizar imediata comunicação ao CONTRATANTE, justificando as causas e propondo novos prazos, que poderão ser aceitos ou não pelo fiscal do Contrato;

7.2.69. Conhecer as especificações técnicas e todas as instalações e equipamentos que serão mantidos e reparados durante a vigência do Contrato, uma vez que a CONTRATADA procedeu à minuciosa vistoria executando cada levantamento necessário ao desenvolvimento de seu trabalho, de modo a não ter incorrido em omissões as quais jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços;

7.2.70. Responder por e corrigir prontamente todos os problemas, vícios, falhas e defeitos percebidos na execução dos serviços contratados, bem como refazer ou adequar quaisquer serviços impugnados pela FISCALIZAÇÃO, sem qualquer ônus adicional para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

7.2.71. Comunicar ao Fiscal, **por escrito**, sempre que verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrências, que possam vir a prejudicar o cumprimento dos serviços;

7.2.72. Fornecer e assumir inteira responsabilidade pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, equipamentos, acessórios, ferramentas, utensílios, componentes, necessários ao perfeito cumprimento dos serviços;

7.2.73. Fazer cumprir e assumir inteira responsabilidade pelo cumprimento, por parte de seus técnicos e empregados, de todas as normas internas e disciplinares determinadas pelo CONTRATANTE, em especial das normas relativas à segurança do edifício onde serão executados os serviços e das Normas de Higiene e Segurança no Trabalho;

7.2.74. Manter sempre a disciplina nos locais dos fornecimentos e de realização dos serviços, bem como substituir, sempre que demandado pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer técnico ou empregado cuja conduta, atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público, além de impedir, também, qualquer futuro retorno dessa pessoa às dependências das unidades do Poder Judiciário, na condição de funcionário ou prestador de serviços da CONTRATADA;

7.2.75. Executar os serviços sempre de acordo com as recomendações dos fabricantes e em obediência às normas técnicas e regulamentares expedidas pelos órgãos competentes, bem como às normas da ABNT atinentes ao assunto;

7.2.76. Cumprir os postulados legais e normas, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, relativos à segurança tanto dos seus técnicos e empregados quanto dos usuários finais dos serviços e produtos contratado;

7.2.77. Instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;

7.2.78. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

7.2.79. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.80. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

8. REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Os mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre o Contratante e a Contratada serão os seguintes:

8.1.1. As comunicações e determinações do gestor à contratada serão feitas por escrito, via ofício, via comunicação eletrônica (e-mail), sendo possível outras formas de comunicação, desde que por meio idôneo e passível de registro e documentação.

8.1.2. No início da execução dos serviços, a Contratada deverá informar ao(a) Gestor(a) do contrato, nome(s) do(s) encarregado(s) e os meios de comunicação a serem utilizados para o pronto atendimento às demandas e solicitações do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

8.1.3. A Contratada deverá manter os meios de comunicação sempre atualizados junto ao(a) Gestor(a) do contrato, sempre que houver mudança de encarregado/preposto e mudanças nos canais de atendimento.

8.2. Descreve-se a seguir as atribuições resumidas de cada um dos postos de trabalho:

8.2.1. Oficial em Manutenção Predial: Execução de serviços artesanais diversos, além de auxílio à execução de serviços de mecânica, elétrica, hidráulica, soldas e outros, respeitadas as limitações inerentes à sua formação profissional, visando ao atendimento das necessidades do contrato.

8.2.2. Eletricista de Manutenção: Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de instalações, inspeção de sistemas e quadros elétricos, verificação do estado, instalação e realização

de troca de lâmpadas, luminárias, reatores, eletrocalhas, eletrodutos, dutos, interruptores, tomadas e disjuntores, passagem de cabos por condutores, consertos básicos em cerca elétrica e demais componentes do sistema elétrico da instalação, visando ao atendimento das necessidades do contrato.

8.2.3. Técnico de Equipamento de Áudio/Vídeo: avaliar, projetar e montar sistemas de sonorização ambiente e externa (PA's); conhecimento dos equipamentos, finalidade e utilização; conhecimento de eletrônica para reparos e manutenção; conhecimento aprofundado na área de computação; executar gravações de sessões do Pleno, Câmaras e Tribunais do Juri, executar outras tarefas correlatas.

8.2.4. Encanador: Execução de serviços de montagem, ajustes, instalação e reparo de encanamentos, tubulações, aparelhos sanitários, caixas de descargas, testes e consertos da rede hidráulica, incluindo canalizações, válvulas, registros e outros componentes do sistema hidráulico, visando ao atendimento das necessidades do contrato.

8.2.5. Técnico em Refrigeração e Climatização: Instalar e dar manutenção em aparelhos de ar condicionado e ventilação, calefação, refrigeração, regulação de temperatura e secagem, orientando-se por desenhos, esquemas, normas e especificações técnicas e utilizando instrumentos e métodos apropriados para cooperar no desenvolvimento, fabricação, montagem, instalação, funcionamento, manutenção e reparo desses equipamentos.

8.2.6. Técnico em Cabeamento Estruturado: Realizar atividades na área de telefonia e cabeamento de redes estruturada, Montagem de infraestrutura, Lançamentos de cabos metálicos, Conexão de tomadas lógicas, Certificação de cabos UTP e fibra óptica; Monitoramento e suporte ao usuário da rede de dados e voz; Emissão de relatórios; Manutenção preventiva e corretiva na rede de dados e voz; Configuração de ativos de redes; Conhecimento da norma de cabeamento estruturado para edifícios comerciais e para data centers (ABNT NBR 14565) e Conhecimento da norma de cabeamento estruturado para residências (ABNT NBR 16264).

8.3. Execução dos Serviços

8.3.1 Será de responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das condições contidas no Código de Obras dos Municípios de execução dos serviços e das exigências das concessionárias locais, inclusive, se for o caso, as aprovações de projetos e obtenção de licenças que se façam necessárias à perfeita execução dos serviços contratados.

8.3.2. Poderão ser impugnados pela FISCALIZAÇÃO todos os serviços que não satisfaçam às condições estabelecidas. Nestas circunstâncias, a CONTRATADA ficará obrigada a refazer os serviços logo que notificada pelo Tribunal.

8.3.3. A CONTRATADA deverá adotar procedimentos que evitem danos à edificação e suas benfeitorias ou ainda a terceiros. Quaisquer prejuízos provocados pela CONTRATADA, decorrentes da execução dos serviços, serão de sua total responsabilidade.

8.3.4. Caberá à CONTRATADA prever e executar todo e qualquer serviço preliminar e/ou instalações provisórias que se verifiquem necessários à realização do objeto destas especificações.

8.3.5. A CONTRATADA deverá considerar que todos os trabalhos serão executados com o mínimo de transtorno para os funcionários do Poder Judiciário Tocantinense.

8.3.6. Os funcionários ocupantes dos postos de trabalho deverão trabalhar 44 (quarenta e quatro) horas semanais sendo 9 (nove) horas diárias de segunda a quinta-feira, e 8 (oito) horas na sexta-feira. Para tanto, os mesmos gozarão de 1 (uma) hora de intervalo de segunda a quinta-feira e 2 (duas) horas na sexta-feira, durante os dias úteis da semana, sem haver necessidade de expediente aos sábados;

8.3.7. Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins poderá solicitar que a Contratada preste os serviços de manutenção entre os horários de 6h às 22h, desde que respeitados os limites da jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ressalvados a necessidade da realização de serviços extraordinários, desde que atendidas às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho –CLT;

8.3.8. Todavia o horário de funcionamento dos postos de trabalho, e consequentemente a jornada de trabalho dos funcionários, poderá sofrer eventuais alterações, podendo ser solicitado para trabalharem aos sábados, domingos e feriados, conforme as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sem que isto implique em questionamentos por parte da Contratada ou reajustes dos valores contratados.

8.3.9. No caso de haver necessidade de realização de serviços após o cumprimento da jornada de trabalho diário ou nos fins de semana e feriados, aplicar-se-ão os termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Assim sendo, os serviços em horas suplementares deverão ser compensadas com a diminuição da jornada regular, durante o mesmo mês, sem que haja prejuízo aos serviços. Caso não seja possível aplicar a compensação, será efetuado o pagamento das referidas horas, até o limite legalmente permitido.

8.3.10. Em se havendo necessidade da realização dos serviços extraordinários, e não ocorrendo a compensação, os mesmos serão calculados e pagos com base no valor da hora trabalhada do profissional efetivamente designado para a prestação dos serviços, cujos quantitativos de horas extraordinárias mensais previstas para cada categoria funcional.

8.3.11. As horas suplementares decorrentes da extensão da jornada deverão ser faturadas em separado, apresentando-se cópias das folhas de ponto, comprovantes dos pagamentos (contra cheque), planilhas demonstrativas dos cálculos das horas extraordinárias, além dos comprovantes dos recolhimentos legais.

8.3.12. Os serviços em horas suplementares somente poderão ser realizados após os seguintes procedimentos:

- a) Existência de disponibilidade orçamentária;
- b) Autorização prévia do gestor do contrato; e
- c) Registro pelo gestor do contrato do montante de horas suplementares realizadas para fins de compensação ou pagamento.
- d) A realização de horas suplementares não deverá ultrapassar o limite legalmente estabelecido, ou seja, 2(duas) horas.

8.3.13. As horas excedentes dos postos de trabalho que por ventura se fizerem necessárias, não deverão ultrapassar 2 (duas) horas diárias, a não ser em virtude de ocasiões em que as atividades desenvolvidas sejam inadiáveis ou cuja execução possa acarretar prejuízos aos serviços, e serão remuneradas de acordo com o art. 61 § 2º Consolidação de Leis Trabalhistas –CLT.

8.3.14. Somente será considerada hora suplementar aquela que exceder à quantidade de horas mensais previstas para cada posto de serviço.

8.3.15. Caso ocorra a realização de horas extraordinárias sem a devida autorização, tais horas serão objeto de compensação, não podendo ser indenizadas.

8.3.16. Estipulação de horários específicos e necessidade de grande agilidade para realização de serviços nos gabinetes das autoridades e demais setores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

8.4. Relatórios e Controles

8.4.1. Relatórios Mensais

8.4.2. A CONTRATADA deverá apresentar relatórios mensais de ocorrências à FISCALIZAÇÃO do Tribunal de Justiça. Desses relatórios deverão constar, pelo menos, as seguintes informações:

8.4.3. Tipo de manutenção preventiva/corretiva efetuada, com indicação do(s) equipamento(s)/ instalação(ões) afetado(s) e nome dos técnicos responsáveis pela execução dos serviços;

- a) causa(s) do(s) defeito(s);
- b) providências adotadas;
- c) especificação das peças/materiais substituídos;

8.4.4. O relatório deverá conter a aprovação do Supervisor responsável pelo acompanhamento do contrato, contendo resumo das atividades desenvolvidas no período e, se for o caso, sugestões com vistas a otimizar o funcionamento dos sistemas e equipamentos.

8.5. Ocorrências em Equipamentos/Instalações:

8.5.1. A CONTRATADA deverá manter registro próprio de manutenção/ocorrências observadas nos sistemas ou equipamentos, assim como das atividades executadas pela equipe diariamente.

8.5.2. A CONTRATADA deverá comunicar, imediatamente, a existência de qualquer defeito em equipamentos/ instalações que não possa ser eliminado pelos serviços contratados, por estarem em garantia, e/ou cuja correção dependa de orçamento a ser previamente aprovado.

8.5.3. A CONTRATADA deverá, nesses casos, especificar as prováveis causas do(s) defeito(s) na referida comunicação.

8.4.4. O Tribunal de Justiça ficará incumbido de providenciar junto ao(s) fabricante(s), as verificações e reparos necessários.

8.6. Controles de Equipamentos/Instalações

8.6.1. Junto aos equipamentos e sistemas (luz de emergência, bombas de água e de recalque, ar condicionados, etc.) deverá ser afixado relatório de acompanhamento das manutenções preventivas contendo, no mínimo, o nome do funcionário que realizou a vistoria e a data do evento.

8.6.2. Obedecida a periodicidade máxima de 12 (doze) meses entre as intervenções, a CONTRATADA deverá, anualmente e sem ônus para o TJ, providenciar a inspeção dos sistemas elétricos utilizando equipamento de Termografia, e apresentar à FISCALIZAÇÃO no prazo de 15 (quinze) dias após a realização das medições, relatório contendo os dados obtidos, sugerindo, se for o caso, correções para as falhas detectadas. A primeira inspeção deverá ocorrer no prazo máximo de 02(dois) meses após o início da vigência do Contrato.

8.7. Comunicação na execução dos serviços

8.7.1. Além das comunicações escritas de natureza administrativa e/ou financeira, ocorridas entre a CONTRATADA e o Tribunal de Justiça, decorrentes da relação contratual existente, haverá a comunicação entre seus representantes, devendo ser contemplado:

8.7.2. As datas de início dos serviços e de cada uma de suas etapas, as solicitações de providências, as ocorrências relevantes. Em resumo, toda a comunicação entre o TJ e a CONTRATADA que envolva aspectos relativos ao cumprimento do termo contratual; registro da aplicação de materiais, mão-de-obra e equipamentos na execução dos serviços, do andamento geral dos serviços e outras informações de interesse geral.

8.7.3. As etapas de serviços concluídos, para aprovação da FISCALIZAÇÃO, após sua inspeção;

a) irregularidades e providências a serem tomadas no decorrer da ação da FISCALIZAÇÃO;

b) Quinto dia útil de cada mês, relatório detalhado das atividades desenvolvidas ao longo do mês anterior, relativas às atividades ou tarefas desenvolvidas, sempre que possível, apresentando enfoque estatístico que permita ao Tribunal obter índices e parâmetros de desempenho confiáveis, relativos aos itens que se constituem em objeto da manutenção.

8.7.4. O representante da CONTRATADA (Preposto) será o único autorizado a firmar as comunicações escritas acima descritas, sempre dirigidas à FISCALIZAÇÃO.

8.7.6. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao Tribunal, sob pena de responsabilização, a existência de qualquer defeito constatado nas instalações, equipamentos ou componentes que, porventura, não possam ser eliminados durante as atividades de rotina inerentes à execução do contrato.

8.8. Nas execuções das manutenções preventivas e corretivas deverão ser consideradas, no que couber, as normas brasileiras vigentes e pertinentes à natureza dos serviços a seguir relacionadas:

a) As leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais com pertinência ao objeto da prestação dos serviços;

b) As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO) e suas regulamentações, aplicáveis à prestação dos serviços;

c) aos regulamentos das concessionárias de serviços públicos, em especial, de energia elétrica e de telefonia;

d) as prescrições e as recomendações contidas em manuais dos fabricantes relativamente aos equipamentos mantidos;

e) as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial as relativas à segurança e de medicina do trabalho;

f) as normas internacionais consagradas, na falta de normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos em normas brasileiras;

g) as normas relativas ao cabeamento de prédios comerciais, de procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede interna estruturada (NBR14565);

h) redes telefônicas internas em prédios e de tubulação de entrada telefônica (NBR13726);

i) instalações elétricas de baixa tensão (NBR5410);

j) instalações elétricas de média tensão (NBR14039);

k) de proteção de estrutura contra descargas atmosféricas (NBR5419);

l) NBR-10898 – Sistemas de Iluminação de Emergência;

m) NBR-8160 – Sistemas Prediais de esgoto Sanitário – Projeto e Execução;

n) procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade (Portaria 2.914 do Ministério da Saúde).;

o) as Normas Regulamentadoras – NRs, especialmente NR-6 - Equipamentos de Proteção Individual - EPI e NR-10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, sendo da CONTRATADA a obrigação da responsabilidade técnica exigida pelas NRs perante a execução dos serviços.

p) as recomendações do fabricante.

8.9.Verificação da Qualidade dos Serviços

8.9.1. O preço a ser fixado em Contrato para a realização dos serviços objeto deste Termo refere-se à execução com a máxima qualidade. Portanto, a execução contratual que atinja os objetivos dos serviços contratados sem a máxima qualidade, importará pagamento proporcional pelo realizado, seguindo os critérios descritos neste Instrumento de Medição de Resultados.

8.9.2. É importante salientar que eventuais falhas e descumprimentos contratuais verificados serão devidamente apurados em Processos Administrativos próprios, podendo resultarem aplicação de sanção, sem prejuízo de possível rescisão do contrato, na forma prevista na lei.

8.10. Metodologia adotada para verificação da Qualidade

8.10.1. Os serviços objeto deste contrato serão periodicamente avaliados pela Fiscalização.

8.10.2. Ao identificar alguma ocorrência na execução do serviço e no cumprimento das obrigações acessórias, o Fiscal deverá comunicá-la imediatamente à Contratada, afim de que o problema possa ser sanado no menor prazo possível.

8.10.3. As ocorrências poderão ser identificadas a partir de diferentes instrumentos, como, por exemplo, reclamações de usuários, inspeções dos serviços realizadas pela Fiscalização Técnica do Contrato, avaliação de indicadores de desempenho, pesquisas de opinião, cumprimento de obrigações trabalhistas e verificação da documentação exigida no Edital, pela Fiscalização administrativa. Cada um desses instrumentos poderá ter diferentes periodicidades de aplicação, conforme tabela a seguir:

Instrumento de Medição	Periodicidade
Inspeções dos serviços realizadas pela Fiscalização do Contrato.	diária
Reclamações de usuários, Pesquisas de opinião.	Quando houver.
Avaliação de indicadores de desempenho	Mensal
Cumprimento de obrigações trabalhistas e verificação da documentação administrativa exigida na contratação (folha de pagamento, guias de FGTS e INSS, garantia, dentre outros).	Conforme a natureza da obrigação.

8.10.4. As ocorrências serão classificadas em “técnicas” e “administrativas”.

8.10.5. As ocorrências técnicas referem-se à execução do contrato, ou seja, à prestação do serviço em si. São exemplos de ocorrências técnicas:

- a) Ausência de ferramentas necessárias;
- b) Utilização de ferramentas inapropriadas e/ou em desacordo com o Edital;
- c) Ferramentas em quantidade insuficiente para todos os membros da equipe;
- d) Atraso na realização de serviços de manutenção preventiva previstos no Edital;
- e) Atraso no atendimento a ordens de serviços;
- f) Atraso na entrega do relatório mensal;
- g) Atraso superior a 3(três) dias para resposta a comunicações e questionamentos realizadas por e-mail;
- h) Uso de uniforme incompleto ou inadequado pelos funcionários;
- i) Atraso na entrega do uniforme aos funcionários;
- j) Funcionários sem utilizar EPIs, quando a situação exigir;
- k) As ocorrências administrativas referem-se ao cumprimento de obrigações trabalhistas e acessórias à execução do contrato. São exemplos de ocorrências administrativas:
- l) Atraso no pagamento do salário dos funcionários;

m) Atraso no pagamento de benefícios, como o vale transporte, vale refeição e plano de saúde dos funcionários;

n) Atraso na apresentação da garantia;

o) Falta de recolhimento de encargos trabalhistas e previdenciários.

8.10.6. Terminado o mês de prestação dos serviços, a Fiscalização apresentará à Contratada, até o 2º dia útil do mês seguinte, o "Relatório de Ocorrências" preenchido com as informações obtidas, conforme Anexo IV.

8.10.7. O Relatório de Ocorrências deverá ser assinado pela Fiscalização do contrato e pelo Preposto da empresa.

8.10.8. A Contratada deverá comunicar ao Tribunal quais medidas foram tomadas, a fim de evitar a repetição das ocorrências registradas pela Fiscalização.

8.11. MEDIÇÃO DE RESULTADO (Anexo IV)

8.11.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto neste termo de referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com quantidade inferior à demandada.

8.11.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

I- Fornecimento e uso de EPI's, uniformes, ferramentas e equipamentos no local da execução dos serviços;

II- Cumprimento dos prazos referentes às solicitações e notificações da Contratante;

III- Fornecimento dos equipamentos e ferramentas adequados e necessários para a execução dos serviços;

IV - Cumprimento das atividades e rotinas nos Postos de Serviços conforme atividades, orientações e atribuições definidas no Termo de Referência;

V - Cumprimento do prazo para substituição de funcionários em caso de eventual ausência;

VI - Atraso no pagamento de salários, 13º salário, férias ou benefícios mensais ou diários do (s) funcionário (s) da Contratada;

VII - Qualidade na prestação dos serviços contratados.

8.11.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) não produziu os resultados acordados;

b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

c) deixou de utilizar os recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com quantidade inferior à demandada.

8.11.4. A Contratante utilizará formulário próprio como meio de análise, em consonância com as diretrizes da IN 05/2017-SEGES, para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada.

8.11.5. O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as adequações de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR ser interpretadas como penalidades ou multas.

8.11.6. O valor pago mensalmente será ajustado ao resultado da avaliação do serviço por meio do IMR, instrumento indissociável do contrato.

8.11.7. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado periodicamente pelos fiscais do contrato, com base em pontuações atribuídas a cada item conforme especificações constantes neste termo, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados.

8.11.8. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela Contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da Contratada.

8.11.9. No primeiro mês de execução do serviço, o IMR será aplicado à Contratada apenas para fins de notificações orientativas, portanto, sem reflexo de deduções no pagamento. Este procedimento tem como objetivo permitir que a contratada se organize de forma a atender as todas as exigências contratuais.

8.12. Do recebimento provisório e definitivo

8.12.1. O recebimento provisório será realizado pela fiscalização técnica e administrativa após a entrega da documentação constante no item 10.1, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.12.2. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.12.4. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços prestados.

8.12.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

8.12.6. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.12.7. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, que será encaminhado ao gestor do contrato.

8.12.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.12.9. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

b) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

c) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

8.12.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

8.12.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.12.12. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento dos bens, nem ético profissional, para perfeita execução do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

8.13. DESLOCAMENTOS A SERVIÇO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

8.13.1. Para todos os postos, quando for formalmente justificado o interesse e a necessidade por parte do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, mediante comunicação e havendo disponibilidade orçamentária, poderão ser autorizados deslocamentos dos empregados da Contratada para a prestação de serviços nas Comarcas no interior do Estado do Tocantins sem que isso importe em reajuste ao contrato;

8.13.2. Em caso de deslocamento de funcionários para Unidades Administrativas do interior do Estado do Tocantins, com necessidade de pernoite, deverá ser adiantado pela Contratada, diretamente ao funcionário designado, valor referente à diária, conforme valor médio da tabela exibida no subitem 8.13.10 deste Termo, ou seja, **R\$ 321,00** (trezentos e vinte e um reais). O pagamento das

diárias deverá ser efetuado diretamente na conta bancária do funcionário e nas quantidades informadas pelo(a) Gestor(a) do Contrato.

8.13.3. As diárias serão concedidas por dia de afastamento do município de Palmas;

8.13.4 O empregado fará jus somente à metade do valor da diária nos seguintes casos:

8.13.5. Quando o afastamento não exigir pernoite fora do município de Palmas; e

8.13.6. No dia do retorno ao município de Palmas.

8.13.7. Nos casos de meia diária ou dia de retorno a sede não poderá ser descontado vale-transporte.

8.13.8. Em caso de pagamento de diárias, a Contratada deverá apresentar, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, os respectivos comprovantes de pagamentos das diárias a seus empregados a serviço do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, no mês anterior, para fins de ressarcimento, cujo pagamento será efetuado juntamente com a fatura mensal relativo à prestação dos serviços.

8.13.9. A Contratada deverá disponibilizar os valores das diárias aos empregados autorizados para deslocamento em viagens no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da requisição formal do setor solicitante.

8.13.10. Planilha de Custo para a Restituição de Diárias:

8.13.10.1. Ressaltamos que as despesas com diárias integram os custos dos serviços contratados e, portanto, devem ser tratadas como receitas das empresas, com todas as incidências legais, conforme a composição abaixo.

Quantidade estimada de diárias / Mês	Descrição	Valor da diária	Valor da diária com as incidências	Valor total estimado/ Mês
210	Valor da diária acrescida dos tributos no percentual de 0,00% (xxxxxx). Tributos e índices utilizados para formar o valor da diária: PIS: 0,65%; COFINS: 3,00%; ISS: 5,00%; INSS: 11%, e IRRF - Imposto de renda retido na fonte - 4,8%	R\$ 321,00	R\$ 00,00	R\$ 00,00
Despesas estimadas com diárias, serviços prestados em outros municípios para o período de 12 (doze) meses.				R\$ 00,00

8.13.11. A distribuição dos quantitativos de diárias em relação às incidências é somente para indicação orçamentária, podendo os quantitativos variar durante a execução do contrato, ser maior ou menor que 210 (duzentas e dez).

8.13.11.1. Para efeito da formação do valor da restituição de diárias "Anexo V" deverá ser utilizado o valor unitário da diária (**R\$ 321,00**). Sobre este valor, incidirá os tributos (PIS, COFINS, ISS, LUCRO e CUSTO INDIRETO).

8.13.11.2. Os tributos (PIS, COFINS, ISS, LUCRO, INSS e IRRF) foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro Presumido, para ambas as planilhas, quais sejam: **a)** Planilha de Custo e Formação de Preços do posto de serviço, e **b)** Planilha de Custo para a Restituição de Diárias. Assim, o licitante deverá elaborar sua proposta e, por conseguinte, suas planilhas de composição de custos e formação de preços, com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato.

8.13.12. As despesas com transporte e locomoção dos funcionários da Contratada para realizarem os serviços nas Comarcas do interior do Estado correrão por conta do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

8.13.13. Nos termos do Art. 457, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT: "Às importâncias, ainda que habituais, para a título de ajuda de custo, auxílio - alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário" (Redação dada pela Lei nº 13.467, e 13.7.2017).

8.13.14. A Contratada deverá apresentar fatura incluindo a incidência dos Tributos da planilha de custos mensal, decorrentes da diária antecipada aos seus funcionários.

8.13.15. Os valores acima mencionados são meramente indicativos para dotação orçamentária, podendo variar em decorrência da proposta de preço apresentada pela empresa licitante, com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato.

8.13.16. As despesas com transporte e locomoção dos funcionários da Contratada para realizarem os serviços fora da sede do Poder Judiciário correrão por conta do CONTRATANTE.

8.13.17. Para se obter um valor justo e adequado à realidade do Estado do Tocantins, procurou-se adotar os valores praticados por outros Órgãos do Estado, cujos estudos já foram desenvolvidos e chegou-se em valores que espelham a realidade local. Posto isto, tomou-se como referência a tabela de diárias do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, do próprio Poder Judiciário do Estado e do Governo do Estado do Tocantins, uma vez que aplicadas para as categorias, conforme quadro abaixo:

Nível Funcional	Órgão	Valor da diária para o interior do Estado
ADM II - Servidores (motoristas e colaborador eventual)	Ministério Público do Estado do Tocantins - ATO PGJ Nº 050/2023, Diário Oficial MPTO nº 1768 de 15 de setembro de 2023.	R\$ 384,00
4- Efetivos de Nível Médio (Assistente de Defensoria, Oficial de Diligências, Técnico de Informática e Motorista de Defensoria Pública)	Defensoria Pública do Estado do Tocantins - ATO Nº 285, de 16 de setembro de 2014, publicado no DOE nº 4.234, de 14 de outubro de 2014 (alterado pelo Ato nº 272/2024 publicado no Diário oficial da Defensoria Pública do Estado do Tocantins nº 752.)	R\$ 352,00
Assistente de Controle Externo, Assessor I e demais servidores	Tribunal de Contas do Estado – TCE – Resolução Administrativa Nº 017 de 6 de dezembro de 2006, Portaria nº 518 de 27 de junho de 2019, publicada edição nº 2337 do Boletim Oficial do Tribunal de Contas do Estado.	R\$ 238,74
Demais Servidores	Poder Judiciário do Tocantins – Diário da Justiça N.º 5064 de 19 de outubro de 2021 – Resolução n.º 32, de 14 de outubro de 2021, , publicada na edição nº 5064 do Diário da Justiça.	R\$ 306,65
VALOR MÉDIO R\$		R\$ 321,00

8.13.18. Assim, tendo em vista que os deslocamentos são realizados nos veículos oficiais do Tribunal de Justiça e conduzidos por seus próprios motoristas e, considerando que os postos de serviços os servidores deste Poder Judiciário e se hospedam nos mesmos hotéis e se alimentam nos mesmos restaurantes, sugerimos que o valor a ser aplicado no pagamento das diárias aos servidores alocados no Contrato que necessitam deslocar-se ao interior do Estado, mediante prévia autorização do Contratante, seja correspondente ao montante de **R\$ 321,00** (trezentos e vinte e um reais), conforme demonstrado na tabela acima.

8.13.19. O valor final da diária, a ser restituído á empresa contratada, será indicado após a definição dos índices em percentual (%) do Lucro e Custo Indireto definido na Planilha de Custo e Formação de Preços, realinhada, do TJ/Sede.

8.14. RECURSOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

a) Caberá à contratada providenciar a disponibilização dos equipamentos e materiais para atender os serviços a serem realizados do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, com o adequado quantitativo e padrão de qualidade, conforme detalhado nos "**Anexos I**" deste Termo.

b) Ressalta-se que a validação do referido requerimento não importará em paralisação dos serviços objeto deste Termo, que deverão continuar a serem prestados pela empresa Contratada com os materiais e equipamentos disponíveis, desde que estes atendam aos requisitos mínimos de eficiência e segurança, não eximindo a Contratada de eventuais responsabilidades no caso de posterior negativa da mencionada alteração e de prejuízos ocasionados à Contratante ou à terceiros.

8.14.1. Deverão ser fornecidos pela contratada todos os acessórios necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos.

8.14.2. O recebimento, conferência e controle dos materiais e equipamentos será efetuado pela fiscalização do contrato *in loco*, para fins de atestação das faturas e pagamento dos serviços, devendo a Contratada encaminhar cópia dos respectivos Termos de Recebimento ao gestor do contrato, acompanhado de cópia da relação dos materiais e equipamentos fornecidos.

8.14.3. Aqueles materiais e equipamentos, previstos para entrega no início do contrato, deverão ser substituídos, em caso de necessidade, no decorrer da execução contratual.

8.15. UNIFORMES

8.15.1. Os empregados da Contratada deverão apresentar-se diariamente, devidamente uniformizados e portando crachá de identificação a ser fornecido pela Contratada e seguindo a especificação determinada pelo contratante;

8.15.2. O custo do uniforme correrá às expensas da contratada e não poderá ser repassado ao ocupante do posto de serviço;

8.15.3. Todos os itens do conjunto de uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação do Contratante e, a pedido deste, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações constantes no "Anexo I" deste Termo;

8.15.4. O primeiro conjunto de uniformes deverá ser entregue no início da prestação dos serviços;

8.15.5. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato;

8.15.6. A contratada deverá substituir os uniformes sempre que se apresentarem desgastados;

8.15.7. A substituição dos uniformes deverá ocorrer, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, após recebimento da Notificação emitida pelo gestor do contrato, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

8.15.8. Além dos uniformes, todos os funcionários deverão trabalhar identificados através de crachá com logomarca e dados da empresa, bem como, com dados e foto atualizada do funcionário;

8.15.9. As condições, descrição, quantidade e as especificações dos uniformes encontram-se detalhadas no "**Anexo I**" a este Termo;

8.15.10. A relação e o quantitativo são meramente estimativos, podendo ser necessárias maior ou menor quantidade para a perfeita execução contratual durante a vigência do contrato, sem que isso implique em aumentos nos custos da Contratada.; e

8.15.11. O recebimento, conferência e controle dos uniformes será efetuado pela fiscalização do contrato, para fins de atestação das faturas e pagamento dos serviços, devendo a Contratada encaminhar cópia dos respectivos Termos de Recebimento ao gestor do contrato, acompanhado de cópia da nota fiscal dos materiais fornecidos.

9. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

9.1. A empresa contratada será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto no contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a empresa contratada der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

9.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a empresa contratada:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do subitem 9.1.1 que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a empresa contratada:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 9.1.1, 9.1.2 ou 9.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

9.1.5. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeitará a empresa contratada a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

9.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a empresa contratada às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

9.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste Termo;

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

9.1.8. A não apresentação da documentação prevista no item 10.2 deste Termo de Referência ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a empresa contratada à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade:

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 9.1.4.

9.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 9.1.13 e sem prejuízo das demais sanções;

9.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 9.1.5 e 9.1.9, desta cláusula, a critério do CONTRATANTE, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

9.1.11. Ressalvadas as penalidades do inciso I do subitem 9.1.4, o somatório das demais multas previstas neste tópico não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato ou de 1/12 do valor total;

9.1.12. A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no subitem anterior poderá ensejar a extinção unilateral deste contrato;

9.1.13. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da empresa contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

9.1.14. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

9.1.15. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 9.1.13 deste Termo de Referência;

9.1.16. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela empresa contratada ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária;

9.1.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à empresa contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, ou será cobrada judicialmente.

9.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência. Após comunicação do gestor do contrato e no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização, bem como nota fiscal ou recibo bancário para o pagamento das diárias utilizadas, todos em conformidade com a legislação tributária, acompanhadas da documentação descrita nos subitens a seguir em meio físico e eletrônico no formato “PDF” (separados por título), sob pena de devolução do documento fiscal, obedecida rigorosamente a ordem que segue:

a) Quadro demonstrativo contendo a RELAÇÃO NOMINAL DOS EMPREGADOS (ordem alfabética), dias trabalhados faturado, descrição das faltas, licenças e férias ocorridas no período faturado e comprovação da cobertura, se houver;

b) FOLHA DE PAGAMENTO e COMPROVANTE DE QUITAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO (em ordem alfabética), referentes ao mês anterior à prestação dos serviços, emitido pela instituição financeira responsável pelo crédito em conta bancária do empregado, contendo nome completo do beneficiário, CPF, data de operação e valor creditado;

c) COMPROVANTE DE PAGAMENTO DOS AUXÍLIOS-ALIMENTAÇÃO E VALES- TRANSPORTES (em ordem alfabética) de todos os empregados dos postos de trabalho, mesmo que tenham atuado no Tribunal transitoriamente, em substituição à mão de obra faltante, referente ao mês da prestação do serviço. A prova de pagamento dos auxílios-alimentação e vales- transportes deverá ser representada por relação nominal assinada pelo respectivo empregado. A relação deve estar organizada alfabeticamente e mencionar a data em que foi efetivado o recebimento desses benefícios, o período a que corresponde o uso e os valores percebidos;

d) CÓPIA DA GUIA CONTENDO AS INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL, referente ao mês anterior à prestação dos serviços;

e) CÓPIA DA GUIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS, referente ao mês anterior à prestação dos serviços, com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet;

f) CÓPIA DA GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (DARF), referente ao mês anterior à prestação dos serviços, com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na DCTFWeb;

g) COMPROVANTE DA ENTREGA DE UNIFORMES junto com a 1ª fatura e, sucessivamente, em cada renovação, se houver;

h) COMPROVANTE DA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS, realizado no início do contrato, com validade de 12 meses, e sucessivamente em cada renovação, se houver;

10.2. Caberá à empresa contratada apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas neste Termo.

10.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da empresa contratada.

10.4. O CONTRATANTE somente pagará à empresa contratada os equipamento e ferramentas que forem efetivamente fornecidos.

10.5. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos equipamento e ferramentas fornecidos com o discriminado na respectiva nota fiscal e o atesto do fiscal do contrato.

10.6. O atesto do gestor do contrato na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento:

10.7. Na ausência do (a) gestor (a) do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo gestor substituto.

10.8. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da empresa contratada ou, ainda, se equipamento e ferramentas fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

10.9. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido neste contrato:

10.10. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no caput do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

10.11. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este contrato, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

10.12. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento da nota fiscal (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

10.13. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da empresa contratada, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

10.14. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a empresa contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

10.14.1. Nos casos de prestação de serviço/fornecimento de bem que envolvam outras empresas, a Contratada, ao apresentar a nota fiscal para pagamento, deverá apresentar também relatório analítico dos valores devidos a cada empresa envolvida na execução do objeto, uma vez que a retenção aplicável incidirá diretamente sobre o pagamento a ser realizado pelo Contratante.

10.14.2. O relatório previsto no subitem anterior deverá indicar, dentre outras informações, o CNPJ de cada empresa envolvida na execução do objeto.

10.15. O pagamento somente será realizado mediante a comprovação das mesmas regularidades exigidas para a habilitação da empresa contratada.

10.16. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.17. Fica a empresa contratada ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.

10.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

10.19. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 10.12 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

10.20. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

10.21. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

11. CONDIÇÕES DE REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

11.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação da CONTRATADA, com a demonstração analítica da variação dos custos contratuais, conforme art. 7º do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023 e art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

11.1.1. A CONTRATADA não fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo em razão de eventual alteração do seu regime tributário.

11.1.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data da apresentação da proposta.

11.2. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, deverão ser observados os respectivos termos iniciais de acordo com o art. 8º do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023. Podendo, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021).

11.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data dos efeitos a última repactuação ocorrida.

11.4. A repactuação será precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação da categoria profissional abrangida por este contrato.

11.5. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

11.6. Na repactuação, o CONTRATANTE não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da CONTRATADA, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os materiais relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021).

11.7. O CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

11.8. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I - a partir da assinatura do apostilamento;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

11.9. No caso previsto no inciso III do item 11.8, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

11.10. O CONTRATANTE poderá prever o pagamento retroativo do período em que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de instrumento próprio.

- 11.11. Na hipótese do subitem 11.10, o período em que a proposta permanecer sob a análise da Administração deverá ser contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.
- 11.12. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação inicia-se a partir da homologação da convenção coletiva ou do acordo coletivo de trabalho que fixar os novos custos de mão de obra abrangida pelo contrato e se encerrará na data da assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual subsequente, ou, caso não haja prorrogação, na data do encerramento da vigência do contrato, sob pena de decadência do direito.
- 11.13. Caso não haja a homologação do acordo coletivo ou da convenção coletiva de trabalho no órgão competente e os referidos instrumentos apresentarem efeito retroativo (durante a vigência contratual), a CONTRATADA deverá apresentar o requerimento de repactuação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis a contar da data da homologação, sob pena de decadência deste direito.
- 11.14. Ocorrendo a ausência de solicitação formal pela CONTRATADA nas hipóteses previstas no item 11.12 e 11.13 configurará a renúncia, por parte desta, ao direito decorrente dos efeitos financeiros da repactuação relativos à elevação dos custos da mão de obra.
- 11.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 11.16. A extinção deste contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente.
- 11.17. O CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º), admitida a prorrogação por igual período caso necessário para o adequado deslinde da matéria.
- 11.18. A repactuação de preços será formalizada por meio de apostilamento.
- 11.19. Os pedidos de repactuação serão recebidos e instruídos pelo gestor do contrato conforme artigo 38 da Seção XIV da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 11.20. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva:
- 11.20.1. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021).
- 11.21. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa), considera-se a data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta.
- 11.22. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital, mediante a utilização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.
- 11.23. Para fins de reajustamento/reequilíbrio contratual, consideram-se insumos os itens relativos a "uniformes, materiais, equipamentos, entre outros, utilizados diretamente na execução dos serviços", nos termos da definição constante do Anexo I, item X, da IN SEGES/MPDG n.º 05, de 2017. Desde que comprovado a variação dos custos, mediante apresentação de nota fiscal de aquisição no período da ordem de serviço, período do pedido de reequilíbrio econômico financeiro e comprovação de disponibilização/entrega ao TJTO.
- 11.24. Cumpre registrar que não podem ser objeto de repactuação, à luz da atual disciplina normativa, os percentuais de custos indiretos e de lucro constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços do contrato administrativo (Módulo 6, Anexo VII-D da IN SEGES/MPDG n.º 05, de 2017).
- 11.25. O Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.
- 11.26. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, deverão ser observados os respectivos termos iniciais de acordo com o art. 8º do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023. Podendo, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021).
- 11.27. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º da Lei nº 14.133/21), admitida a prorrogação por igual período caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

11.28. Os pedidos de repactuação serão recebidos e instruídos pelo gestor deste contrato conforme artigo 38 da Seção XIV da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

11.29. Autorizada a repactuação pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, o pagamento da diferença entre o valor repactuado e o anteriormente praticado, relativo aos serviços já prestados, será efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura distinta da apresentada mensalmente.

11.30. Como subsídio para a definição do valor referente a restituição da diária, optou-se por aplicar a média dos valores das diárias para deslocamentos realizados ao interior do Estado, utilizadas no âmbito do próprio Poder Judiciário do Estado do Tocantins, do Ministério Público do Estado do Tocantins, da Defensoria Pública do Estado do Tocantins e do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, conforme subitem 8.13.17. Desta forma, havendo reajustes nos referidos valores, o PJTO poderá reajustar o valor da diária através de Termo Aditivo.

12. GARANTIA CONTRATUAL

12.1. Não será exigida garantia contratual na presente contratação.

13. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

13.1. A pretensa contratação atenderá as recomendações do Plano de Logística Sustentável do Tribunal.

13.2. A Contratada tem a obrigação de adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, sempre que aplicáveis, tais como:

a) adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme Instrução Normativa nº 1, de 19.1.2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão -SLTI/MP;

b) observância da Resolução nº 20, de 1994, do Conselho Nacional de Meio Ambiente -Conama, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

c) fornecimento, aos empregados, dos equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços;

d) realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica e de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

e) separação dos resíduos recicláveis descartados pelo TJ;

f) destinação adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução nº 401, de 4 de novembro de 2008, do Conama; respeito às Normas Brasileiras-NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

g) orientar seus empregados para realizar os serviços procurando reduzir o consumo de energia elétrica, o consumo de água e a produção de resíduos sólidos;

h) observar as orientações do Tribunal para a correta separação dos resíduos recicláveis;

i) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

j) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

k) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para promover o uso racional de água, na forma das diretrizes municipal estadual;

l) respeitar as Normas Brasileiras - NBR da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), além de outras publicadas sobre resíduos sólidos;

m) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como os listados a seguir, observando as seguintes ações: pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos - devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

n) lâmpadas fluorescentes, halógenas e reatores, devem ser separados e condicionados em recipientes adequados para destinação específica;

o) frascos de aerossóis em geral e recipientes de tintas - devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica, ambientalmente adequada.

p) outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificada sua exigência.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. Os empregados alocados pela(s) empresa(s) contratada(s) não terão qualquer vínculo empregatício com o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sendo de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) a ser contratada recrutar-lo(s) em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, efetuar todos os pagamentos de salários, cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, inclusive aquelas decorrentes de acidentes, indenizações, seguros e quaisquer outras decorrentes de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade ao Poder Judiciário Tocantinense, inclusive em matéria trabalhista.

14.2. A Contratada deverá iniciar suas atividades em até 05 (cinco) dias corridos após sua ciência da Ordem de Serviço, emitida pela Diretoria de Infraestrutura e Obras.

14.3. O salário dos empregados será, no mínimo, aquele estabelecido em acordo ou subsídio coletivo de trabalho, celebrado para cada categoria profissional, em convenção do Estado do Tocantins, ou para cargos/categorias equivalentes.

14.4. A prestação dos serviços objeto deste contrato não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

14.5. A Contratada poderá absorver os profissionais advindos da relação jurídica anterior, os quais foram alocados pela empresa então contratada para prestação dos mesmos serviços, desde que atendidos os requisitos especificados neste Termo de Referência.

14.6. O pagamento dos serviços prestado no último mês da vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e quitação das verbas rescisórias por parte da Contratada.

14.7. A contratada deverá comprovar, durante toda a vigência do contrato, o cumprimento do disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que estabelece a obrigatoriedade de contratação de pessoas com deficiência ou reabilitadas pela Previdência Social.

14.8. Para fins de comprovação, a contratada deverá apresentar, sempre que solicitada pela Administração, documentação atualizada que evidencie o atendimento ao percentual legal exigido, tais como relação de empregados, registros funcionais e demais documentos pertinentes.

14.9. O descumprimento da referida obrigação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no contrato.

14.10. São partes integrantes deste Termo de Referência os ANEXOS:

a) ANEXO I - PROPOSTA COMERCIAL (7067725)

b) ANEXO II - LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (7067729)

c) ANEXO III- VISTORIA (**MINUTA DA DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA e MINUTA DA DECLARAÇÃO DE VISTORIA**) (7067735)

d) ANEXO IV - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR (7068055)

e) ANEXO V - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (7068057 e 7068102)

f) ANEXO VI - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO (7068108)

g) ANEXO VII - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO (7068120)

h) ANEXO VIII - PLANILHA DE CONTA VINCULADA e ROTINAS DE MOVIMENTAÇÃO (7068135).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos seguintes campos:

1. OBJETO: descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

1.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

2. PREÇO

2.1. O valor do preço global R\$ (XX) doze meses e preço mensal para prestação dos serviços é de R\$ (....por extenso...), conforme detalhamento constante da planilha de custos e formação de preços anexa.

2.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

2.3. Nos preços propostos estão incluídas todas as despesas com mão de obra (salário, auxílio alimentação ou refeição, vale-transporte e quaisquer outras vantagens fixadas para cada categoria através de acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou outra forma prevista em lei), bem como todos os tributos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, necessários à perfeita execução do objeto da licitação;

2.4. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os equipamentos, e ferramentas necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3. DADOS DA EMPRESA

Razão social:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Classificação tributária (normal, isenta de retenção na fonte, optante pelo simples, isenta de tributação):

Endereço completo:

Cidade: CEP:

Home Page: e-mail:

Fone(s):

4. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome:

Identidade: CPF:

Fone(s): e-mail (para recebimento de comunicados do TJ durante a vigência do contrato): Celular:

(*) Responsável pela assinatura do contrato com o TJ, devidamente capacitado e com poderes para decidir e solucionar questões pertinentes ao objeto do contrato.

5. DOCUMENTOS ANEXOS

a) cópia de contrato social e alterações (ou consolidado);

b) documentos de identificação do responsável pela assinatura do contrato (cópia da identidade, CPF, endereço residencial completo e comprovante (contrato social ou procuração) conferindo poderes de representação da empresa).

c) Planilha de Custos e Formação de Preços (**ANEXO V**)

d) O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação;

Carimbo e assinatura

1. CONSIDERAÇÕES

1.1. As planilhas deverão ser enviadas mediante solicitação do Pregoeiro (preferencialmente em formato compatível com os aplicativos Word ou Excel).

1.2. Estes modelos têm por objetivo facilitar o trabalho das licitantes na elaboração de suas propostas, admitindo-se adaptações e acréscimos que melhor se ajustem à proposta a ser formulada pela empresa.

1.3. As licitantes deverão apresentar MEMÓRIA DE CÁLCULO de quaisquer itens da PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO como, por exemplo, memória de cálculo dos valores dos uniformes, EPIs, insumos, equipamentos, dentre outros", com vistas a viabilizar a aplicabilidade do §6º do art. 135 da Lei 14.133/2021.

1.4. A licitante deve indicar a Convenção Coletiva de Trabalho adotada.

1.5.A planilha deve ser assinada e rubricada em todas as suas folhas pelo representante legal da empresa.

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
Salário Base Mensal		Artigo 457 e 458 da CLT.	Salário mensal definido em acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho no momento da publicação do edital; quando houver necessidade de afastar o risco de selecionar colaboradores com capacitação inferior à necessária para a execução dos serviços, por meio de pesquisas de mercado, de dados obtidos junto a associações e sindicatos de cada categoria profissional e de informações divulgadas por outros órgãos públicos que tenham recentemente contratado o mesmo tipo de serviço. De acordo com o TCU, a fixação de remuneração mínima no edital somente é cabível, com restrições, nos casos de terceirização de mão de obra com alocação de postos de trabalho. Importante ainda que, como a planilha de custos é baseada em empregados mensialistas, consideram-se já remunerados os dias de repouso semanal no salário mensal nos termos do § 2º do art. 7º da Lei 605/1949.
Adicional Periculosidade	Salário Base x 30%	Súmula 132 TST. Artigo 193 a 197 da CLT. Artigo 7º, inciso XXIII da CF. NR 16 do MTE.	O percentual definido pelo art. 193 da CLT, deve ser calculados sobre salário base sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa, com exceção à categoria dos eletricitários, em que o cálculo deverá ser feito sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial. A caracterização e a classificação da periculosidade far-se-ão por meio de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho registrados no Ministério do Trabalho. A Norma Regulamentadora nº 16 estabelece em seus anexos as atividades e as operações perigosas que acarretam ao recebimento do adicional de periculosidade pelo empregado. As Leis Lei nºs 12.740/2012 e 12.997/2014 estenderam o adicional de periculosidade, respectivamente, às atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial e trabalhador em motocicleta.
Adicional Insalubridade	Salário Mínimo ou Base estipulado em instrumento coletivo x (10%, 20% ou 40%)	Regras do instrumento coletivo da categoria, se houver. Artigo 189 a 192 da CLT (10%, 20% ou 40%). NR 15 do MTE. Súmula nº. 139 do TST.	Os percentuais definidos pelo art. 192 da CLT, segundo as classificações nos graus máximo, médio e mínimo, devem ser calculados com base no salário mínimo, salvo critério mais vantajoso estabelecido em lei ou em instrumento coletivo de trabalho (Súmula Vinculante n. 4). O direito ao recebimento do adicional somente pode ser reconhecido mediante laudo pericial que aponte estar a atividade insalubre prevista na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho, tal como definido pela NR-15 da Portaria n. 3.214 de 1978.

Adicional Noturno	(Salário base + adicionais periculosidade/insalubridade) ÷ total de horas mensais (conforme jornada de trabalho da categoria) x 20% x qtde. de horas noturnas x qtde de dias laborados a noite).	Artigo 73 da CLT e artigo 7º, inciso IX da CF. Súmula nº 60 do TST e OJ-SDI1-259 do TST.	A jornada noturna é compreendida entre 22h da noite e 05h da manhã seguinte (considerando que a hora noturna corresponde a 52,5min) , com remuneração adicional de 20%, de acordo com o Art.73 da CLT.
Adicional de Hora Noturna Reduzida	Qtde. de horas noturnas x qtde de dias laborados a noite x 0,142857 x (Salário base + adicionais periculosidade/insalubridade) ÷ total de horas mensais x 120%		
Reflexo Adic Not e Hora Not Reduz sobre Descanso Semanal Remunerado	(Adicional noturno + Adicional de hora reduzida+Horas extras) x 20%	Artigos 1º e 6º Lei nº 605/1949	Pagamento de 20% sobre as variáveis, conforme Cláusula 38ª da CCT 2023.
Outras remunerações (especificar)			

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

SUBMÓDULO 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias

13º salário	$((1+12) \times 100) \equiv 8,33\%$	Art. 7º, VIII, CF/88. Decreto n. 57.155, de 3/11/1965	Gratificação de Natal, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962. O percentual dessa rubrica pode ser obtido pelo cálculo: $((1/12) \times 100) = 8,33\%$.
Férias e Adicional de Férias	$((1+12) \times 100) + ((1+3) \times (1+12) \times 100) \equiv 11,11\%$	Art. 7º, XVII, CF/88;	A Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII, prevê que as férias sejam pagas com adicional de, pelo menos, 1/3 (um terço) da remuneração do mês. Assim, a provisão para atender as despesas relativas as férias e adicional de férias corresponde a: $((1/12) \times 100) + ((1/3) \times (1/12) \times 100) \equiv 11,11\%$
Incidência no Submódulo 2.2 sobre 13º salário e Férias	$((1+12) \times 100) + ((1+12) \times 100) + ((1+3) \times (1+12) \times 100) \times \text{Submódulo 2.2}$		

SUBMÓDULO 2.2- Encargos Previdenciários (GPS) e FGTS

INSS		Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91. (3) Lei 13.161/2015 - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	
SESI OU SESC		Anexo II da IN RFB n. 971/09; art. 30 da Lei nº 8.036/90; art. 1º da Lei nº 8.154/90; art. 240 da Constituição Federal.	
SENAI OU SENAC		Anexo II da IN RFB n. 971/09; Decreto n.º 2.318/86	
INCRA		Anexo II da IN RFB n. 971/09; Lei n.º 7.787/89; DL n.º 1.146/70; Lei Complementar nº 11/71.	

Salário educação		Anexo II da IN RFB n. 971/09; art. 3º, inciso I do Decreto nº 87.043/1982; art. 15 – Lei nº 9.424/96; art. 1º § 1º - Decreto Nº 6.003/2006; art. 212 § 5º da Constituição Federal; Súmula Nº 732 do STF.	
FGTS		Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III	
GILL/RAT (RAT 0,03 x FAP 1)	RAT x FAP	Anexo V do Regulamento da Previdência Social – RPS (Decreto n. 3.048/1999) e regras de enquadramento dispostas na Instrução Normativa RFB n. 971/2009 e/ou legislação superveniente. Súmula 351 do STJ.	GILL/RAT é a sigla correspondente à Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (o antigo Seguro de Acidente de Trabalho - SAT). A contribuição GILL/RAT é apurada por meio de um indicador criado pela Receita Federal: o RAT Ajustado. Sendo assim, em regra, considera-se para fins de definição da planilha modelo que $GILL/RAT = SAT = RAT$ Ajustado. O cálculo do RAT ajustado é feito mediante aplicação da fórmula: $RAT\ ajustado = RAT \times FAP$. A aplicação mínima ou máxima do FAP (0,5 a 2,00) sobre as alíquotas do RAT (1% a 3%) levará o percentual ajustado do RAT a uma variação entre 0,5% a 6%. A licitante deve preencher o item G do Submódulo 2.2 das planilhas analíticas de custos e formação de preços com o valor de seu RAT ajustado comprovando o percentual indicado no momento da apresentação da proposta na forma prescrita no edital e nestas notas explicativas. RAT (Riscos Ambientais do Trabalho) contém as alíquotas de 1%, 2% ou 3%, apurada com base na atividade preponderante da empresa (CNAE), deverá ser esclarecida e comprovada quando solicitado pelo pregoeiro, conforme Anexo V do Regulamento da Previdência Social – RPS (Decreto n. 3.048/1999) e regras de enquadramento dispostas na Instrução Normativa RFB n. 971/2009 e/ou legislação superveniente. FAP (Fator Acidentário de Prevenção) multiplicador variável num intervalo de 0,5 a 2,00 calculado anualmente pelo INSS considerando o número de acidentes do trabalho e doenças profissionais de cada empresa (Decreto nº 6.957/2009). Essa alíquota deverá ser comprovada mediante a apresentação do multiplicador FAP (FapWeb) vigente no momento da contratação, cujo valor é obtido no site da previdência social por meio de acesso individual da proponente.
RAT			
FAP			
SEBRAE		Anexo II da IN RFB n. 971/09. Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8154/90	

SUBMÓDULO 2.3 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Auxílio Transporte	(Valor da passagem x Quantidade de passagens por dia por empregado x Quantidade de dias trabalhados) - (Participação do empregado no custo x Salário base)	Artigo 4º, § único, da Lei nº 7.418/85 e art. 9º do Decreto nº 95.247/87.	Deve ser observado o instrumento coletivo para a fixação do percentual de desconto do empregado.
--------------------	---	---	--

Auxílio-Refeição/Alimentação	(Valor do Auxílio-Alimentação x Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação) - (Valor do Auxílio-Alimentação x Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação x Participação do empregado no custo)	Artigo 458, §§ 2º e 3º, da CLT, Lei nº 6.321/76, Decreto nº 5/91 e CCT.	Deve ser observado o instrumento coletivo para a fixação do percentual de desconto do empregado.
Assistência Médica e Familiar	(Valor previsto em CCT/ACT x Participação do empregado no custo)	Artigo 458, inciso IV da CLT e CCT	Deve ser observado o instrumento coletivo para a fixação do percentual de desconto do empregado.
Seguro de vida em grupo	Valor previsto em CCT/ACT/TR	Artigo 458, inciso IV da CLT e CCT	Deve ser observado o instrumento coletivo.
Auxílio-Funeral	Valor previsto em CCT/ACT/TR		Deve ser observado o instrumento coletivo.
Cesta Básica	(Valor previsto em CCT/ACT x Participação do empregado no custo)		Deve ser observado o instrumento coletivo para a fixação do percentual de desconto do empregado.
Plano de Benefício Social Familiar	Valor previsto em CCT/ACT/TR		Deve ser observado o instrumento coletivo.
Outros (especificar)	Valor previsto em CCT/ACT/TR		Deve ser observado o instrumento coletivo.

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO

PROVISÃO PARA RESCISÃO			
Aviso prévio indenizado	$((30+30)+12) \times 0,05 \approx 0,42\%$	Art. 7º, XXI, CF/88. Art. 477, 487 e 491 da CLT. Lei n. 12.506/2011.	Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Cálculo $((1/12) \times 0,05) \times 100 \approx 0,42\%$.
Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio indenizado	$(0,08 \times 0,0042) \approx 0,03\%$	Súmula 305 TST.	
Incidência da Multa e CS s/ FGTS incidente no API	$(0,05 \times 0,08) \times 0,40 \approx 0,0160$	Art. 18 da Lei 8,036/90, Art. 12 da Lei 13.932/2019.	Esse item corresponde ao valor da multa do FGTS (40%) que incide sobre o saldo dos depósitos efetuados na conta vinculada ao FGTS do trabalhador. Logo o pagamento da multa para os valores depositados relativos a salários, férias e 13º salário corresponde a: $((0,08 \times 0,0042) \times 100) \times 0,40 \approx 0,0134$
Aviso prévio trabalhado	$((((7+30)+12) \times 0,02) + ((7+30)+12) \approx 1,98\%$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e 491 CLT. Acórdãos n. 1904/2007-TCU-Plenário e n. 3006/2010-TCU-Plenário	Considera-se que será pago ao final do contrato aviso prévio a 100% dos empregados alocados e que 2% do pessoal é demitido pelo empregador antes do final do contrato (acórdão TCU 6.777/2099 - 2ª Câmara). Assim sendo, há redução de 7 dias ou de 2h por dia $((7/30)/12) \times 0,02 + ((7/30)/12) \approx 1,98\%$ para 30 dias de aviso prévio no primeiro ano, (7 dias custo do APT + 30 Dias do mês+ 12 meses) x indicador demissões antes término contrato(2%) + (7 dias custo do APT + 30 Dias do mês+ 12 meses) x indicador demissões antes término contrato(2%)
Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre item D	$((0,3680 \times 0,0198) \times 100) \approx 0,73\%$	Acórdãos n. 1904/2007-TCU-Plenário e n. 3006/2010-TCU-Plenário	
Multa sobre FGTS e contribuições sociais incidentes	Total Remuneração (módulo 1) X 0,04	Art. 12 da Lei 13.932/2019. Acórdãos n. 1904/2007-TCU-Plenário e n. 3006/2010-TCU-Plenário	O custo do aviso prévio trabalhado é acrescido da multa do FGTS (40%) que incide sobre a alíquota do FGTS (8%) aplicada sobre o custo de referência para o aviso trabalhado. O art. 12 da Lei n. 13.932/2019 extinguiu a cobrança da contribuição de 10% devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa (art. 1º da Lei Complementar 110/2001). Sendo assim, o adicional que era previsto nos itens "C" e "F" com o título "Multa do FGTS e contribuição social sobre Aviso Prévio [...]" passou a ser denominado somente de "Multa do FGTS sobre Aviso Prévio [...]"

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais - Base de cálculo para o custo do profissional ausente (substituto): BCCPA = (Rem + 13º sal + Férias + 1/3)x Item Reposição . Conforme item 89 do Relatório do Acórdão TCU nº 1.753/2008 do Plenário e orientações SEGES/MP

Substituto na cobertura de férias	$(8,33+12)+(8,33+12)+((1+3) \times (8,33+12)) = 1,62\%$	Art. 129 e 130 CLT.	ACÓRDÃO 1753/2008 - PLENÁRIO - Caso o contrato preveja substituição do empregado em férias, para que o posto não fique descoberto a empresa deverá repor o profissional ausente por meio de profissional substituto ao qual deverá retribuir com a mesma remuneração do titular. A estimativa do percentual dessa rubrica a ser aplicado sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtido pelo cálculo: $(8,33/12)+(8,33/12)+(1/3 \times (8,33/12)) = 1,62\%$. Para fins de cálculo a base a ser utilizada é o total da remuneração para que não haja dupla incidência de férias, adicional de férias e décimo-terceiro.
Substituto na cobertura das ausências por doença	$((5+30) \div 12) \times 100 = 1,39\%$	Art.131, inciso III, da CLT. Art. 476 da CLT, art. 6º, §1º, alínea "f", da Lei n. 605, de 1949, e art. 12, alínea "f", do Decreto n. 27.048, de 1949.	ACÓRDÃO 6771/2009 - PRIMEIRA CÂMARA - Estimativa de 5 (cinco) dias de licença por ano.
Substituto na cobertura de licença paternidade	$((((5+30) + 12) \times 0,015 \times 100) = 0,02\%$	Art. 7º, inciso XIX da CF. §1º do artigo 10 do ADCT. Lei n. 13.527/2016	ACÓRDÃO 6771/2009 - PRIMEIRA CÂMARA - Estimativa de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) dos empregados usufruindo 5 (cinco) dias da licença por ano.
Substituto na cobertura das ausências legais	$((2,96+30) \div 12) \times 100 = 0,82\%$	Art. 82 e 473 da CLT	ACÓRDÃO 1753/2008 - PLENÁRIO - Estimativa de 2,96 ausências por ano.
Substituto na cobertura nas ausências por acidente de trabalho	$((15+30) \div 12) \times 0,0078 \times 100 = 0,03\%$	Art. 27 do Dec. 89312/84, Art. 131 da CLT e MP. 664/2014	ACÓRDÃO 6771/2009 - PRIMEIRA CÂMARA - Estimativa de 1 (uma) licença de 30 (trinta) dias por ano para 0,78% (setenta e oito décimos por cento) dos empregados.
Substituto na cobertura de afastamento maternidade	$((1+12)+((1+3) \times (1+12))) \times (4+12) \times 0,01854033 = 0,07\%$	Art. 7º inc. XVIII, CF, Lei 8.213/91, art. 72 e Lei 11770/2008. Lei n. 13.527/2016.	Tempo de licença mat (4m) x % licenças mat concedidas (4,01%) x % de mulheres empregadas (46%)
Incidência dos encargos do submódulo 2.2	(A+B.+C+D+E+F) x submódulo 2.2		
SUBMÓDULO 4.2- Intervalo intrajornada			
Intervalo para repouso ou alimentação	(Salário base+adicionais previstos em lei ou CCT, se houver) + total nº horas trabalhadas) x 1,5 x quantidade de dias trabalhados	Regras do instrumento coletivo da categoria, se houver (conforme incs. III e VIII do art. 611-A da CLT, o instrumento coletivo de trabalho tem prevalência sobre a lei). Artigo 71 da CLT. Lei 8.121/1991.	Se não houver previsão de jantista/almocista e, assim, o empregado não usufruir de seu intervalo intrajornada em razão de trabalhar em período destinado a repouso e alimentação, o valor a ser pago é da hora trabalhada acrescida de 50%, considerada a natureza indenizatória da parcela.
Rendição no Intervalo Intrajornada	((Salário base+adicionais previstos em lei ou CCT, se houver)+ Submódulo 2.2 + submódulo 2,3 + Uniformes e EPI) x quantidade de dias trabalhados	Regras do instrumento coletivo da categoria, se houver (conforme incs. III e VIII do art. 611-A da CLT, o instrumento coletivo de trabalho tem prevalência sobre a lei). Artigo 71 da CLT. Lei 8.121/1991.	Esta rubrica somente será calculada se houver reposição por um substituto durante a ausência do empregado, no período de intervalo para repouso/alimentação. Para o cálculo dessa forma, o valor aportado será o correspondente ao período trabalhado no intervalo, com as incidências legais, por se tratar de salário pago ao substituto

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS

1. Os Itens deste módulo contemplam as verbas destinadas ao custeio dos uniformes equipamentos e ferramentas.

1.1. Antes de iniciar os serviços, a contratada relacionará os equipamentos a serem utilizados, fornecendo descrição sumária dos mesmos, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por meio do gestor do contrato ou substituto do gestor do contrato, justificadamente, recusar o uso de qualquer equipamento.									
1.2. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter nas dependências de cada prédio, os equipamentos e quantidade descrita abaixo, no mínimo:									
Planilha de Composição de Preços de Equipamentos e Ferramentas - ARTIFICE DE MANUTENÇÃO PREDIAL									
Item	Descrição	Período de depreciação meses	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Custo da depreciação	Custo da manutenção	Total mensal (R\$)
1	Caixa de ferramentas em chapas de aço conformadas- 7 Gavetas - med. Aproximadamente 50cm x larg. 20cm x alt. 32cm, capacidade 25 KG alças fixas na parte superior / pintura eletrostática	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
2	Alicate universal isolado p/1.000v de 6"	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
3	Alicate bomba d'agua de 12"	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
4	Alicate de bico de 4" proteção de 1000V	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
5	Alicate de Corte diagonal de 4" proteção 1000V	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
6	alicate de pressão 10 pol	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
7	arco de serra ajustável	60	Unidade	5		R\$ 0,00			

8	Jogo de Serra Copo com 5 Peças 1.1/4" (32mm) 1.1/2" (38mm), 1.3/4" (44mm), 2.1/8" (54mm))	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
9	kit serra copo para ferro de 1/2 a 1"	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
10	serrote para gesso 12"	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
11	chave grifes de 12"	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
12	Chave inglesa de 12"	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
13	Jogo de chave canhão kit 9 peças 6- 14mm cromo	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
14	Jogo de Chave Biela 8 a 19mm 12 pçs	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
15	Jogo Chave Fenda E Philips 6 Pecas Rayco Haste em aço temperado com acabamento cromado Cabo anatômico em polipropileno Chaves Fenda: 1/8x3, 3/16x4, 1/4x5 e 5/16x6 Chaves	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
16	chave fenda de 3" e de 1/4	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
17	chave philips de 3" e de 1/4	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
18	Jogo de Chave De Boca Fixa Tramontina 5 Peças 8-17mm Aço	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
19	martelo pena 300g com cabo de madeira	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
20	marreta de 500g	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
21	talhadeira chata de 8"	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
22	trena de 5mt	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
23	nível de mão	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
24	estilete retrátil 6, corpo dupla injeção , 8 laminas de aço especial, botão trava da lamina	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
25	kit chave allen de 3 a 12mm	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
26	Parafusadeira e Furadeira 12v - 220v	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
27	bits philips de 1/4 24	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
28	Jogo Bits Soquete Magnetico Parafusadeira 8mm 10mm 11mm 13mm	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
29	pincel de pelo 1"	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
30	tesoura de corte reto lado direito	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
32	Alicate prensa termianais para cabos de 2,5 a 10mm²	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
32	Óculos de proteção	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
33	capacete Aba total branco com push key e jugular de proteção classe A	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
34	1 par de luvas pano meia cano	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
35	Kit chave válvula de descarga Chave + Soquete P/ Reparo Da Válvula Descarga(aço)	60	Unidade	5		R\$ 0,00			
TOTAL						RS -			
Manutenção do equipamentos - gasto mensal adotado _____ % a.m						0,00			
Depreciação dos equipamentos - gasto mensal adotado _____ anos e residual = _____ %						0,00			
Total Mensal						RS -			
Quantidade de Funcionários						5			
Valor Mensal por Funionários						R\$ -00			
Valor Anual por Funionários						R\$ 0,00			
Planilha de Composição de Preços de Equipamentos e Ferramentas - ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO e TÉCNICO EM CABEAMENTO ESTRUTURADO									
Item	Descrição	Periodo de depreciação meses	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Custo da depreciação	Custo da manutenção	Total mensal (RS)
1	Caixa de ferramentas em chapas de aço conformadas- 7 Gavetas - med. Aproximadamente 50cm x larg. 20cm x alt. 32cm, capacidade 25 KG alças fixas na parte superior / pintura eletrostática	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
2	Alicate Volt-amperimetro digital medindo tensão DC e AC corrente AC até 1000A	60	Unidade	7		R\$ 0,00			

3	Alicate universal p/1.000v de 6"	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
4	Alicate de bico meio cano reto 4" Proteção 1000V	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
5	Alicate de Corte diagonal de 4" proteção 1000V	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
6	Alicate de pressão de mordente reto 10"	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
7	Termômetro Laser Digital Industrial	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
8	Maçarico tubo tocha com acendedor automático portátil	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
9	Arco de serra ajustavel	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
10	Jogo de Serra Copo com 5 Peças 1.1/4" (32mm) 1.1/2" (38mm), 1.3/4" (44mm), 2.1/8" (54mm))	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
11	Kit de serra copo para ferro de 1/2 a 1"	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
12	serrote para gesso 12"	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
13	Chave inglesa ajustavel de 12"	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
14	Jogo de chave canhão kit 9 peças 6- 14mm cromo	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
15	Jogo de Chave Biela 8 a 19mm 12 pçs	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
16	Jogo Chave Fenda E Philips 6 Pecas Rayco Haste em aço temperado com acabamento cromado Cabo anatômico em polipropileno Chaves Fenda: 1/8x3, 3/16x4, 1/4x5 e 5/16x6 Chaves	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
17	chave de fenda de 3" e de 1/4	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
18	chave philips de 3" e de 1/4	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
19	jogo de Chave De Boca Fixa Tramontina 5 Peças 8-17mm Aço	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
20	Parafusadeira e Furadeira 12v - 220v	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
21	Martelo Unha Profissional 500g Com Cabo Emborrachado 31cm	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
22	Marreta de 500 g	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
23	Talhadeira chata de 8"	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
24	Trena metalica de 5m	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
25	Nível de mão	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
26	estilete retrátil 6, corpo dupla injeção , 8 laminas de aço especial, botão trava da lamina	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
27	Kit chave alen de 3 a 12mm	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
28	bits philips de 1/4, 24	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
29	Jogo Bits Soquete Magnetico Parafusadeira 8mm 10mm 11mm 13mm	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
30	pincel de pelo de 1"	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
31	escada alumínio tipo cavalete 6 degraus	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
32	tesoura Cortar Chapa Aço Ferro Alumínio Aviação Reta 10 Pol	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
33	chave teste neom - caneta detectora de tensão 90v a 1000 v	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
34	alicate de pressão 2,5 a 10 mm	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
35	1 par de luvas borracha comprida proteção 1000v - Classe 0	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
36	óculos de proteção	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
37	capacete Aba total branco com push key e jugular de proteção classe A	60	Unidade	7		R\$ 0,00			
TOTAL						R\$ -			
Manutenção do equipamentos - gasto mensal adotado _____% a.m						0,00			
Depreciação dos equipamentos - gasto mensal adotado –anos e residual =—%						0,00			
Total Mensal						R\$ -			
Quantidade de Funcionários						7			
Valor Mensal por Funcionários						R\$ -00			

Valor Anual por Funionários						R\$ 0,00			
Planilha de Composição de Preços de Equipamentos e Ferramentas - ENCANADOR									
Item	Descrição	Periodo de depreciação meses	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Custo da depreciação	Custo da manutenção	Total mensal (R\$)
1	Caixa de ferramentas em chapas de aço conformadas- 7 Gavetas - med. Aproximadamente 50cm x larg. 20cm x alt. 32cm, capacidade 25 KG alças fixas na parte superior / pintura eletrostática	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
2	Alicate universal isolado p/1.000v de 6"	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
3	Aliccate bomba d'agua de 12"	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
4	Alicate de bico meio -cana reto de 4" proteção de 1000V	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
5	Alicate de Corte diagonal de 4" proteção 1000V	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
6	alicate de pressão 10 pol	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
7	Termômetro Laser Digital Industrial	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
8	Maçarico tubo tocha com acendedor automático portátil	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
9	Arco de serra ajustavel	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
10	Jogo de Serra Copo com 5 Peças 1.1/4" (32mm) 1.1/2" (38mm), 1.3/4" (44mm), 2.1/8" (54mm)	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
11	kit serra copo para ferro de 1/2 a 1"	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
12	serrote para gesso 12"	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
13	chave grifes de 12"	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
14	Jogo de chave canhão kit 9 peças 6- 14mm cromo	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
15	Jogo de Chave Biela 8 a 19mm 12 pçs	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
16	Jogo Chave Fenda E Philips 6 Pecas Rayco Haste em aço temperado com acabamento cromado Cabo anatômico em polipropileno Chaves Fenda: 1/8x3, 3/16x4, 1/4x5 e 5/16x6 Chaves	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
17	chave fenda de 3" e de 1/4	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
18	chave philips de 3" e de 1/4	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
19	Jogo de Chave De Boca Fixa Tramontina 5 Peças 8-17mm Aço	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
20	martelo pena 300g com cabo de madeira	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
21	marreta de 500g	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
22	talhadeira chata de 8"	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
23	trena de 5mt	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
24	nível de mão	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
25	estilete retrátil 6, corpo dupla injeção , 8 laminas de aço especial, botão trava da lamina	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
26	kit chave alen de 3 a 12mm	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
27	Parafusadeira e Furadeira 12v - 220v	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
28	bits philips de 1/4, 24	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
29	Jogo Bits Soquete Magnetico Parafusadeira 8mm 10mm 11mm 13mm	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
30	pincel de pelo 1"	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
31	teusoura Cortar Chapa Aço Ferro Alumínio Aviação Reta 10 Pol	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
32	Alicate prensa termianais para cabos de 2,5 a 10mm²	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
33	óculos de proteção	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			

34	capacete Aba total branco com push key e jugular de proteção classe A	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
35	Kit chave válvula de descarga Chave + Soquete P/ Reparo Da Válvula Descarga(aço)	60	Unidade	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
TOTAL					R\$ -				
Manutenção do equipamentos - gasto mensal adotado 2% a.m					0,00				
Depreciação dos equipamentos - gasto mensal adotado 4 anos e residual =20%					0,00				
Total Mensal					R\$ -				
Quantidade de Funcionários					3				
Valor Mensal por Funcionários					R\$ -00				
Valor Anual por Funcionários					R\$ 0,00				
Planilha de Composição de Preços de Equipamentos e Ferramentas - OPERADOR DE AUDIO E VIDEO									
Item	Descrição	Período de depreciação meses	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Custo da depreciação	Custo da manutenção	Total mensal (R\$)
1	Caixa de ferramentas com estruturas em chapas de aço conformadas com uso de cadeados - med. Aproximadamente 50cm x larg. 20cm x alt. 32cm/ 7 gavetas, capacidade 25 Kg aças fixas na parte superior/ pintura eletrostáticas	60	Unidade	4	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
2	Alicate universal isolado p/1.000v de 8"	60	Unidade	4	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
3	Jogo Chave de Fenda e Phillips Isolada 6pcs NBR9699 CRV 1/8X2.3/8A1/4X6"	60	Unidade	4	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
4	Jogo de chave de boca fixa de: 25x28mm, 10x11mm, 12x13mm, 5/8"x11/16"	60	Unidade	4	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
TOTAL					R\$ -				
Manutenção do equipamentos - gasto mensal adotado 2% a.m					0,00				
Depreciação dos equipamentos - gasto mensal adotado 4 anos e residual =20%					0,00				
Total Mensal					R\$ -				
Quantidade de Funcionários					4				
Valor Mensal por Funcionários					R\$ -00				
Valor Anual por Funcionários					R\$ 0,00				
Planilha de Composição de Preços de Equipamentos e Ferramentas - TECNICO DE REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO									
Item	Descrição	Período de depreciação meses	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Custo da depreciação	Custo da manutenção	Total mensal (R\$)
1	Caixa de ferramentas em chapas de aço conformadas- 7 Gavetas - med. Aproximadamente 50cm x larg. 20cm x alt. 32cm, capacidade 25 KG alças fixas na parte superior / pintura eletrostática	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
2	Alicate Volt-ampermetro digital medindo tensão DC e AC corrente AC até 1000A	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
3	Manifuld para gás R22	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
4	Manifuld para gás R 410 A	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
5	Kit curvador de Tubos de Cobre	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
6	Jogo Broca Serra Copo Fura Metal Aço Ferro 16 A 32 Mm 5 Pçs	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
7	Cortador de tubos de cobre	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
8	Alicate universal isolado p/1.000v de 6"	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
9	Aliccate bomba d'agua de 12"	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
10	Alicate de bico meia-cana reto de 4" proteção de 1000V	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
11	Alicate de Corte diagonal de 4" proteção 1000V	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
12	alicate de pressão 10 pol	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
13	Termômetro Laser Digital Industrial	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
14	Maçarico tubo tocha com acendedor automático portátil	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
15	Arco de serra ajustavel	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
16	Jogo de Serra Copo com 5 Peças 1.1/4" (32mm) 1.1/2" (38mm), 1.3/4" (44mm), 2.1/8" (54mm))	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
17	kit serra copo para ferro de 1/2 a 1"	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			

18	serrote para gesso 12"	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
19	chave grifes de 12"	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
20	Jogo de chave canhão kit 9 peças 6- 14mm cromo	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
21	Jogo de Chave Biela 8 a 19mm 12 pçs	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
22	chave fenda de 3" e de 1/4	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
23	Jogo Chave Fenda E Philips 6 Peças Rayco Haste em aço temperado com acabamento cromado Cabo anatômico em polipropileno Chaves Fenda: 1/8x3, 3/16x4, 1/4x5 e 5/16x6 Chaves	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
24	chave philips de 3" e de 1/4	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
25	Jogo de Chave De Boca Fixa Tramontina 5 Peças 8-17mm Aço	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
26	Parafusadeira e Furadeira 12v - 220v	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
27	Martelo Unha Profissional 500g Com Cabo Emborrachado 31cm	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
28	Marreta de 500 g	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
29	Talhadeira chata de 8"	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
30	Trena metalica de 5m	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
31	Nível de mão	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
32	estilete retrátil 6, corpo dupla injeção , 8 laminas de aço especial, botão trava da lamina	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
33	Kit chave allen de 3 a 12mm	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
34	bits philips de 1/4 24	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
35	Jogo Bits Soquete Magnetico Parafusadeira 8mm 10mm 11mm 13mm	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
36	pincel de pelo de 1"	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
37	Bomba Lava Jet Tipo Comercial - lavadora de alta pressão combate turbo 2600, Semi intensivo, 360L/h, 2100 psi, 1.700 W 220V	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
38	óculos de proteção	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
39	capacete Aba total branco com push key e jugular de proteção classe A	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
40	escada alumínio tipo cavalete 6 degraus	60	Unidade	7	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
TOTAL						R\$ -			
Manutenção do equipamentos - gasto mensal adotado --% a.m						0,00			
Depreciação dos equipamentos - gasto mensal adotado – anos e residual =--%						0,00			
Total Mensal						R\$ -			
Quantidade de Funcionários						7			
Valor Mensal por Funcionários						R\$ -00			
Valor Anual por Funcionários						R\$ 0,00			

1.3. Todos os equipamentos e ferramentas devem estar em ótimas condições de trabalho, sendo obrigatória a substituição imediata daqueles que apresentarem defeitos, ridos, desgaste prematuro, que estejam fora dos padrões normais ou qualquer outro tipo de defeito que prejudique a funcionalidade e/ou visual dos mesmos.

1.4. Os equipamentos utilizados pela Contratada deverão estar em perfeitas condições de funcionamento e uso, de modo a evitar danos às instalações elétricas ou qualquer parte do prédio, acidentes, ou produzir ruídos excessivos.

1.5. A contratante será responsável pela locomoção de todo e qualquer equipamento/ou material que precise ser utilizado em outros prédios do PJTO.

1.6. A Contratada manterá programa específico de manutenção de seus equipamentos, em especial daqueles que utilizem energia elétrica.

1.7. Os materiais/itens apresentado acima são estimados. Assim, em caso fortuito que ocorra durante o cumprimento do prazo contratual, a Contratada deverá assumir a responsabilidade pelo fornecimento/disponibilização de materiais/itens adicionais e/ou emprego de outros não previstos, sempre que necessários à perfeita execução dos serviços.

1.8. A Contratada fornecerá equipamentos individuais necessários à proteção e segurança dos empregados, obedecendo a NR6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI)

1.9. Esclarecemos que as marcas apresentadas como referência são de caráter informativo, sem qualquer efeito no julgamento das propostas, e sem a eles vincular o proponente ou o Contratante, correspondendo aos produtos que serviram de base para a coleta das características/especificações do objeto a ser utilizado.

1.10. Os materiais e equipamentos propostos pelos licitantes deverão, obrigatoriamente, atender as exigências de qualidade e desempenho, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização de qualidade, em especial ABNT e INMETRO ou equivalentes, cuja apresentação em desconformidade ensejará aplicação das sanções administrativas cabíveis.

2. Uniformes, EPI's

1. A Contratada deverá adotar providências para que seus empregados alocados na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência apresentem-se, diariamente, trajando uniformes limpos e em ótimo estado de conservação. Os uniformes deverão ser aprovados previamente pelo gestor do contrato e conter as seguintes características básicas para cada posto de serviço contemplado na referida contratação:				
Uniforme - Encanador / Tec. De Refrigeração e Clim / Art. De Manutenção e Eletricista e Técnico em Cabeamento Estruturado				
Peça	Quantidade Por Semestre	Quantidade a ser disponibilizada no período de 5 (cinco anos)	Valor Unitário	Valor
Calça Comprida, em tecido brim com elastico na cintura com bolsos e logotipo da contratada	2	20		R\$ 0,00
Camisa em brim, manga curta, com gola e com logotipo da empresa	2	20		R\$ 0,00
Bota em couro, cano medio solado antiderrapante modelo masculino	1	10		R\$ 0,00
Meia de algodão, tipo soquete cor branca	4	40		R\$ 0,00
TOTAL				R\$ 0,00
Quantidade de Meses				6
Valor do Uniforme por Profissional/Mês				0,00
Uniforme - Operador de Equipamento de Áudio / Vídeo				
Peça	Quantidade Por Semestre	Quantidade a ser disponibilizada no período de 5 (cinco anos)	Valor Unitário	Valor
Calça Comprida, em tecido brim com elastico na cintura com bolsos e logotipo da contratada	2	20	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Camisa em tecido ou malha, manga curta, com gola e com logotipo da empresa	2	20	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Bota em couro, cano medio solado antiderrapante modelo masculino	1	10	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Meia de algodão, tipo soquete cor branca	4	40	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL				R\$ 0,00
Quantidade de Meses				6
Valor do Uniforme por Profissional/Mês				0,00
2. Disposições gerais				
2.1. O primeiro conjunto de uniformes deverá ser entregue no início da prestação dos serviços, ou seja, os funcionários da Contratada deverão iniciar a execução dos serviços trajando os uniformes completos, conforme as especificações e quantidades descritas no item 1 deste Anexo para cada uma das categorias profissionais.				
2.2. O segundo conjunto de uniformes deverá ser entregue pela Contratada aos seus funcionários, nas dependências do Contratante, em local a ser definido pelo fiscal do contrato, no prazo de até 6 (seis) meses, a contar da data de início dos serviços.				
2.3. Considerando a vigência contratual inicial de 5 (cinco) anos, a Contratada deverá entregar os demais conjuntos de uniformes a cada 6 (seis) meses, contados da entrega do último conjunto de uniformes.				
2.4. Todos os uniformes estarão sujeitos à aprovação prévia do Contratante e poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações apresentadas neste documento.				
2.5. Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao tecido, cor, modelo, desde que aceitas pelo Contratante, que analisará a pertinência de acordo com a atividade exercida.				

2.6. Os uniformes deverão ser entregues aos funcionários mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue ao gestor do contrato, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da entrega.
2.7. O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho.
2.8. As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, compatíveis com o clima da região onde será prestado o serviço, durável e que não desbota facilmente.
2.9. Para os novos funcionários contratados, substitutos de férias ou substitutos diários, a Contratada deverá fornecer um lote de uniformes no início das atividades.
2.10. Os uniformes deverão ser disponibilizados nos tamanhos e medidas dos funcionários. Nos casos em que a contratada entregar o uniforme divergente do tamanho indicado, ficará a Contratada responsável por realizar a substituição ou realizar eventuais ajustes ambos no prazo máximo de até 07 (sete) dias corridos a partir da entrega.
2.11. Os sapatos deverão ser em couro maleável puro e não sintético, e que atenda às normas técnicas de segurança, se for o caso.
2.12. Além de uniformizados, todos os funcionários da contratada deverão trabalhar identificados através de crachá com logomarca e dados da empresa, bem como, com dados e foto atualizada do funcionário e, providos de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, adequados para cada função.

3. Os profissionais, quando nas dependências do Tribunal de Justiça, anexos e Comarcas deverão estar uniformizados, identificados com crachás fornecidos pela CONTRATADA, e usando os equipamentos de proteção individual(EPI) exigidos para a atividade que estejam executando e com as ferramentas e equipamentos, descritos na planilha contida no **ANEXO**, sem prejuízo de que a Fiscalização do TJ exija outros necessários à execução dos trabalhos e cumprimento das normas que envolvem a atividade.

4. Para melhor compreensão, os valores dos itens previstos no módulo 5 – Insumos Diversos poderão ser discriminados em planilha auxiliar. O valor total de tais insumos deverá ser rateado pelos postos de trabalho considerando-se o prazo de vigência do contrato (60 meses) e o quantitativo total de postos previstos na licitação, qual seja: 26 postos de trabalho.

5. Poderá ser necessário o uso de equipamentos ou ferramenta não inclusos na estimativa de custos. A Contratada deverá possuir os meios para a disponibilização desses equipamentos.

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

1. As “Custos Indiretos” são os custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, tais como os dispêndios relativos a funcionamento e manutenção da sede, aluguel, água, luz, telefone, Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, pessoal administrativo, treinamentos, material e equipamentos de escritório, supervisão de serviços, dentre outros.

2. Os “Custos indiretos” são calculadas mediante a incidência de um percentual (a ser definido por cada licitante) sobre o TOTAL (MÓDULOS 1 A 5).

3. Para efeito de subsidiar o julgamento no que se refere à exequibilidade da proposta apresentada, o Pregoeiro poderá solicitar a discriminação, com a respectiva comprovação documental, da memória de cálculo dos custos que compõem o item “Custos indiretos”, independentemente se tal item for expresso em percentual.

4. O item “Lucro” representa o ganho decorrente da exploração da atividade econômica.

5. O item “Lucro” deve ser calculado mediante a incidência de um percentual (a ser definido por cada licitante) sobre a soma do TOTAL (MÓDULOS 1 A 5 + Custos indiretos).

6. O item “Tributos” é obtido pela soma dos percentuais de cada tributo (ISS, PIS/PASEP, COFINS e Outros) que incide sobre o PREÇO UNITÁRIO MENSAL dos postos de serviços de manutenção, de acordo com as legislações pertinentes. As alíquotas devem ser informadas em conformidade com o regime de tributação a que a empresa está sujeita, o qual deverá ser informado ao Tribunal de Justiça e devidamente comprovado, se necessário.

7. No pagamento das faturas, o Tribunal de Justiça fará a retenção de tributos na fonte de acordo com a legislação vigente.

8. Observação: em razão de ser um cálculo “por dentro”, o valor dos tributos é obtido depois de calculado o VALOR TOTAL POR POSTO.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
Custos administrativos e lucros			
Custos administrativos			Considerando os estudos realizados, o presente modelo utiliza o percentual máximo de 5,00% para custos indiretos, NOTA TÉCNICA Nº 1/2007 – SCI, da Secretaria de Controle Interno do Supremo Tribunal Federal
Lucros			Considerando os estudos realizados, o presente modelo utiliza o percentual máximo de 10,00% para margem de lucro, NOTA TÉCNICA Nº 1/2007 – SCI, da Secretaria de Controle Interno do Supremo Tribunal Federal.
Tributos			
	LUCRO PRESUMIDO	LUCRO REAL	

COFINS		As empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que apresentem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, o que exige apresentação de planilhas demonstrativas de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS. O cálculo dos percentuais médios de recolhimento de PIS e COFINS, efetivamente recolhidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, deverá ser demonstrado nos termos das planilhas exemplificativas abaixo. Os dados de "faturamento mensal" e "crédito apurado/descontado" devem ser extraídos do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária e do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições.	Os tributos (ISS, COFINS e PIS) foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro Presumido A licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato.
PIS/PASEP			Os tributos (ISS, COFINS e PIS) foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro Presumido A licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato.
ISSQN			Os tributos (ISS, COFINS e PIS) foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro Presumido A licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato.
Outros			

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

1. O quadro resumo contempla todos os subtotais dos módulos anteriores. O campo "Valor Total por Empregado" discrimina o valor mensal por posto de trabalho. Faz-se necessário multiplicar o valor por posto pelo número de postos previstos na licitação, a exemplo dos postos de eletricitista (4 postos) e artefície (4 postos).

2. O campo "Valor Mensal - Mão de Obra" contempla o valor mensal dos postos de trabalho. Como o critério de julgamento da licitação é o **MENOR PREÇO GLOBAL**.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia do Socorro Barbosa Azevedo**, **Secretária**, em 14/04/2026, às 11:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **7080844** e o código CRC **252278BE**.

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - Palmas/TO, CEP 77.001-036
- <http://www.tjto.jus.br/>

25.0.000016555-0

7080844v1

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

ANEXO II - LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados na sede, anexos e Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, conforme relação abaixo:

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, s/n.º, Centro, Palmas/TO.

Corregedoria, Quadra 103 Norte, Rua NO 07, complemento N2, GJ 01, lote 02, T01C Anexo III, Palmas /TO.

Escola Superior da Magistratura Tocantinense, Avenida Theotônio Segurado, Plano Diretor Norte, AANE 40, Qi 01, Lote 03, Palmas/TO.

Anexo II, Quadra 412 Sul, Avenida NS10, APM 03B, Plano Diretor Norte, Palmas/TO.

Anexo I, Quadra 103 Norte, rua NO 11, Lote 43, Centro, Palmas/TO.

NAPSI, Quadra 103 Norte, rua NO 07 esquina com avenida NS 01 - Edifício Florença - Térreo - Sala 03

Anexo IV

Comarcas de 3ª Entrância	Endereço	CEP
Araguaína	Av. Filadélfia, Nº 3650 - Setor das Autarquias Estaduais	77813-410
Araguatins	Av. Araguaia, Quadra 89B, Lote 2, Centro	77950-000
Arraias	Rua 18 Qd. 46 Lt. 10 - Setor Parque das Colinas	77330-000
Colinas do Tocantins	Rua Presidente Dutra Nº 337 - Centro	77760-000
Dianópolis	Rua do Ouro Nº 235 Qd 69 A Lt 01- Setor Novo Horizonte	77300-000
Guaraí	Av. Paraná Esquina com a Rua 8, Centro	77700-000
Gurupi	Av. Rio Grande do Norte, s/n, Entre as Ruas 3 e 4	77410-080
Anexo Gurupi	Av. Senador Ludovico n.º 1462	
Miracema do Tocantins	Praça Mariano de Holanda Cavalcante, Nº 802	77650-000
Palmas	Av. Teotônio Segurado - Edifício do Fórum Marques São João da Palma	77021-654

Paraíso do Tocantins	Rua 13 de maio, Nº 265- Centro	77600-000
Pedro Afonso	Av. João Damasceno de Sá, Nº 1000	77710-000
Porto Nacional	Área do Centro Olímpico Ademar Ferreira da Silva, s/nº - Anel Viário, Centro	77500-000
Taguatinga	Av. Principal - Setor Industrial, S/N	77320-000
Tocantinópolis	Rua XV de Novembro, Nº 700- Centro	77900-000
Comarcas de 2ª Entrância	Endereço	CEP
Alvorada	Av. Bernado Sayão, s/n, Qd. 46 Lote 01 e 02, Setor Jorge Figueiras	77480-000
Ananás	Praça São Pedro, S/N	77890-000
Araguaçu	Praça Raul de Jesus Lima, Nº 08	77475-000
Arapoema	Av. Castelo Branco, Nº 685, Centro	77780-000
Augustinópolis	Rua Antonio Mauro do Nascimento, s/n, Bairro Bela Vista	77960-000
Colméia	Rua 7, Nº 600 - Praça da Justiça- Centro	77725-000
Cristalândia	Av. Dom Jaime Schuck, Nº 2850- Centro	77490-000
Filadélfia	Av. Prefeito Wilson Martins de Castro, Quadra 57, nº 351, Centro	77795-000
Formoso do Araguaia	Av. Hermínio Azevedo Soares, nº 150, Centro	77470-000
Itaguatins	Rua Deocleciano Amorim, s/n - Vila Lausa Maria	77920-000
Natividade	Rua Deputado Adail Viana Santana, quadra 16, lote 03, Setor Ginásial	77370-000
Palmeirópolis	Praça Limírio Viana Guimarães, Nº 244- Centro	77365-000
Paraná	Rua E, Qd. 25, Palácio da Justiça – Fórum Joaquim Teotônio Segurado - Centro	77360-000
Peixe	Av. Napoleão de Queiroz, Lt 01/16- Setor Sul	77460-000
Xambioá	Avenida A, Lote 6 e 12, Setor Leste	77880-000
Miranorte	Rua 32, s/n, Setor Sul	77660-000
Comarcas de 1ª Entrância	Endereço	CEP
Almas	Av. São Sebastião, Nº 46- Centro	77310-000
Araguacema	Praça Gentil Veras, Nº 376	77690-000
Aurora do Tocantins	Rua Rulfinho Bispo de Oliveira - S/N- Setor Lagoinha	77325-000
Axixá do Tocantins	Avenida Elza Leal, Nº 2.137, Centro	77930-000
Figueirópolis	Avenida Federal S/N, Centro	77465-000
Goiatins	Av. Bernado Sayão, esquina com Rua Paranaíba, Quadra 12, Setor 02, Lote 174	77770-000

Itacajá	Rua C, S/N- Centro	77620-000
Novo Acordo	Rua Silvestrina Guimarães, s/nº, centro	77610-000
Pium	Rua 03, Nº 100, Edifício do Fórum- Centro	77570-000
Ponte Alta do Tocantins	Rua 03, Nº 645- Centro	77590-000
Wanderlândia	Rua Raimundo Pinto S/N, Centro	77860-000



Documento assinado eletronicamente por **Leticia do Socorro Barbosa Azevedo**, **Secretária**, em 14/04/2026, às 11:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **7080860** e o código CRC **9AEB51E3**.

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - Palmas/TO, CEP 77.001-036
- <http://www.tjto.jus.br/>

25.0.000016555-0

7080860v1

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

VISTORIA

MINUTA DA DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____/_____-_____, neste ato representada pelo (a) Senhor (a), indicado (a) expressamente como seu (sua) representante legal, declara estar ciente dos serviços a serem prestados conforme disposto no Edital e seus Anexos, **dispensando assim**, a necessidade da vistoria “*in loco*” prevista no Edital do Pregão Eletrônico Nº ____/20____. Declara, ainda, que assume total responsabilidade pela dispensa da vistoria.

Por oportuno, asseguro que me foi dado acesso às dependências do(s) _____ para realização de vistoria, através de cláusula expressa no Edital e Anexos, ao qual optei pela dispensa, por considerar ter conhecimento suficiente para prestar os serviços com base nas informações contidas no Termo de Referência e no Edital.

Palmas - TO, _____ de _____ de 20____.

Representante da Licitante

Nome por extenso

MINUTA DA DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____/_____-_____, neste ato representada pelo (a) Senhor (a), indicado (a) expressamente como seu

(sua) representante legal, portador (a) do documento de identidade nº _____, **VISTORIOU** as instalações, do(s) _____/TO, para os fins previstos no Instrumento Convocatório do Pregão Eletrônico N° ____/20__.

(Carimbo e Assinatura do Servidor do Tribunal de Justiça que acompanhou o representante da licitante)

DECLARO que me foi dado acesso às instalações físicas do (s) _____/TO, bem como foram esclarecidas todas as questões por mim suscitadas, e também que tenho pleno conhecimento de todas as dificuldades relacionadas à execução dos serviços objeto do Pregão Eletrônico N.º ____/20__.

Local e Data, ____ de _____ de 20__.

Nome do declarante _____

Número da Cédula de Identidade _____



Documento assinado eletronicamente por **Leticia do Socorro Barbosa Azevedo**, Secretária, em 14/04/2026, às 11:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **7080865** e o código CRC **1FCDA4C4**.

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - Palmas/TO, CEP 77.001-036
- <http://www.tjto.jus.br/>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

1. DA DEFINIÇÃO

1.1. O presente instrumento de medição de resultado (IMR), independente de transcrição integral, é parte integrante do contrato celebrado e tem por objetivo mensurar a prestação de serviços pela CONTRATADA. O presente instrumento define os parâmetros de medição dos níveis de qualidade da prestação de serviços e dá base para as respectivas adequações de pagamento.

1.2. O preço estabelecido em contrato para a realização dos serviços se refere à execução com máxima qualidade. O não alcance da qualidade esperada para os serviços contratados importará em pagamento proporcional ao nível de serviços atribuído no instrumento de mensuração, observados os critérios a seguir delineados.

1.3. O pagamento de valores proporcionais ao nível de serviço não se confunde com as penalidades ou multas, as quais devem ser objeto de regular abertura de processo administrativo e do contraditório.

1.4. A mensuração da qualidade da prestação dos serviços pela CONTRATADA é de responsabilidade do Fiscal devidamente nomeado para a fiscalização do contrato. A pontuação obtida, pela CONTRATADA, na medição da qualidade dos serviços definirá o valor mensal a ser pago pelos serviços prestados, no período avaliado.

1.5. O presente instrumento e seus procedimentos metodológicos poderão ser alterados durante a execução contratual, pela CONTRATANTE, sempre que se fizerem necessárias outras metodologias mais adequadas e eficientes para a medição da qualidade dos serviços prestados.

2. METODOLOGIA DE MENSURAÇÃO

2.1. A aplicação do IMR, pela fiscalização técnica do contrato, deverá seguir a metodologia constante em cada indicador tomando como base o mês de referência da prestação dos serviços, conforme os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, observando os indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas, conforme quadros a seguir.

2.2. O fiscal técnico deverá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para a mensuração da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no valor a ser pago com base nos indicadores estabelecidos neste documento, sempre que a contratada:

(1) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

(2) Deixar de utilizar os recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

2.3. Os serviços da Contratada serão avaliados por meio dos indicadores de qualidade:

(1) Fornecimento e uso de EPI's, uniformes, ferramentas e equipamentos no local da execução dos serviços;

(2) Cumprimento dos prazos referentes às solicitações e notificações da Contratante;

(3) Fornecimento dos equipamentos e materiais adequados e necessários para a execução dos serviços;

(4) Cumprimento das atividades e rotinas nos Postos de Serviços conforme atividades, orientações e atribuições definidas no Termo de Referência;

(5) Cumprimento do prazo para substituição de funcionários em caso de eventual ausência;

(6) Atraso no pagamento de salários, 13º salário, férias ou benefícios mensais ou diários do (s) funcionário (s) da Contratada;

(7) Qualidade na prestação dos serviços contratados.

2.4. Aos indicadores, conforme critérios apresentados nos quadros abaixo, serão atribuídos o número de ocorrências registradas no decorrer do mês de avaliação dos serviços prestados. Para cada faixa de número de ocorrências registradas, a contratada poderá sofrer desde a advertência até a glosa de percentuais equivalentes na Nota Fiscal do mês que está sob avaliação, sem prejuízos de demais medidas cabíveis a cada caso. A Nota fiscal, a depender do número total de ocorrências, poderá sofrer uma retenção (glosa) de até 21 % de seu valor total.

3. TABELAS DE INDICADORES

INDICADOR 1	
Fornecimento e uso de EPI's e uniformes no local da execução dos serviços.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas quanto à segurança do trabalho, fornecimento e uso dos EPI's e uniformes no local da execução dos serviços
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição	Registro das ocorrências pela fiscalização do contrato no formulário de registro de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Verificação in loco pelo fiscal do contrato com registro em formulário de ocorrências.
Periodicidade	Verificação diária, quinzenal /mensal (comarca), com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Soma da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia).
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.

Faixas de ajuste no pagamento	<p>*Até 02 (duas) ocorrências - Notificação da Contratada, pela fiscalização do contrato, para correção da falha;</p> <p>*03 (três) ocorrências - Retenção de 1% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</p> <p>* 04 (quatro) ocorrências - Retenção de 2% (dois por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</p> <p>*05 (cinco) ocorrências - Retenção de 3% (três por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura e abertura de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual, sendo garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa.</p>
Sanções	Sanções previstas no Termo de Referência.
Observações:	A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

INDICADOR 2	
Cumprimento dos prazos referentes às solicitações e notificações da Contratante.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o cumprimento do prazo máximo referente às Notificações ou às Solicitações da Contratada e mitigar falhas, erros e omissões com o objetivo de garantir a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade e eficiência.
Meta a cumprir	Prazo de até 01 (um) dia úl a contar da solicitação ou do prazo acordado.
Instrumento de Medição	Registro das ocorrências pela fiscalização técnica do contrato no Formulário de Registro de Ocorrências.
Forma de acompanhamento	Verificação "in loco" pelo fiscal com preenchimento do Formulário de Registro de Ocorrências.
Periodicidade	Por evento/ solicitação à contratante.
Mecanismo de Cálculo	Soma do número de ocorrências registradas no mês.
Início de Vigência	A partir da data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>*Até 02 (duas) ocorrências - Notificação da Contratada, pela fiscalização do contrato, para correção da falha;</p> <p>*03 (três) ocorrências - Retenção de 1% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</p> <p>* 04 (quatro) ocorrências - Retenção de 2% (dois por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</p> <p>* 05 (cinco) ocorrências - Retenção de 3% (três por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura e abertura de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual, sendo garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa.</p>
Sanções	Sanções previstas no Termo de Referência.

Observações:	A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
--------------	--

INDICADOR 3	
Fornecimento dos equipamentos e materiais adequados e necessários para a execução dos serviços.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a execução dos serviços
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de Medição	Registro das ocorrências pela fiscalização técnica do contrato no Formulário de Registro de Ocorrências.
Forma de acompanhamento	Verificação "in loco" pelo fiscal com preenchimento do Formulário de Registro de Ocorrências.
Periodicidade	Verificação diária, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Soma do número de ocorrências registradas no mês.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>*Até 02 (duas) ocorrências - Notificação da Contratada, pela fiscalização do contrato, para correção da falha;</p> <p>*03 (três) ocorrências - Retenção de 1% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</p> <p>* 04 (quatro) ocorrências - Retenção de 2% (dois por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</p> <p>* 05 (cinco) ocorrências - Retenção de 3% (três por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura e abertura de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual, sendo garantindo à contratada o contraditório e a ampla defesa.</p>
Sanções	Sanções previstas no Termo de Referência.
Observações:	A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

INDICADOR 4	
Cumprimento das atividades e rotinas nos Postos de Serviços conforme atividades, orientações e atribuições definidas no Termo de Referência.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o nível de qualidade dos serviços prestados e mitigar as falhas, erros e omissões com o objetivo de garantir a execução dos serviços nos Postos de Serviços dentro dos padrões de qualidade e eficiência.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.

Instrumento de Medição	Registro das ocorrências pela fiscalização técnica do contrato no Formulário de Registro de Ocorrências.
Forma de acompanhamento	Verificação "in loco" pelo fiscal com preenchimento do Formulário de Registro de Ocorrências.
Periodicidade	Verificação diária, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Soma do número de ocorrências registradas no mês.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>*Até 02 (duas) ocorrências - Notificação da Contratada, pela fiscalização do contrato, para correção da falha;</p> <p>*03 (três) ocorrências - Retenção de 1% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</p> <p>* 04 (quatro) ocorrências - Retenção de 2% (dois por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</p> <p>* 05 (cinco) ocorrências - Retenção de 3% (três por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura e abertura de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual, sendo garantindo à contratada o contraditório e a ampla defesa.</p>
Sanções	Sanções previstas no Termo de Referência.
Observações:	A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

INDICADOR 5	
Cumprimento do prazo para substituição de funcionários em caso de eventual ausência.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a celeridade na substituição de funcionário em caso de eventual ausência e manter o nível de serviços prestados dentro dos padrões de qualidade e eficiência.
Meta a cumprir	Substituir, no prazo de até 2h (duas horas), o empregado posto a serviço da Contratante em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças e comunicar ao Fiscal do Contrato.
Instrumento de Medição	Registro das ocorrências pela fiscalização técnica do contrato no Formulário de Registro de Ocorrências.
Forma de acompanhamento	Verificação "in loco" pelo fiscal com preenchimento do Formulário de Registro de Ocorrências.
Periodicidade	Por notificações/solicitações enviadas à contratada, com aferição mensal.
Mecanismo de Cálculo	Soma do número de ocorrências registradas no mês.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.

Faixas de ajuste no pagamento	<p>*Até 02 (duas) ocorrências - Notificação da Contratada, pela fiscalização do contrato, para correção da falha;</p> <p>*03 (três) ocorrências - Retenção de 1% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</p> <p>* 04 (quatro) ocorrências - Retenção de 2% (dois por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</p> <p>* 05 (cinco) ocorrências - Retenção de 3% (três por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura e abertura de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual, sendo garantindo à contratada o contraditório e a ampla defesa.</p>
Sanções	Sanções previstas no Termo de Referência.
Observações:	A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

INDICADOR 6	
Cumprimento do prazo para substituição de funcionários em caso de eventual ausência. Atraso no pagamento de salários, 13º salário, férias ou benefícios mensais ou diários do (s) funcionário (s) da Contratada	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mitigar as ocorrências de atrasos de pagamentos de salários, 13º salário, férias, vale alimentação ou qualquer outro tipo de benefícios mensais e diários, tais como exemplo: Vale-transporte, auxílio alimentação, etc.
Meta a cumprir	Nenhum registro de ocorrência no mês.
Instrumento de Medição	Registro das ocorrências pela fiscalização técnica do contrato no Formulário de Registro de Ocorrências.
Forma de acompanhamento	Verificação "in loco" pelo fiscal com preenchimento do Formulário de Registro de Ocorrências.
Periodicidade	Mensal, nos termos do art. 459, § 1º, do Decreto-Lei nº 5.452/43 e atualizações, e data-base fornecida pela Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria Profissional.
Mecanismo de Cálculo	Soma do número de ocorrências registradas no mês.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>*Até 02 (duas) ocorrências - Notificação da Contratada, pela fiscalização do contrato, para correção da falha;</p> <p>*03 (três) ocorrências - Retenção de 1% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</p> <p>* 04 (quatro) ocorrências - Retenção de 2% (dois por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</p> <p>* 05 (cinco) ocorrências - Retenção de 3% (três por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura e abertura de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual, sendo garantindo à contratada o contraditório e a ampla defesa.</p>

Sanções	Sanções previstas no Termo de Referência.
Observações:	A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

INDICADOR 7	
Qualidade na prestação dos serviços contratados	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mitigar as ocorrências de falhas, erros e/ou omissões na execução dos serviços contratados, minimizando as reclamações dos usuários dos serviços.
Meta a cumprir	Nenhum registro de ocorrência no mês.
Instrumento de Medição	Registro das ocorrências pela fiscalização técnica do contrato no Formulário de Registro de Ocorrências.
Forma de acompanhamento	Verificação in loco pelo fiscal do contrato com registro em formulário de ocorrências e pesquisa com os usuários dos serviços.
Periodicidade	Verificação diária, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Soma do número de ocorrências registradas no mês.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	*Até 02 (duas) ocorrências - Notificação da Contratada, pela fiscalização do contrato, para correção da falha; *03 (três) ocorrências - Retenção de 1% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura; * 04 (quatro) ocorrências - Retenção de 2% (dois por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura; * 05 (cinco) ocorrências - Retenção de 3% (três por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura e abertura de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual, sendo garantindo à contratada o contraditório e a ampla defesa.
Sanções	Sanções previstas no Termo de Referência.
Observações:	A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

FORMULÁRIO REGISTRO DE OCORRÊNCIAS E AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE SERVIÇOS	
CONTRATADA:	
CNPJ:	CONTRATO:
data:	Período:

Indicador	CRITÉRIO (FAIXAS DE PONTUAÇÃO)	RETENÇÃO DO VALOR DA NOTA FISCAL	OCORRÊNCIAS (Assinale um x na opção aplicável)	PERCENTUAL
01 – Fornecimento e uso de EPI's e uniformes no local da execução dos serviços.	Até 02 (duas) ocorrências	Notificar		
	03 (três) ocorrências	1 %		
	04 (quatro) ocorrências	2%		
	05 (cinco) ocorrências ou mais 2	3% e abertura de processo administrativo		
02 – Cumprimento dos prazos referentes às solicitações e notificações da Contratante.	Até 02 (duas) ocorrências	Notificar		
	03 (três) ocorrência	1 %		
	04 (quatro) ocorrência	2%		
	05 (cinco) ocorrência	3% e abertura de processo administrativo		
03 – Fornecimento dos equipamentos e materiais adequados e necessários para a execução dos serviços.	Até 02 (duas) ocorrências	Notificar		
	03 (três) ocorrências	1%		
	04 (quatro) ocorrências	2%		
	05 (cinco) ocorrências	3% e abertura de processo administrativo		
04 – Cumprimento das atividades e rotinas nos Postos de Serviços.	Até 02 (duas) ocorrências	Notificar		
	03 (três) ocorrências	01%		
	04 (quatro) ocorrências	2%		
	05 (cinco) ocorrências	3% e abertura de processo administrativo		
05 – Cumprimento do prazo para substituição de funcionários	Até 02 (duas) ocorrências	Notificar		
	03 (três) ocorrências	1 %		
	04 (quatro) ocorrências	2%		

em caso de eventual ausência.	05 (cinco) ocorrências	3% e abertura de processo administrativo		
06 – Atraso no pagamento de salários, 13º salário, férias ou benefícios mensais ou diários do(s) funcionário(s) da Contratada.	Até 02 (duas) ocorrências	Notificar		
	03 (três) ocorrências	1%		
	04 (quatro) ocorrências	2%		
	05 (cinco) ocorrências	3% e abertura de processo administrativo		
07 - Falta de qualidade nos serviços prestados.	Até 02 (duas) ocorrências	Notificar		
	03 (três) ocorrências	1 %		
	04 (quatro) ocorrências	2 %		
	05 (cinco) ocorrências	3 % e abertura de processo administrativo		
SOMA DO NÚMERO DE OCORRÊNCIAS E PERCENTUAL TOTAL DE RETENÇÃO NA NOTA FISCAL:				
VALOR TOTAL DA NOTA FISCAL:			R\$	
VALOR RETIDO DA NOTA FISCAL:			R\$	
VALOR TOTAL A PAGAR DA NOTA FISCAL:			R\$	



Documento assinado eletronicamente por **Leticia do Socorro Barbosa Azevedo**, Secretária, em 14/04/2026, às 11:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **7080868** e o código CRC **105F07F6**.

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - Palmas/TO, CEP 77.001-036
- <http://www.tjto.jus.br/>

ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Lucro Presumido	Lucro Real
A	13º (décimo terceiro salário)	8.33%	8.33%
B	Férias e Adicional de Férias	12.10%	12.10%
C	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 2.2 sobre 13º salário e Férias	7.52%	7.52%
	Total	27.95%	27.95%

	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS) e FGTS				Lucro Presumido	Lucro Real
A	INSS (art 22, inc I Lei 8.212/91)				20.00%	20.00%
B	SESI OU SESC (art 30 Lei 8.036/90)				1.50%	1.50%
C	SENAI OU SENAC (art 30 Dec Lei 2.318/86)				1.00%	1.00%
D	INCRA (art 1 e 2 Decr Lei 1146/70)				0.20%	0.20%
E	Salário educação (art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decr 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF)				2.50%	2.50%
F	FGTS (art 15 Lei nº 8.030/90)				8.00%	8.00%
G	RAT (Art. 22, inc. II, Lei 8212/91 e art 10 L 10.666/03)	3.00%	FAP	1.00	3.00%	3.00%
H	SEBRAE (lei 8029/90)				0.60%	0.60%
	Total				36.80%	36.80%

Módulo 3 - Provisão para Rescisão					
3	Provisão para rescisão			Lucro Presumido	Lucro Real
A	Aviso prévio indenizado	Nº de dias	30	0.42%	0.42%
		Percentual de ocorrência anual	5.00%		
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio indenizado			0.03%	0.03%
C	Incidência da Multa s/ FGTS incidente no API			0.16%	0.16%
D	AP Trabalhado Final	100%	7	1.94%	1.94%
D	AP Trabalhado -Rotatividade		7	0.00%	0.00%
	AP trabalhado total			1.94%	1.94%
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre item D			0.72%	0.00%
F	Multa sobre FGTS incidente na dem. s/ justa causa			4.35%	4.35%
	Total			7.62%	6.90%

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.5	Submódulo	4.1 - Substituto nas Ausências Legais	Lucro Presumido	Lucro Real
A	Substituto na cobertura de Férias		0.69%	0.69%
B	Substituto na cobertura das ausências legais -art 473 CLT		0.82%	0.82%
	Dias de ocorrência por ano	3		
c	Substituto na cobertura de Licença patern		0.02%	0.02%
	Percentual de ocorrência anual	1.50%		
D	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		0.06%	0.06%
E	Substituto na cobertura por aux. doença -art 131, III CLT)		1.39%	1.39%
	Nº de dias	5		
F	Substituto na cobertura nas ausência por acidente de trabalho		0.05%	0.05%
	Probabilidade CAT(nº de CAT/População INSS CAT)	1.22%		

TRIBUTOS DEVIDOS -9.RESUMO CT	Lucro Presumido	Lucro Real
COFINS	3.00%	7.60%
PIS	0.65%	1.65%
ISS	2.00%	2.00%
TOTAL	5.65%	11.25%

Simples Nacional
8.33%
12.10%
6.33%
26.76%

Simples Nacional
20.00%
8.00%
3.00%
31.00%

Simples Nacional
0.42%
0.03%
0.16%
1.94%
0.00%
1.94%
0.00%
4.35%
6.90%

--

Simplex Nacional
0.69%
0.82%
0.02%
0.06%
1.39%
0.05%

Simplex Nacional
6.78%
1.46%
2.00%
10.24%

PROPOSTA PARA A CONTRATAÇÃO

	Item	Descrição do Posto de trabalho a ser Preenchido	Qtde	Valor Mensal por posto	Valor Total Anual
	1	I – Artífice de Manutenção em Geral	5	R\$	R\$
	2	II – Eletricista de Manutenção	5	R\$	R\$
	3	III – Operador de Equipamento de Áudio / Video	4	R\$	R\$
	4	IV – Encanador	3	R\$	R\$
	7	V – Técnico de Refrigeração e Climatização	7	R\$	R\$
	6	VII - Técnico em cabeamento estruturado	2	R\$	R\$
VALOR TOTAL MENSAL PARA CONTRAÇÃO					
VALOR TOTAL ANUAL PARA A CONTRATAÇÃO					

Nº do Processo	
Licitação nº	

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)
B	Município/UF
C	Ano da Convenção Coletiva de Trabalho ¹
D	Nº de meses de execução contratual

MÃO DE OBRA	
Artífice de Manutenção em geral	
Eletricista de Manutenção	
Operador de Equipamento de Áudio/Vídeo	
Encanador	
Técnico de Refrigeração e Climatização	
Técnico em cabeamento Estruturado	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO

SCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (dados referentes à contratação)

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

A VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL (VALOR POR PROFISSION

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de serviço

Total

--

AL)
Quantidade total a contratar
5
5
4
3
7
2
26

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	
Tipo de Serviço	Qua

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS - DADOS REFERENTES À CON	
1	Especificação do tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas relativas ao posto)
2	Categoria profissional (vinculada a execução do contrato)
3	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da categoria profissional
4	Número de Meses da execução contratual
5	Sindicato representativo da categoria profissional e nº de registro no MTE
6	Data base da categoria (DIA/MÊS/ANO)
7	Valor do Piso normativo da Categoria

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	
1.1	Composição da Remuneração
A	Salário Base
B	Adicional de periculosidade
C	Adicional de insalubridade
D	Adicional Noturno
E	Hora Noturna Adicional
F	Adicional de hora extra
G	Indenização Intrajornada
F	Outros (especificar)
TOTAL	

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período d

Base de Cálculo para o Módulo 2.1	Módulo 1
	Total

MÓDULO 2 – ENGARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%
A	13 º Salário	8.33%
B	Férias e Adicional de Férias	12.10%
C	Incidência do Módulo 2.2 sobre o Módulo 2	
TOTAL		20.43%

Base de cálculo para o Módulo 2.2	módulo 1
	total

2.2	Encargos previdenciários e FGTS	%
A	INSS (Art.nº 22, Inciso I, da Lei 8.212/91).	20.00%
B	Salário Educação (art. 3º, I, Decreto 87.043/82)	2.50%
C	RAT (Art. 22, inc. II, Lei 8212/91 e art 10 L 10.666/03) X FAP	3.00%

D	SESC ou Sesi (art. 3º da Lei 8036/1990)	1.50%
E	SENAI - SENAC (Decreto 2318/1986)	1.00%
F	SEBRAE (art. 8º da Lei 8029/1990 e Lei n.º 8154/1990)	0.60%
G	INCRA (Lei n.º 7.787/1989 e Decreto n.º 1146/1970)	0.20%
H	FGTS(art. 15 da Lei 8030/1990, art 7º, III, CF/1988)	8.00%
TOTAL		36.80%

2.3	Benefícios Mensais e Diários	sim/ não
A	Auxílio Transporte líquido	sim
A.2	Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços	
A.3	Quantidade de passagens por dia por empregado	
A.4	Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	sim
B.1	Valor do Auxílio-Alimentação	
B.2	Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação	
B.3	Participação do empregado no custo	
C	Assistência Médica	
C.1	Valor previsto em CCT/ACT	
C.2.	Participação do empregado no custo (Se houver)	
D	Amparo Social	
E	Seguro de Vida em grupo	
F	Outros (quando houver, especificar)	

TOTAL

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições
2.3	Benefícios Mensais e Diários

TOTAL

BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 3	Módulo 1
	Módulo 2.1 -c
	Total

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO

3.1	Provisão para Rescisão	%
A	Aviso prévio indenizado	0.42%
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0.03%
C	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	4.00%
D	Aviso prévio trabalhado (APT deverá ser zerado segundo ano)	1.94%
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado	0.71%
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado	0.01%

TOTAL	7.11%
(*)BASE DE CÁLCULO PARA O SUBMÓDULO 4.1: M1+ M2.1 -(LETRA C) + M2.3 - (AUX TRANSPORTE LÍQU. -AUX. ALIMENTAÇÃO LÍQU)+ MÓDULO 3	Módulo 1
	módulo 2.1- letra C
	Módulo 2.3. - VT VA
	Módulo 3
	TOTAL

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AI

(*)Conforme item 89 do Relatório do Acórdão TCU nº 1.753/2008 do Plenário e orientações SEGES/ incluindo benefícios, incidências e custos rescisórios.

4.1	Ausências Legais	%
A	Substituto na cobertura de Férias	0.69%
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0.82%
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0.02%
D	Substituto na cobertura de Acidente de Trabalho	0.03%
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0.06%
F	Substituto na cobertura de Aux. doença -art 131, III CLT	1.39%
F	Incidência dos encargos do submódulo 2.2	1.22%
TOTAL		4.23%

BASE DE CÁLCULO PARA O SUBMÓDULO 4.2 (SOMENTE LETRAS "A", "B", "C", "D")		SM 4.2 -(LETRAS "E"-"F")
		TOTAL

4.2	Substituto na Intrajornada (Redação dada pela Instrução Normativa nº 07, 2018).
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE (Redação dada pela Instrução Normativa nº 07, de 2018).

4.1	Profissional Ausente
4.2	Substituto na Intrajornada
TOTAL	

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS

A	Uniformes
C	Equipamentos e ferramentas
D	outros
TOTAL	

Nota 1: Valores mensais por empregado.

Nota 2: a planilha de uniforme, materias de consumo e equipamento estarão descritas na próxima planilha

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) – Custos diretos

A	Módulo 1 - Composição da remuneração
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente
E	Módulo 5 - Insumos Diversos
Custo Direto: Subtotal (A+B+C+D+E)	

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

		%
A	Custos Indiretos	
B	Lucro	
C	Tributos	
C.1	Tributos Federais (especificar)	
C.2	Tributos Estaduais (especificar)	
C.3	Tributos Municipais (especificar)	
C.4	C.4 Outros tributos (especificar)	
TOTAL		0.00%

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

RESUMO DOS CUSTOS POR EMPREGADO

A	Módulo 1 – Composição da Remuneração
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão
D	Módulo 4 – Custos de Reposição do Profissional Ausente
E	Módulo 5 - Insumos Diversos
	Subtotal (A + B + C + D + E)
E	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro
VALOR TOTAL POR EMPREGADO	
NUMERO DE POSTOS	
VALOR MENSAL - MÃO DE OBRA	
VALOR ANUAL	

[illegible]

R\$	-
R\$	-

Valor		
		CONTA VINCULADA
		CONTA VINCULADA
		CONTA VINCULADA
R\$	-	
R\$	-	
R\$	-	
Valor		
R\$		
R\$		
R\$		

R\$
R\$
R\$
R\$
R\$
R\$

[illegible]

R\$	-
R\$	-
R\$	-

[illegible]

R\$
R\$ -
R\$ -
R\$ -
R\$
R\$ -
USENTE
MP, deve ser calculado todo o custo da substituição ,
Valor
R\$
R\$
R\$
R\$
R\$
R\$
#VALUE!
Valor
Valor
R\$ -
Valor
Valor (R\$) por posto

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

A	Salário Base Mensal		Artigo 457 e 458 da CLT.
B	Adicional Periculosidade	Salário Base x 30%	Súmula 132 TST. Artigo 193 a 197 da CLT. Artigo 7º, inciso XXIII da CF. NR 16 do MTE.
C	Adicional Insalubridade	Salário Mínimo ou Base estipulado em instrumento coletivo x (10%, 20% ou 40%)	Regras do instrumento coletivo da categoria, se houver. Artigo 189 a 192 da CLT (10%, 20% ou 40%). NR 15 do MTE. Súmula nº. 139 do TST.

D	Adicional Noturno	(Salário base + adicionais periculosidade/insalubridade) ÷ total de horas mensais (conforme jornada de trabalho da categoria) x 20% x qtde. de horas noturnas x qtde de dias laborados a noite).	Artigo 73 da CLT e artigo 7º, inciso IX da CF. Súmula nº 60 do TST e OJ-SDI1-259 do TST.
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	Qtde. de horas noturnas x qtde de dias laborados a noite x 0,142857 x (Salário base + adicionais periculosidade/insalubridade) ÷ total de horas mensais x 120%	
F	Reflexo Adic Not e Hora Not Reduz sobre Descanso Semanal Remunerado	(Adicional noturno + Adicional de hora reduzida+Horas extras) x 20%	Artigos 1º e 6º Lei nº 605/1949
G	Outras remunerações (especificar)		

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

SUBMÓDULO 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias

A	13º salário	$((1 \div 12) \times 100) \approx 8,33\%$	Art. 7º, VIII, CF/88. Decreto n. 57.155, de 3/11/1965
----------	-------------	---	---

B	Férias e Adicional de Férias	$\frac{((1 \div 12) \times 100) + ((1 \div 3) \times (1 \div 12) \times 100)}{(1 \div 12) \times 100} \cong 11,11\%$	Art. 7º, XVII, CF/88;
C	Incidência no Submódulo 2.2 sobre 13º salário e Férias	$\frac{((1 \div 12) \times 100) + ((1 \div 3) \times (1 \div 12) \times 100)}{100} \times \text{Submódulo 2.2}$	

SUBMÓDULO 2.2- Encargos Previdenciários (GPS) e FGTS			
A	INSS		Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91. (3) Lei 13.161/2015 - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)
B	SESI OU SESC		Anexo II da IN RFB n.º 971/09; art. 30 da Lei nº 8.036/90; art. 1º da Lei nº 8.154/90; art. 240 da Constituição Federal.
C	SENAI OU SENAC		Anexo II da IN RFB n.º 971/09; Decreto n.º 2.318/86
D	INCRA		Anexo II da IN RFB n.º 971/09; Lei n.º 7.787/89; DL n.º 1.146/70; Lei Complementar nº 11/71.

			<p>Anexo II da IN RFB n. 971/09; art. 3º, inciso I do Decreto nº 87.043/1982; art. 15 – Lei nº 9.424/96; art. 1º § 1º - Decreto Nº 6.003/2006; art. 212 § 5º da Constituição Federal; Súmula Nº 732 do STF.</p>
E	Salário educação		
F	FGTS		<p>Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III</p>
G	<p>GILL/RAT (RAT 0,03 x FAP 1)</p>	<p>RAT x FAP</p>	<p>Anexo V do Regulamento da Previdência Social – RPS (Decreto n. 3.048/1999) e regras de enquadramento dispostas na Instrução Normativa RFB n. 971/2009 e/ou legislação superveniente. Súmula 351 do STJ.</p>
			<p>RAT</p>

FAP			
H SEBRAE			Anexo II da IN RFB n.º 971/09, Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8154/90

SUBMÓDULO 2.3 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

A	Auxílio Transporte	(Valor da passagem x Quantidade de passagens por dia por empregado x Quantidade de dias trabalhados) - (Participação do empregado no custo x Salário base)	Artigo 4º, § único, da Lei nº 7.418/85 e art. 9º do Decreto nº 95.247/87.
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	(Valor do Auxílio-Alimentação x Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação) - (Valor do Auxílio-Alimentação x Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação x Participação do empregado no custo)	Artigo 458, §§ 2º e 3º, da CLT, Lei nº 6.321/76, Decreto nº 5/91 e CCT.
C	Assistência Médica e Familiar	(Valor previsto em CCT/ACT x Participação do empregado no custo)	Artigo 458, inciso IV da CLT e CCT
D	Seguro de vida em grupo	Valor previsto em CCT/ACT/TR	Artigo 458, inciso IV da CLT e CCT
E	Auxílio-Funeral	Valor previsto em CCT/ACT/TR	

F	Cesta Básica	(Valor previsto em CCT/ACT x Participação do empregado no custo)	
G	Plano de Benefício Social Familiar	Valor previsto em CCT/ACT/TR	
H	Outros (especificar)	Valor previsto em CCT/ACT/TR	

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

Dados Estatísticos	
Funcionários demitidos sem justa causa / Total de desligamentos (em %)	
FGTS	
Multa do FGTS (em %)	
Empregados que recebem aviso prévio trabalhado durante o contrato (em %)	
Empregados que recebem aviso prévio trabalhado no final do contrato (em %)	
Dias APT pagos	

PROVISÃO PARA RESCISÃO

A	Aviso prévio indenizado	$((30 \div 30) \div 12) \times 0,05 \cong 0,42\%$	Art. 7º, XXI, CF/88, Art. 477, 487 e 491 da CLT, Lei n. 12.506/2011.
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio indenizado	$(0,08 \times 0,0042) \cong 0,03\%$	Súmula 305 TST.
C	Incidência da Multa e CS s/ FGTS incidente no API	$(0,05 \times 0,08) \times 0,40 \cong 0,0160$	Art. 18 da Lei 8.036/90, Art. 12 da Lei 13.932/2019.

D	Aviso prévio trabalhado	$\frac{((7 \div 30) \div 12) \times 0,02}{((7 \div 30) \div 12)} \cong 1,98 \%$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477,487 e 491 CLT. Acórdãos n. 1904/2007-TCU- Plenário e n. 3006/2010-TCU- Plenário
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre item D	$((0,3680 \times 0,0198) \times 100) \cong 0,73\%$	Acórdãos n. 1904/2007-TCU- Plenário e n. 3006/2010-TCU- Plenário
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais incidentes	Total Remuneração (módulo 1) X 0,04	Art. 12 da Lei 13.932/2019. Acórdãos n. 1904/2007-TCU- Plenário e n. 3006/2010-TCU- Plenário

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Dados Estatísticos	
Dias de Ausências por Doença	
Dias de Licença-Paternidade	
Trabalhadores com direito a Licença-Paternidade (%)	
Dias de Ausências Legais	
Empregados afastados por acidente de trabalho (em %)	
Dias pagos pela empresa em acidentes de trabalho	
% Licenças maternidade	
Custo estimado do afastamento maternidade	$(4 \times 0,0401 \times 0,46\%)$

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais - base de cálculo para o custo do profissional ausente (substituto): BCCPA = (Rem + 13% Relatário do Acórdão TCU nº 1.753/2008 do Plenário e orientações SEGES/MP)

A	Substituto na cobertura de férias	$\frac{(8,33 \div 12) + (8,33 \div 12) + (1 \div 3) \times (8,33 \div 12)}{1} \cong 1,62\%$	Art. 129 e 130 CLT.
B	Substituto na cobertura das ausências por doença	$((5 \div 30) \div 12) \times 100 \cong 1,39\%$	Art. 131, inciso III, da CLT. Art. 476 da CLT, art. 6º, §1º, alínea "f", da Lei n. 605, de 1949, e art. 12, alínea "f", do Decreto n. 27.048, de 1949.
C	Substituto na cobertura de licença paternidade	$\frac{((5 \div 30) \div 12) \times 0,015 \times 100}{0,02\%} \cong 0,02\%$	Art. 7º, inciso XIX da CF. §1º do artigo 10 do ADCT. Lei n. 13.527/2016
D	Substituto na cobertura das ausências legais	$((2,96 \div 30) \div 12) \times 100 \cong 0,82\%$	Art. 82 e 473 da CLT
E	Substituto na cobertura nas ausências por acidente de trabalho	$\frac{((15 \div 30) \div 12) \times 0,0078 \times 100}{0,03\%} \cong 0,03\%$	Art. 27 do Dec. 89312/84, Art. 131 da CLT e MP. 664/2014
F	Substituto na cobertura de afastamento maternidade	$\frac{((1 \div 12) + ((1 \div 3) \times (1 \div 12))) \times (4 \div 12) \times 0,01854033}{0,07\%} \cong 0,07\%$	Art. 7º inc. XVIII, CF, Lei 8.213/91, art. 72 e Lei 11770/2008. Lei n. 13.527/2016.
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2	$(A+B+C+D+E+F) \times \text{submódulo 2.2}$	

SUBMÓDULO 4.2- Intervalo intrajornada

A	Intervalo para repouso ou alimentação	$(\text{Salário base} + \text{adicionais previstos em lei ou CCT, se houver}) \div \text{total nº horas trabalhadas}) \times 1,5 \times \text{quantidade de dias trabalhados}$	Regras do instrumento coletivo da categoria, se houver (conforme incs. III e VIII do art. 611-A da CLT, o instrumento coletivo de trabalho tem prevalência sobre a lei). Artigo 71 da CLT. Lei 8.121/1991.
----------	---------------------------------------	--	--

B	Rendição no Intervalo Intra jornada	<p>((Salário base+adicionais previstos em lei ou CCT, se houver)+ Submódulo 2.2 + submódulo 2.3 + Uniformes e EPI) x quantidade de dias trabalhados</p> <p>Regras do instrumento coletivo da categoria, se houver (conforme incs. III e VIII do art. 611-A da CLT, o instrumento coletivo de trabalho tem prevalência sobre a lei). Artigo 71 da CLT. Lei 8.121/1991.</p>

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS

Custos administrativos e lucros		
A	Custos administrativos	
B	Lucros	

Tributos		LUCRO PRESUMIDO	LUCRO REAL
A	COFINS		recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, o que exige apresentação de planilhas demonstrativas de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS. O cálculo dos percentuais médios de recolhimento de PIS e COFINS, efetivamente recolhidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, deverá ser demonstrado nos termos das planilhas exemplificativas abaixo. Os dados de “faturamento mensal” e “crédito apurado/descontado” devem ser extraídos do documento
B	PIS/PASEP		
C	ISSQN		

D	Outros			
---	--------	--	--	--

	<p>Salário mensal definido em acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho no momento da publicação do edital; quando houver necessidade de afastar o risco de selecionar colaboradores com capacitação inferior à necessária para a execução dos serviços, por meio de pesquisas de mercado, de dados obtidos junto a associações e sindicatos de cada categoria profissional e de informações divulgadas por outros órgãos públicos que tenham recentemente contratado o mesmo tipo de serviço. De acordo com o TCU, a fixação de remuneração mínima no edital somente é cabível, com restrições, nos casos de terceirização de mão de obra com alocação de postos de trabalho. Importante ainda que, como a planilha de custos é baseada em empregados menslistas, consideram-se já remunerados os dias de repouso semanal no salário mensal nos termos do § 2º do art. 7º da Lei 605/1949.</p>
	<p>O percentual definido pelo art. 193 da CLT, deve ser calculados sobre salário base sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa, com exceção à categoria dos eletricitários, em que o cálculo deverá ser feito sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial. A caracterização e a classificação da periculosidade far-se-ão por meio de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho registrados no Ministério do Trabalho. A Norma Regulamentadora nº 16 estabelece em seus anexos as atividades e as operações perigosas que acarretam ao recebimento do adicional de periculosidade pelo empregado. As Leis Lei nºs 12.740/2012 e 12.997/2014 estenderam o adicional de periculosidade, respectivamente, às atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial e trabalhador em motocicleta.</p>
	<p>Os percentuais definidos pelo art. 192 da CLT, segundo as classificações nos graus máximo, médio e mínimo, devem ser calculados com base no salário mínimo, salvo critério mais vantajoso estabelecido em lei ou em instrumento coletivo de trabalho (Súmula Vinculante n. 4). O direito ao recebimento do adicional somente pode ser reconhecido mediante laudo pericial que aponte estar a atividade insalubre prevista na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho, tal como definido pela NR-15 da Portaria n. 3.214 de 1978.</p>

<p>A jornada noturna é compreendida entre 22h da noite e 05h da manhã seguinte (considerando que a hora noturna corresponde a 52,5min) , com remuneração adicional de 20%, de acordo com o Art.73 da CLT.</p>	
<p>Pagamento de 20% sobre as variáveis, conforme Cláusula 38ª da CCT 2023.</p>	
<p>Gratificação de Natal, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962. O percentual dessa rubrica pode ser obtido pelo cálculo: $((1/12) \times 100) = 8,33\%$.</p>	

<p>A Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII, prevê que as férias sejam pagas com adicional de, pelo menos, 1/3 (um terço) da remuneração do mês. Assim, a provisão para atender as despesas relativas as férias e adicional de férias corresponde a: $((1/12) \times 100) + ((1/3) \times (1/12) \times 100) \cong 11,11\%$</p>	

	<p>GILL/RAT é a sigla correspondente à Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (o antigo Seguro de Acidente de Trabalho - SAT). A contribuição GILL/RAT é apurada por meio de um indicador criado pela Receita Federal: o RAT Ajustado. Sendo assim, em regra, considera-se para fins de definição da planilha modelo que $GILL/RAT = SAT = RAT \text{ Ajustado}$. O cálculo do RAT ajustado é feito mediante aplicação da fórmula: $RAT \text{ ajustado} = RAT \times FAP$. A aplicação mínima ou máxima do FAP (0,5 a 2,00) sobre as alíquotas do RAT (1% a 3%) levará o percentual ajustado do RAT a uma variação entre 0,5% a 6%. A licitante deve preencher o item G do Submódulo 2.2 das planilhas analíticas de custos e formação de preços com o valor de seu RAT ajustado comprovando o percentual indicado no momento da apresentação da proposta na forma prescrita no edital e nestas notas explicativas.</p> <p>RAT (Riscos Ambientais do Trabalho) contém as alíquotas de 1%, 2% ou 3%, apurada com base na atividade preponderante da empresa (CNAE), deverá ser esclarecida e comprovada quando</p>

<p>solicitado pelo pregoeiro, conforme Anexo V do Regulamento da Previdência Social – RPS (Decreto n. 3.048/1999) e regras de enquadramento dispostas na Instrução Normativa RFB n. 971/2009 e/ou legislação superveniente.</p> <p>FAP (Fator Acidentário de Prevenção) multiplicador variável num intervalo de 0,5 a 2,00 calculado anualmente pelo INSS considerando o número de acidentes do trabalho e doenças profissionais de cada empresa (Decreto nº 6.957/2009). Essa alíquota deverá ser comprovada mediante a apresentação do multiplicador FAP (FapWeb) vigente no momento da contratação, cujo valor é obtido no site da previdência social por meio de acesso individual da proponente.</p>	
Deve ser observado o instrumento coletivo para a fixação do percentual de desconto do empregado.	
Deve ser observado o instrumento coletivo para a fixação do percentual de desconto do empregado.	
Deve ser observado o instrumento coletivo para a fixação do percentual de desconto do empregado.	
Deve ser observado o instrumento coletivo.	
Deve ser observado o instrumento coletivo.	

ACÓRDÃO 1753/2008 - PLENÁRIO - Caso o contrato preveja substituição do empregado	
ACÓRDÃO 6771/2009 - PRIMEIRA CÂMARA - Estimativa de 5 (cinco) dias de licença por ano.	
ACÓRDÃO 6771/2009 - PRIMEIRA CÂMARA - Estimativa de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) dos empregados usufruindo 5 (cinco) dias da licença por ano.	
ACÓRDÃO 1753/2008 - PLENÁRIO - Estimativa de 2,96 ausências por ano.	
ACÓRDÃO 6771/2009 - PRIMEIRA CÂMARA - Estimativa de 1 (uma) licença de 30 (trinta) dias por ano para 0,78% (setenta e oito décimos por cento) dos empregados.	
Tempo de licença mat (4m) x % licenças mat concedidas (4,01%) x % de mulheres empregadas (46%)	
Se não houver previsão de jantista/almocista e, assim, o empregado não usufruir de seu intervalo intrajornada em razão de trabalhar em período destinado a repouso e alimentação, o valor a ser pago é da hora trabalhada acrescida de 50%, considerada a natureza indenizatória da parcela.	

<p>Esta rubrica somente será calculada se houver reposição por um substituto durante a ausência do empregado, no período de intervalo para repouso/alimentação. Para o cálculo dessa forma, o valor aportado será o correspondente ao período trabalhado no intervalo, com as incidências legais, por se tratar de salário pago ao substituto</p>	
<p>Considerando os estudos realizados, o presente modelo utiliza o percentual máximo de 5,00% para custos indiretos. NOTA TÉCNICA Nº 1/2007 – SCI, da Secretaria de Controle Interno do Supremo Tribunal Federal</p>	<p>Considerando os estudos realizados, o presente modelo utiliza o percentual máximo de 10,00% para margem de lucro. NOTA TÉCNICA Nº 1/2007 – SCI, da Secretaria de Controle Interno do Supremo Tribunal Federal.</p>
<p>Os tributos (ISS, COFINS e PIS) foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro Presumido A licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato.</p>	<p>Os tributos (ISS, COFINS e PIS) foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro Presumido A licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato.</p>
<p>Os tributos (ISS, COFINS e PIS) foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro Presumido A licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato.</p>	

--

1. A Contratada deverá adotar providências para que seus empregados alocados na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência apresentem-se, diariamente, trajando uniformes limpos e em ótimo estado de conservação. Os uniformes deverão ser aprovados previamente pelo gestor do contrato e conter as seguintes características básicas para cada posto de serviço contemplado na referida contratação:

Uniforme - Encanador / Tec. De Refrigeração e Clim / Art. De Manutenção e Elétrica e Técnico em Cabeamento Estruturado				
Peça	Quantidade Por Semestre	Quantidade a ser disponibilizada no período de 5 (cinco anos)	Valor Unitário	Valor
Calça Comprida, em tecido brim com elástico na cintura com bolsos e logotipo da contratada	2	20		R\$ 0.00
Camisa em brim, manga curta, com gola e com logotipo da empresa	2	20		R\$ 0.00
Bota em couro, cano médio solado antiderrapante modelo masculino	1	10		R\$ 0.00
Meia de algodão, tipo soquete cor branca	4	40		R\$ 0.00
TOTAL				R\$ 0.00
Quantidade de Meses				6
Valor do Uniforme por Profissional/Mês				0.00

Uniforme - Operador de Equipamento de Áudio / Vídeo				
Peça	Quantidade Por Semestre	Quantidade a ser disponibilizada no período de 5 (cinco anos)	Valor Unitário	Valor
Calça Comprida, em tecido brim com elástico na cintura com bolsos e logotipo da contratada	2	20	R\$ 0.00	R\$ 0.00
Camisa em tecido ou malha, manga curta, com gola e com logotipo da empresa	2	20	R\$ 0.00	R\$ 0.00
Bota em couro, cano medio solado antiderrapante modelo masculino	1	10	R\$ 0.00	R\$ 0.00
Meia de algodão, tipo soquete cor branca	4	40	R\$ 0.00	R\$ 0.00
TOTAL				R\$ 0.00
Quantidade de Meses				6
Valor do Uniforme por Profissional/Mês				0.00
2. Disposições gerais				
2.1. O primeiro conjunto de uniformes deverá ser entregue no início da prestação dos serviços, ou seja, os funcionários da Contratada deverão iniciar a execução dos serviços trajando os uniformes completos, conforme as especificações e quantidades descritas no item 1 deste Anexo para cada uma das categorias profissionais.				

2.2. O segundo conjunto de uniformes deverá ser entregue pela Contratada aos seus funcionários, nas dependências do Contratante, em local a ser definido pelo fiscal do contrato, no prazo de até 6 (seis) meses, a contar da data de início dos serviços.
2.3. Considerando a vigência contratual inicial de 5 (cinco) anos, a Contratada deverá entregar os demais conjuntos de uniformes a cada 6 (seis) meses, contados da entrega do último conjunto de uniformes.
2.4. Todos os uniformes estarão sujeitos à aprovação prévia do Contratante e poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações apresentadas neste documento.
2.5. Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao tecido, cor, modelo, desde que aceitas pelo Contratante, que analisará a pertinência de acordo com a atividade exercida.
2.6. Os uniformes deverão ser entregues aos funcionários mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue ao gestor do contrato, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da entrega.
2.7. O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho.
2.8. As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, compatíveis com o clima da região onde será prestado o serviço, durável e que não desbote facilmente.
2.9. Para os novos funcionários contratados, substitutos de férias ou substitutos diários, a Contratada deverá fornecer um lote de uniformes no início das atividades.
2.10. Os uniformes deverão ser disponibilizados nos tamanhos e medidas dos funcionários. Nos casos em que a contratada entregar o uniforme divergente do tamanho indicado, ficará a Contratada responsável por realizar a substituição ou realizar eventuais ajustes ambos no prazo máximo de até 07 (sete) dias corridos a partir da entrega.
2.11. Os sapatos deverão ser em couro maleável puro e não sintético, e que atenda às normas técnicas de segurança, se for o caso.

2.12. Além de uniformizados, todos os funcionários da contratada deverão trabalhar identificados através de crachá com logomarca e dados da empresa, bem como, com dados e foto atualizada do funcionário e, providos de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, adequados para cada função.

1.1. Antes de iniciar os serviços, a contratada relacionará os equipamentos a serem utilizados, fornecendo o gestor do contrato ou substituto do gestor do contrato

1.2. Durante a vigência do contrato, a **CONTRATADA** deverá manter nas dependências de cada pré

Planilha de Composição de Preços de Equipamentos

Item	Descrição	Período de depreciação meses
1	Caixa de ferramentas em chapas de aço conformadas- 7 Gavetas - med. Aproximadamente 50cm x larg. 20cm x alt. 32cm, capacidade 25 KG alças fixas na parte superior / pintura eletrostática	60
2	Alicate universal isolado p/1.000v de 6"	60
3	Alicate bomba d'agua de 12"	60
4	Alicate de bico de 4" proteção de 1000V	60
5	Alicate de Corte diagonal de 4" proteção 1000V	60
6	alicate de pressão 10 pol	60
7	arco de serra ajustável	60
8	Jogo de Serra Copo com 5 Peças 1.1/4" (32mm) 1.1/2" (38mm), 1.3/4" (44mm), 2.1/8" (54mm))	60
9	kit serra copo para ferro de 1/2 a 1"	60
10	serrote para gesso 12"	60
11	chave grifes de 12"	60
12	Chave inglesa de 12"	60
13	Jogo de chave canhão kit 9 peças 6- 14mm cromo	60
14	Jogo de Chave Biela 8 a 19mm 12 pçs	60
15	Jogo Chave Fenda E Philips 6 Peças Rayco Haste em aço temperado com acabamento cromado Cabo anatômico em polipropileno Chaves Fenda: 1/8x3, 3/16x4, 1/4x5 e 5/16x6 Chaves	60
16	chave fenda de 3" e de 1/4	60
17	chave philips de 3" e de 1/4	60
18	Jogo de Chave De Boca Fixa Tramontina 5 Peças 8-17mm Aço	60
19	martelo pena 300g com cabo de madeira	60
20	marreta de 500g	60
21	talhadeira chata de 8"	60
22	trena de 5mt	60
23	nível de mão	60
24	estilete retrátil 6, corpo dupla injeção , 8 laminas de aço especial, botão trava da lamina	60
25	kit chave allen de 3 a 12mm	60
26	Parafusadeira e Furadeira 12v - 220v	60
27	bits philips de 1/4 24	60

28	Jogo Bits Soquete Magnetico Parafusadeira 8mm 10mm 11mm 13mm	60
29	pincel de pelo 1"	60
30	teusoura de corte reto lado direito	60
32	Alicate prensa termianais para cabos de 2,5 a 10mm ²	60
32	Óculos de proteção	60
33	capacete Aba total branco com push key e jugular de proteção classe A	60
34	1 par de luvas pano meia cano	60
35	Kit chave válvula de descarga Chave + Soquete P/ Reparo Da Válvula Descarga(aço)	60

Manutenção do

Depreciação dos equipamentos - ga

Planilha de Composição de Preços de Equipamentos e Ferramentas -

Item	Descrição	Período de depreciação meses
1	Caixa de ferramentas em chapas de aço conformadas- 7 Gavetas - med. Aproximadamente 50cm x larg. 20cm x alt. 32cm, capacidade 25 KG alças fixas na parte superior / pintura eletrostática	60
2	Alicate Volt-ampermetro digital medindo tensão DC e AC corrente AC até 1000A	60
3	Alicate universal p/1.000v de 6"	60
4	Alicate de bico meio cano reto 4" Proteção 1000V	60
5	Alicate de Corte diagonal de 4" proteção 1000V	60
6	Alicate de pressão de mordente reto 10"	60
7	Termômetro Laser Digital Industrial	60
8	Maçarico tubo tocha com acendedor automático portátil	60
9	Arco de serra ajustavel	60
10	Jogo de Serra Copo com 5 Peças 1.1/4" (32mm) 1.1/2" (38mm), 1.3/4" (44mm), 2.1/8" (54mm))	60
11	Kit de serra copo para ferro de 1/2 a 1"	60
12	serrote para gesso 12"	60
13	Chave inglesa ajustavel de 12"	60
14	Jogo de chave canhão kit 9 peças 6- 14mm cromo	60
15	Jogo de Chave Biela 8 a 19mm 12 pçs	60

16	Jogo Chave Fenda E Philips 6 Pecas Rayco Haste em aço temperado com acabamento cromado Cabo anatômico em polipropileno Chaves Fenda: 1/8x3, 3/16x4, 1/4x5 e 5/16x6 Chaves	60
17	chave de fenda de 3" e de 1/4	60
18	chave philips de 3" e de 1/4	60
19	jogo de Chave De Boca Fixa Tramontina 5 Peças 8-17mm Aço	60
20	Parafusadeira e Furadeira 12v - 220v	60
21	Martelo Unha Profissional 500g Com Cabo Emborrachado 31cm	60
22	Marreta de 500 g	60
23	Talhadeira chata de 8"	60
24	Trena metalica de 5m	60
25	Nível de mão	60
26	estilete retrátil 6, corpo dupla injeção , 8 laminas de aço especial, botão trava da lamina	60
27	Kit chave alen de 3 a 12mm	60
28	bits philips de 1/4, 24	60
29	Jogo Bits Soquete Magnetico Parafusadeira 8mm 10mm 11mm 13mm	60
30	pincel de pelo de 1"	60
31	escada alumínio tipo cavalete 6 degraus	60
32	tesoura Cortar Chapa Aço Ferro Alumínio Aviação Reta 10 Pol	60
33	chave teste neom - caneta detectora de tensão 90v a 1000 v	60
34	alicate de pressão 2,5 a 10 mm	60
35	1 par de luvas borracha comprida proteção 1000v - Classe 0	60
36	óculos de proteção	60
37	capacete Aba total branco com push key e jugular de proteção classe A	60

Manutenção do

Depreciação dos equipamentos - gasto mensal adotado --anos e residual =--%

Planilha de Composição de Preços

Item	Descrição	Período de depreciação meses
1	Caixa de ferramentas em chapas de aço conformadas- 7 Gavetas - med. Aproximadamente 50cm x larg. 20cm x alt. 32cm, capacidade 25 KG alças fixas na parte superior / pintura eletrostática	60
2	Alicate universal isolado p/1.000v de 6"	60
3	Aliccate bomba d'agua de 12"	60
4	Alicate de bico meio -cana reto de 4" proteção de 1000V	60
5	Alicate de Corte diagonal de 4" proteção 1000V	60

6	alicate de pressão 10 pol	60
7	Termômetro Laser Digital Industrial	60
8	Maçarico tubo tocha com acendedor automático portátil	60
9	Arco de serra ajustavel	60
10	Jogo de Serra Copo com 5 Peças 1.1/4" (32mm) 1.1/2" (38mm), 1.3/4" (44mm), 2.1/8" (54mm)	60
11	kit serra copo para ferro de 1/2 a 1"	60
12	serrote para gesso 12"	60
13	chave grifes de 12"	60
14	Jogo de chave canhão kit 9 peças 6- 14mm cromo	60
15	Jogo de Chave Biela 8 a 19mm 12 pçs	60
16	Jogo Chave Fenda E Philips 6 Pecas Rayco Haste em aço temperado com acabamento cromado Cabo anatômico em polipropileno Chaves Fenda: 1/8x3, 3/16x4, 1/4x5 e 5/16x6 Chaves	60
17	chave fenda de 3" e de 1/4	60
18	chave philips de 3" e de 1/4	60
19	Jogo de Chave De Boca Fixa Tramontina 5 Peças 8-17mm Aço	60
20	martelo pena 300g com cabo de madeira	60
21	marreta de 500g	60
22	talhadeira chata de 8"	60
23	trena de 5mt	60
24	nível de mão	60
25	estilete retrátil 6, corpo dupla injeção , 8 laminas de aço especial, botão trava da lamina	60
26	kit chave alen de 3 a 12mm	60
27	Parafusadeira e Furadeira 12v - 220v	60
28	bits philips de 1/4, 24	60
29	Jogo Bits Soquete Magnetico Parafusadeira 8mm 10mm 11mm 13mm	60
30	pincel de pelo 1"	60
31	teusoura Cortar Chapa Aço Ferro Alumínio Aviação Reta 10 Pol	60
32	Alicate prensa termianais para cabos de 2,5 a 10mm²	60
33	óculos de proteção	60
34	capacete Aba total branco com push key e jugular de proteção classe A	60
35	Kit chave válvula de descarga Chave + Soquete P/ Reparo Da Válvula Descarga(aço)	60

Manutenção

Depreciação dos equipamentos

Planilha de Composição de Preços de Equipamentos

Item	Descrição	Período de depreciação meses
1	Caixa de ferramentas com estruturas em chapas de aço conformadas com uso de cadeados - med. Aproximadamente 50cm x larg. 20cm x alt. 32cm/ 7 gavetas, capacidade 25 Kg aças fixas na parte superior/ pintura eletrostáticas	60
2	Alicate universal isolado p/1.000v de 8"	60
3	Jogo Chave de Fenda e Phillips Isolada 6pcs NBR9699 CRV 1/8X2,3/8A1/4X6"	60
4	Jogo de chave de boca fixa de: 25x28mm, 10x11mm, 12x13mm, 5/8"x11/16"	60

Manutenção

Depreciação dos equipamentos

Planilha de Composição de Preços de Equipamentos

Item	Descrição	Período de depreciação meses
1	Caixa de ferramentas em chapas de aço conformadas- 7 Gavetas - med. Aproximadamente 50cm x larg. 20cm x alt. 32cm, capacidade 25 KG alças fixas na parte superior / pintura eletrostática	60
2	Alicate Volt-ampermetro digital medindo tensão DC e AC corrente AC até 1000A	60
3	Manifuld para gás R22	60
4	Manifuld para gás R 410 A	60
5	Kit curvador de Tubos de Cobre	60
6	Jogo Broca Serra Copo Fura Metal Aço Ferro 16 A 32 Mm 5 Pçs	60
7	Cortador de tubos de cobre	60
8	Alicate universal isolado p/1.000v de 6"	60
9	Aliccate bomba d'agua de 12"	60
10	Alicate de bico meia-cana reto de 4" proteção de 1000V	60
11	Alicate de Corte diagonal de 4" proteção 1000V	60
12	alicate de pressão 10 pol	60
13	Termômetro Laser Digital Industrial	60
14	Maçarico tubo tocha com acendedor automático portátil	60
15	Arco de serra ajustavel	60
16	Jogo de Serra Copo com 5 Peças 1.1/4" (32mm) 1.1/2" (38mm), 1.3/4" (44mm), 2.1/8" (54mm))	60
17	kit serra copo para ferro de 1/2 a 1"	60

18	serrote para gesso 12"	60
19	chave grifes de 12"	60
20	Jogo de chave canhão kit 9 peças 6- 14mm cromo	60
21	Jogo de Chave Biela 8 a 19mm 12 pçs	60
22	chave fenda de 3" e de 1/4	60
23	Jogo Chave Fenda E Philips 6 Pecas Rayco Haste em aço temperado com acabamento cromado Cabo anatômico em polipropileno Chaves Fenda: 1/8x3, 3/16x4, 1/4x5 e 5/16x6 Chaves	60
24	chave philips de 3" e de 1/4	60
25	Jogo de Chave De Boca Fixa Tramontina 5 Peças 8-17mm Aço	60
26	Parafusadeira e Furadeira 12v - 220v	60
27	Martelo Unha Profissional 500g Com Cabo Emborrachado 31cm	60
28	Marreta de 500 g	60
29	Talhadeira chata de 8"	60
30	Trena metalica de 5m	60
31	Nível de mão	60
32	estilete retrátil 6, corpo dupla injeção , 8 laminas de aço especial, botão trava da lamina	60
33	Kit chave alen de 3 a 12mm	60
34	bits philips de 1/4 24	60
35	Jogo Bits Soquete Magnetico Parafusadeira 8mm 10mm 11mm 13mm	60
36	pincel de pelo de 1"	60
37	Bomba Lava Jet Tipo Comercial - lavadora de alta pressão combate turbo 2600, Semi intensivo, 360L/h, 2100 psi, 1.700 W 220V	60
38	óculos de proteção	60
39	capacete Aba total branco com push key e jugular de proteção classe A	60
40	escada alumínio tipo cavalete 6 degraus	60
		Manutenção
		Depreciação dos equipar

1.3. Todos os equipamentos e ferramentas devem estar em ótimas condições de trabalho, sendo obrigatório a troca de qualquer equipamento ou qualquer outro tipo de defeito que prejudique a funcionalidade e/ou visibilidade.

1.4. Os equipamentos utilizados pela Contratada deverão estar em perfeitas condições de funcionamento, não produzindo ruídos excessivos.

1.5. A contratante será responsável pela locomoção de todo e qualquer equipamento/ou material que

- 1.6. A Contratada manterá programa específico de manutenção de seus equipamentos, em especial de:
- 1.7. Os materiais/itens apresentados acima são estimados. Assim, em caso fortuito que ocorra durante fornecimento/disponibilização de materiais/itens adicionais e/ou emprego de outros não previstos, se
- 1.8. A Contratada fornecerá equipamentos individuais necessários à proteção e segurança dos empregados;
- 1.9. Esclarecemos que as marcas apresentadas como referência são de caráter informativo, sem qualquer correspondendo aos produtos que serviram de base para a coleta das características/especificações dos
- 1.10. Os materiais e equipamentos propostos pelos licitantes deverão, obrigatoriamente, atender as exigências de fiscalização de qualidade, em especial ABNT e INMETRO ou equivalentes, cuja apresentação em desconformidade

cendo descrição sumária dos mesmos, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por meio do
), justificadamente, recusar o uso de qualquer equipamento.

édio, os equipamentos e quantidade descrita abaixo, no mínimo:

mentos e Ferramentas - ARTIFICE DE MANUTENÇÃO PREDIAL

Unidade	Quantida de	Valor Unitário	Valor Total	Custo da depreciação	Custo da manutenção	Total mensal (R\$)
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			

Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
Unidade	5		R\$ 0.00			
TOTAL			R\$ -			
equipamentos - gasto mensal adotado _____% a.m			0.00			
sto mensal adotado _____ anos e residual = _____%			0.00			
Total Mensal			R\$ -			
Quantidade de Funcionários			5			
Valor Mensal por Funionários			R\$ -00			
Valor Anual por Funionários			R\$ 0.00			

- ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO e TÉCNICO EM CABEAMENTO ESTRUTURADO

Unidade	Quantida de	Valor Unitário	Valor Total	Custo da depreciação	Custo da manutenção	Total mensal (R\$)
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			

Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
Unidade	7		R\$ 0.00			
TOTAL			R\$ -			
equipamentos - gasto mensal adotado _____% a.m			0.00			
			0.00			
Total Mensal			R\$ -			
Quantidade de Funcionários			7			
Valor Mensal por Funcionários			R\$ -00			
Valor Anual por Funionários			R\$ 0.00			

de Equipamentos e Ferramentas - ENCANADOR

Unidade	Quantida de	Valor Unitário	Valor Total	Custo da depreciação	Custo da manutenção	Total mensal (R\$)
Unidade	3	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	3	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	3	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	3	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	3	R\$ 0.00	R\$ 0.00			

[illegible]

Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Custo da depreciação	Custo da manutenção	Total mensal (R\$)
Unidade	4	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	4	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	4	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	4	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
TOTAL			R\$ -			
ção do equipamentos - gasto mensal adotado 2% a.m			0.00			
mentos - gasto mensal adotado 4 anos e residual =20%			0.00			
Total Mensal			R\$ -			
Quantidade de Funcionários			4			
Valor Mensal por Funcionários			R\$ -00			
Valor Anual por Funcionários			R\$ 0.00			

e Ferramentas - TECNICO DE REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO

Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Custo da depreciação	Custo da manutenção	Total mensal (R\$)
Unidade	7	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	7	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	7	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	7	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	7	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	7	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	7	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	7	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	7	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	7	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	7	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	7	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	7	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	7	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	7	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	7	R\$ 0.00	R\$ 0.00			
Unidade	7	R\$ 0.00	R\$ 0.00			

[illegible]

gatória a substituição imediata daqueles que apresentarem defeitos, ruídos, desgaste prematuro, que estejam val dos mesmos.

ento e uso, de modo a evitar danos às instalações elétricas ou qualquer parte do prédio, acidentes, ou

precise ser utilizado em outros prédios do PJTO.

aqueles que utilizem energia elétrica.

o cumprimento do prazo contratual, a Contratada deverá assumir a responsabilidade pelo empre que necessários à perfeita execução dos serviços.

gados, obedecendo a NR6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI)

quer efeito no julgamento das propostas, e sem a eles vincular o proponente ou o Contratante, o objeto a ser utilizado.

s de qualidade e desempenho, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e nidade ensejará aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Restituição de Diárias	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar
	Qtd estimada mês	210
MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO AO FUNCIONÁRIO TERCEIRIZADO		
		Valor
A	Valor da diária	R\$ 321.00
	Valor Total (R\$)	R\$ -
MÓDULO 2 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
	%	Valor
A	Custos Indiretos	R\$ -
B	Lucro	R\$ -
	Tributos	
C	C.1 PIS	R\$ -
D	C.2 COFINS	R\$ -
E	C.3 ISS	R\$ -
	TOTAL	R\$ -
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.		

RESUMO DOS CUSTOS POR EMPREGADO		
		Valor
A	Módulo 1 – Composição da remuneração d	R\$ -
	Subtotal	R\$ -
B	Módulo 2 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
PREÇO MENSAL A SER RESTITUÍDO Á CONTRATADA		R\$ -
PREÇO ANUAL		R\$ 0.00

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

ANEXO VI - MINUTA DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Processo nº _____

Pregão nº ____/20____

Contrato nº ____/20____.

Objeto: prestação de serviços continuados com regime de dedicação de mão de obra exclusiva de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, dos equipamentos e das instalações, que compreenderá os serviços de manutenção elétrica, hidráulica, refrigeração, sonorização e manutenção em geral

O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, neste ato representado pelo Fiscal Administrativo, nomeado(s) pela Portaria nº 0000/20____, encerrou os trabalhos de análise para fins de RECEBIMENTO PROVISÓRIO, previsto na Cláusula nº _____, do Contrato Nº 00/20____. Tendo assim procedido à conferência dos serviços prestados, atesta juntamente com a CONTRATADA, o RECEBIMENTO PROVISÓRIO.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia do Socorro Barbosa Azevedo**, Secretária, em 14/04/2026, às 11:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **7080876** e o código CRC **CB5D7F1A**.

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - Palmas/TO, CEP 77.001-036
- <http://www.tjto.jus.br/>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Processo nº _____

Pregão nº ____/20____

Contrato nº ____/20____.

Objeto: prestação de serviços continuados com regime de dedicação de mão de obra exclusiva de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, dos equipamentos e das instalações, que compreenderá os serviços de manutenção elétrica, hidráulica, refrigeração, sonorização e manutenção em geral.

O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, neste ato representado pelo(a) gestor (a) do contrato _____ nomeado (a) pela Portaria nº ____/20____, declaram para os devidos fins, que recebem, DEFINITIVAMENTE, os serviços prestados em conformidade com o Contrato nº ____/____.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia do Socorro Barbosa Azevedo**, **Secretária**, em 14/04/2026, às 11:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **7080878** e o código CRC **0AE40C74**.

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - Palmas/TO, CEP 77.001-036
- <http://www.tjto.jus.br/>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

ANEXO VIII - PLANILHA CONTA VINCULADA

1. DADOS DO CONTRATO

CONTRATADA:	
OBJETO DO CONTRATO:	
LOCAL DE EXECUÇÃO:	
Nº DO CONTRATO:	
DATA INICIAL DA VIGÊNCIA:	
DATA FINAL DA VIGÊNCIA:	

2. PERCENTUAIS DE PROVISÃO

Descrição das Parcelas de Provisionamento Mensal Total	0,00%
Férias e abono de férias	0,00%
Décimo terceiro salário	0,00%
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	0,00%
FGTS incidente sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário	0,00%
Contribuições previdenciárias incidentes sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário	0,00%
Contribuições sociais, tais como salário educação, SESI/SESC, SENAI/SENAC, INCRA, seguro acidente do trabalho e SEBRAE, incidentes sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário	0,00%
Consolidação por rubrica base e participação no provisionamento	#DIV/0!
Férias e abono de férias C/ ENCARGOS	#DIV/0!
Décimo terceiro salário C/ ENCARGOS	#DIV/0!
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa C/ ENCARGOS	#DIV/0!

ORDEM	NOME DO EMPREGADO	Nº CPF	SALDO FINAL				REMUNERAÇÃO BRUTA	Férias com adicional e encargos	13º Salário c/ Engargos	Multa Rescisória	TOTAL RETIDO	ATUALIZAÇÃO DA CONTA
			Férias com adicional e encargos	13º Salário c/ Engargos	Multa Rescisória	TOTAL GERAL						
			#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!			#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	0,00%	0,0000%
1						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
2						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
3						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
4						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
5						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
6						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
7						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
8						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
9						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
10						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%

11						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
12						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
13						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
14						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
15						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
16						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
17						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
18						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
19						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
20						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
21						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
22						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
23						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
24						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
25						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
26						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
27						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
28						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
29						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
30						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
31						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
32						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
33						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
34						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
35						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
36						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
37						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
38						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
39						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
40						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
41						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
42						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
43						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
44						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
45						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
46						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
47						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
48						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
49						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
50						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
51						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
52						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
53						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
54						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
55						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%
56						R\$ -		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	R\$ -	0,0000%

ORDEM	NOME DO EMPREGADO	N° CPF	CARGO/LOCAL	SALDO ATUAL			
				Férias com adicional e encargos	13° Salário c/ Encargos	Multa Rescisória	TOTAL GERAL
				#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
1	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
2	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
3	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
4	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
5	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
6	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
7	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
8	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

9	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
10	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
11	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
12	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
13	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
14	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
15	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
16	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
17	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
18	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
19	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
20	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
21	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
22	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
23	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
24	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
25	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
26	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
27	0	00000000000	0000000000	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

ROTINAS EXTERNAS DE MOVIMENTAÇÃO DE CONTA VINCULADA

RESGATE DE FÉRIAS

Nome do trabalhador	Nº do CPF	Função	Data da Admissão		Ano Base				Rubrica + incidência
			Empresa	TJ/TO	Período acumulativo	Salário acumulado (R\$)	Qtd avos	valor total (R\$) exercício	%
XXXX								-	
								-	
								-	
								-	
								-	
								-	
								-	
								-	
								-	

Obs 1: Quando tiver mês quebrado, o salário deverá ser dividido por trinta, multiplicado pelo valor do dia, multiplicado pela quantidade de dias trabalhado.

Obs 2: O percentual da rubrica + incidência (0 - 5) corresponde a um contrato específico. Alerto para aplicação de acordo com a realidade de cada contrato.

Resgate de 13º salário

Nome do trabalhador	Nº do CPF	Função	Data da Admissão	
			Empresa	TJ/TO
Exemplo 1				

Obs 1: Quando tiver mês quebrado e o primeiro dia trabalhado tiver início antes do décimo sexto dia, considera-se um avo para o mês. Caso o primeiro dia de trabalho seja no décimo sétimo dia, o mês de início de trabalho não poderá ser considerado como um avo.

Obs 2 : O percentual da rubrica + incidência (J - 24) corresponde a um contrato específico. Alerta para aplicação de acordo com a realidade de cada contrato.

Resgate em decorrência de rescisão de contrato de trabalho

Nome do trabalhador	Nº do CPF	Função	Data da Admissão	
			Empresa	TJ/TO



Documento assinado eletronicamente por **Leticia do Socorro Barbosa Azevedo**, Secretária, em 14/04/2026, às 11:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **7080881** e o código CRC **E3EB042D**.

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - Palmas/TO, CEP 77.001-036
- <http://www.tjto.jus.br/>

25.0.000016555-0

7080881v1

ANEXO II**MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO Nº. ____/2026
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº ____/2026
PROCESSO 25.0.000016555-0

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA _____.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ sob o nº 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas/TO, neste ato representado por _____, brasileira, casada, portadora do RG nº. _____ - SSP/____, inscrita no CPF sob o nº. _____, residente e domiciliado nesta Capital, doravante designado **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, _____ - _____, CEP: _____, Telefone: _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, têm entre si, justo e avençado, o presente contrato, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das Instruções Normativas do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, nº 5, de 31 de janeiro de 2023 e nº 6, de 31 de janeiro de 2023, bem como das demais normas legais aplicáveis, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Instrumento tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, dos equipamentos e das instalações, que compreenderá os serviços de manutenção elétrica, hidráulica, refrigeração, sonorização e manutenção em geral, para atender a Sede, Anexos e Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.**

1.2. Descrição do objeto.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO POSTO DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CATSER	Unidade de medida	NÚMERO DE PROFISSIONAIS POSTOS DE TRABALHO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	TOTAL 12 MESES	TOTAL 60 MESES
1	1	Oficial de Manutenção predial - CBO 5143-25	44 horas	1627	Posto/mês	05				
	2	Eletricista de Manutenção CBO 7321-05	44 horas	1627	Posto/mês	05				
	3	Técnico de Equipamento de Audio/Video CBO 3741-10	44 horas	1627	Posto/mês	04				

4	Encanador CBO 7241-10	44 horas	1627	Posto/mês	03				
5	Técnico em refrigeração e Climatização CBO 7257-05	44 horas	1627	Posto/mês	07				
6	Técnico de Cabeamento Estruturado -CBO 7313-20	44 horas	1627	Posto/mês	02				
TOTAL GERAL					26 (vinte e seis) postos de trabalho				

1.3. A contratação citada na subcláusula 1.1 obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às especificações técnicas, forma de execução/entrega e às disposições dos documentos adiante enumerados, constantes do Processo Administrativo 25.0.000016555-0, do CONTRATANTE, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste, no que não o contrariarem. São eles:

1.3.1. O Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2025, do CONTRATANTE;

1.3.2. A proposta de preços apresentada pela CONTRATADA em ____ de ____, de 2025 e os demais documentos fornecidos no procedimento licitatório.

1.4. A contratação do objeto deste contrato foi realizada por meio de procedimento licitatório, de acordo com o disposto no ____, sob a modalidade ____, conforme Edital e Processo Administrativo acima citados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO:

2.1. A empresa será convocada para assinatura deste instrumento contratual, devendo assiná-lo e restituí-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

2.1.1. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e a critério do CONTRATANTE, por igual período, desde que diante de motivo justificado e arrazoado por parte da CONTRATADA e a solicitação tenha ocorrido ainda dentro do prazo de assinatura

2.2. O contrato poderá ser prorrogado, em caso de interesse das partes, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 72 da Instrução Normativa TJTO nº 4/2023 e art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. A CONTRATADA deverá, no ato de assinatura deste contrato ou nos aditivos de prorrogação de vigência vindouros, apresentar declaração do cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93, da Lei Federal nº 8.213 de 1991, anualmente, conforme art. 10 da Resolução nº 401/2021, do Conselho Nacional de Justiça-CNJ.

2.4. A assinatura deste contrato será realizada por meio eletrônico, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1. O regime de execução dos serviços será executado de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme definido na cláusula primeira deste instrumento e disciplinado no Anexo I do Edital (Termo de Referência).

3.1.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XVI e da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, os serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

- a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
- b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;
- c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

3.2. Os empregados alocados pela empresa CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com o Poder Judiciário do Estado do Tocantins, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA recrutá-lo em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, efetuar todos os pagamentos de salários, cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, inclusive aquelas decorrentes de acidentes, indenizações, seguros e quaisquer outras decorrentes de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade ao Poder Judiciário Tocantinense, inclusive em matéria trabalhista.

3.3. As comunicações e determinações do gestor à CONTRATADA serão feitas por escrito, via ofício, via comunicação eletrônica (e-mail), sendo possível outras formas de comunicação, desde que por meio idôneo e passível de registro e documentação. NÃO SENDO ADMITIDO COMUNICAÇÃO VERBAL.

3.4. No início da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá informar ao(a) Gestor(a) do contrato, O nome(s) do(s) encarregado(s) e os meios de comunicação a serem utilizados para o pronto atendimento às demandas e solicitações do CONTRATANTE. O encarregado deverá estar munido dos meios de comunicação que permitam ser contactado a qualquer momento, incluindo dias não úteis.

3.5. A CONTRATADA deverá manter os meios de comunicação sempre atualizados junto ao(a) Gestor(a) do contrato, sempre que houver mudança de encarregado/preposto e mudanças nos canais de atendimento.

3.6. A CONTRATADA não poderá ocupar postos de trabalho, inclusive na função de preposto, com empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive de ocupantes de cargos de chefia, direção e de assessoramento ou membros do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, nos termos da Resolução nº 07, de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.

3.7. A CONTRATADA deverá cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista na legislação, resoluções e demais disposições.

3.7.1. A CONTRATADA deverá reservar durante toda a execução deste contrato no mínimo 5% (cinco por cento) das vagas previstas, para mulheres em condição especial de vulnerabilidade econômico-social, conforme estabelecido pelo programa “Transformação”, disposto na Resolução CNJ nº 497, de 14/04/2023, Inciso XVI do caput do artigo 6º da Lei Nº 14.133/2021 e Capítulo II da Instrução Normativa TJTO nº 15/2024, de 20/08/2024.

3.7.2. Os contratos de terceirização firmados no âmbito da CONTRATANTE devem adotar a reserva de cotas de 2% a 5% das vagas de emprego para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados pela previdência social, caso, nas empresas com 100 ou mais funcionários, a política de cotas para a empregabilidade de pessoas com deficiência.

3.7.2.1. Caso a CONTRATADA possua 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção:

I – até 200 empregados, 2%;

II – de 201 a 500 empregados, 3%;

III – de 501 a 1000 empregados, 4%;

IV – de 1001 em diante, 5%” (Matriz + Filiais)

3.8. A CONTRATADA deverá comprovar que mantém a reserva de cargos prevista em lei e neste contrato.

3.9. Caso haja solicitação por parte do CONTRATANTE ou CONTRATADA para modificação do regime de execução, deverão ser observadas as disposições da subseção IV da seção II do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO:

4.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços nas condições, quantidades e locais definidos em sua proposta e neste contrato.

4.2. O início da execução do objeto será no prazo máximo de 05 (dias) dias corridos do recebimento da Ordem de Serviço.

4.3. A Ordem de Serviço deverá ser recebida pela CONTRATADA diretamente da Diretoria de Infraestrutura e Obras o qual indicará detalhadamente o quantitativo de posto(s) por função e as respectivas localidades onde os serviços serão executados.

4.4. Em caso de impossibilidade de cumprimento integral de 100% (cem por cento) dos prazos e obrigações estabelecidos neste Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar solicitação formal devidamente motivada, acompanhada da documentação comprobatória que evidencie a inviabilidade do cumprimento das obrigações mencionadas no subitem 4.2.

4.5 A solicitação de dilação de prazo para início da execução dos serviços, juntamente com a documentação pertinente, será submetida à autoridade superior para análise, decisão e emissão de parecer referente a possíveis glosas.

4.6. As rotinas para a execução/prestação dos serviços serão realizadas de acordo com as necessidades de cada prédio/local, as quais a CONTRATADA estará obrigada a supri-las.

4.7. **A CONTRATADA não fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo em razão de eventual alteração do seu regime tributário.**

CLÁUSULA QUINTA – DA REALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1. Da realização dos serviços:

5.1.1. Os serviços serão executados pela CONTRATADA obedecendo à legislação vigente, bem como as descrições e especificações constantes no Termo de Referência e neste contrato.

5.1.2. O registro das ocorrências, as comunicações entre as partes e demais documentos relacionados à execução do objeto deverão ser organizados em processo de fiscalização.

5.1.3. As situações que exigirem decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser registradas e encaminhadas ao gestor do contrato para a adoção de medidas saneadoras.

5.1.4. A Contratada deverá prover os postos de serviço nas dependências do Anexo I do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, localizado no Edifício Amaro Empresarial - Quadra 103 Norte, Rua NO-11 com Avenida NS 01, Lote 02. CEP: 77001-036.

5.2. Da descrição dos serviços/atribuições:

5.2.1. **Oficial em Manutenção Predial:** Execução de serviços artesanais diversos, além de auxílio à execução de serviços de mecânica, elétrica, hidráulica, soldas e outros, respeitadas as limitações inerentes à sua formação profissional, visando ao atendimento das necessidades do contrato.

5.2.2. **Eletricista de Manutenção:** Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de instalações, inspeção de sistemas e quadros elétricos, verificação do estado, instalação e realização de troca de lâmpadas, luminárias, reatores, eletrocalhas, eletrodutos, dutos, interruptores, tomadas e disjuntores, passagem de cabos por condutores, consertos básicos em cerca elétrica e demais componentes do sistema elétrico da instalação, visando ao atendimento das necessidades do contrato.

5.2.3. **Técnico de Equipamento de Áudio/Vídeo:** avaliar, projetar e montar sistemas de sonorização ambiente e externa (PA's); conhecimento dos equipamentos, finalidade e utilização; conhecimento de eletrônica para reparos e manutenção; conhecimento aprofundado na área de computação; executar gravações de sessões do Pleno, Câmaras e Tribunais do Juri, executar outras tarefas correlatas.

5.2.4. **Encanador:** Execução de serviços de montagem, ajustes, instalação e reparo de encanamentos, tubulações, aparelhos sanitários, caixas de descargas, testes e consertos da rede hidráulica, incluindo canalizações, válvulas, registros e outros componentes do sistema hidráulico, visando ao atendimento das necessidades do contrato.

5.2.5. **Técnico em Refrigeração e Climatização:** Instalar e dar manutenção em aparelhos de ar condicionado e ventilação, calefação, refrigeração, regulação de temperatura e secagem, orientando-se por desenhos, esquemas, normas e especificações técnicas e utilizando instrumentos e métodos apropriados para cooperar no desenvolvimento, fabricação, montagem, instalação, funcionamento, manutenção e reparo desses equipamentos.

5.2.6. **Técnico em Cabeamento Estruturado:** Realizar atividades na área de telefonia e cabeamento de redes estruturada, Montagem de infraestrutura, Lançamentos de cabos metálicos, Conexão de tomadas lógicas, Certificação de cabos UTP e fibra óptica; Monitoramento e suporte ao usuário da rede de dados e voz; Emissão de relatórios; Manutenção preventiva e corretiva na rede de dados e voz; Configuração de ativos de redes; Conhecimento da norma de cabeamento estruturado para edifícios comerciais e para data centers (ABNT NBR 14565) e Conhecimento da norma de cabeamento estruturado para residências (ABNT NBR 16264).

5.3. Requisitos mínimos para preenchimento dos postos de serviços

Oficial em Manutenção Predial	Formação: nível fundamental (1º Grau) completo; Certificação de curso de pedreiro de levante e acabamento; Experiência: mínima de 6 (seis) meses na área de
-------------------------------	---

	manutenção de instalações prediais, comprovada por meio de anotações feitas em carteira de trabalho.
Eletricista	Formação: curso profissionalizante, na área técnica respectiva, no SENAI ou similar; Certificado de conclusão de curso em eletricidade de baixa tensão; Certificado de conclusão de curso NR10. Experiência: mínima de 6 (seis) meses na área de manutenção de instalações prediais, comprovada por meio de anotações feitas em carteira de trabalho.
Técnico de equipamento de Áudio e Vídeo	Formação: certificado de curso de conclusão em sonorização e sincronização; Conhecimento da plataforma Windows e pacote Office. Experiência: mínima de 06 (seis) meses na área de técnico de equipamento de áudio e vídeo, comprovada em anotações feitas em carteira de trabalho.
Encanador	Formação: curso profissionalizante, na área técnica respectiva, no SENAI ou similar; e Bombeiro hidráulico. Experiência: mínima de 06(seis)meses na área de manutenção e/ou execução de obras de instalações prediais, comprovada em anotações feitas em carteira de trabalho.
Técnico em Refrigeração e Climatização	Formação curso profissionalizante, na área técnica respectiva instalação e manutenção de ar condicionado split e multi-split, no SENAI ou similar; Experiência: mínima de 06 (meses) na área de instalação e manutenção, comprovada em anotações feitas em carteira de trabalho
Técnico em Cabeamento Estruturado	Formação: curso profissionalizante, na área técnica respectiva, nível médio ou técnico; Experiência: mínima de 06 (meses) meses na área de rede de telefonia e cabeamento estruturado, comprovada em anotações feitas em carteira de trabalho.

5.4. Recursos materiais e equipamentos.

5.4.1. Caberá à contratada providenciar a disponibilização dos equipamentos e materiais para atender os serviços a serem realizados do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, com o adequado quantitativo e padrão de qualidade, conforme detalhado nos **"Anexos I"** do Termo de Referência.

5.4.2. Ressalta-se que a validação do referido requerimento não importará em paralisação dos serviços, que deverão continuar a serem prestados pela empresa Contratada com os materiais e equipamentos disponíveis, desde que estes atendam aos requisitos mínimos de eficiência e segurança, não eximindo a Contratada de eventuais responsabilidades no caso de posterior negativa da mencionada alteração e de prejuízos ocasionados à Contratante ou à terceiros.

5.4.3. Deverão ser fornecidos pela contratada todos os acessórios necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos.

5.4.4. O recebimento, conferência e controle dos materiais e equipamentos será efetuado pela fiscalização do contrato *in loco*, para fins de atestação das faturas e pagamento dos serviços, devendo a Contratada encaminhar cópia dos respectivos Termos de Recebimento ao gestor do contrato, acompanhado de cópia da relação dos materiais e equipamentos fornecidos.

5.4.5. Todos os equipamentos e ferramentas devem estar em ótimas condições de trabalho, sendo obrigatória a substituição imediata daqueles que apresentarem defeitos, ridos, desgaste prematuro, que estejam fora dos padrões normais ou qualquer outro tipo de defeito que prejudique a funcionalidade e/ou visual dos mesmos.

5.4.6. Os equipamentos utilizados pela Contratada deverão estar em perfeitas condições de funcionamento e uso, de modo a evitar danos às instalações elétricas ou qualquer parte do prédio, acidentes, ou produzir ruídos excessivos.

5.4.7. Aqueles materiais e equipamentos, previstos para entrega no início do contrato, deverão ser substituídos, em caso de necessidade, no decorrer da execução contratual.

5.5. Metodologia:

5.5.1. Os serviços objeto deste contrato serão periodicamente avaliados pela Fiscalização.

5.5.2. Ao identificar alguma ocorrência na execução do serviço e no cumprimento das obrigações acessórias, o Fiscal deverá comunicá-la imediatamente à Contratada, afim de que o problema possa ser sanado no menor prazo possível.

5.5.3. As ocorrências poderão ser identificadas a partir de diferentes instrumentos, como, por exemplo, reclamações de usuários, inspeções dos serviços realizadas pela Fiscalização Técnica do Contrato, avaliação de indicadores de desempenho, pesquisas de opinião, cumprimento de obrigações trabalhistas e verificação da documentação exigida no Edital, pela Fiscalização administrativa. Cada um desses instrumentos poderá ter diferentes periodicidades de aplicação, conforme tabela a seguir:

Instrumento de Medição	Periodicidade
Inspeções dos serviços realizadas pela Fiscalização do Contrato.	diária
Reclamações de usuários, Pesquisas de opinião.	Quando houver.
Avaliação de indicadores de desempenho	Mensal
Cumprimento de obrigações trabalhistas e verificação da documentação administrativa exigida na contratação (folha de pagamento, guias de FGTS e INSS, garantia, dentre outros).	Conforme a natureza da obrigação.

5.5.4. As ocorrências serão classificadas em “técnicas” e “administrativas”.

5.5.5. As ocorrências técnicas referem-se à execução do contrato, ou seja, à prestação do serviço em si. São exemplos de ocorrências técnicas:

- a) Ausência de ferramentas necessárias;
- b) Utilização de ferramentas inapropriadas e/ou em desacordo com o Edital;
- c) Ferramentas em quantidade insuficiente para todos os membros da equipe;
- d) Atraso na realização de serviços de manutenção preventiva previstos no Edital;
- e) Atraso no atendimento a ordens de serviços;
- f) Atraso na entrega do relatório mensal;
- g) Atraso superior a 3(três) dias para resposta a comunicações e questionamentos realizadas por e-mail;
- h) Uso de uniforme incompleto ou inadequado pelos funcionários;
- i) Atraso na entrega do uniforme aos funcionários;
- j) Funcionários sem utilizar EPIs, quando a situação exigir;
- k) As ocorrências administrativas referem-se ao cumprimento de obrigações trabalhistas e acessórias à execução do contrato. São exemplos de ocorrências administrativas:
- l) Atraso no pagamento do salário dos funcionários;

m) Atraso no pagamento de benefícios, como o vale transporte, vale refeição e plano de saúde dos funcionários;

n) Atraso na apresentação da garantia;

o) Falta de recolhimento de encargos trabalhistas e previdenciários.

5.5.6. Terminado o mês de prestação dos serviços, a Fiscalização apresentará à Contratada, até o 2º dia útil do mês seguinte, o "Relatório de Ocorrências" preenchido com as informações obtidas, conforme Anexo IV do Termo de Referência.

5.5.7. O Relatório de Ocorrências deverá ser assinado pela Fiscalização do contrato e pelo Preposto da empresa.

5.5.8. A Contratada deverá comunicar ao Tribunal quais medidas foram tomadas, a fim de evitar a repetição das ocorrências registradas pela Fiscalização.

5.5.9. **A metodologia e conceito do IMR, estão constantes no "Anexo IV" do Termo de Referência.**

5.6. Relatórios e Controles

5.6.1. Relatórios Mensais

5.6.2. A CONTRATADA deverá apresentar relatórios mensais de ocorrências à FISCALIZAÇÃO do Tribunal de Justiça. Desses relatórios deverão constar, pelo menos, as seguintes informações:

5.6.3. Tipo de manutenção preventiva/corretiva efetuada, com indicação do(s) equipamento(s)/ instalação(ões) afetado(s) e nome dos técnicos responsáveis pela execução dos serviços;

a) causa(s) do(s) defeito(s);

b) providências adotadas;

c) especificação das peças/materiais substituídos;

5.6.4. O relatório deverá conter a aprovação do Supervisor responsável pelo acompanhamento do contrato, contendo resumo das atividades desenvolvidas no período e, se for o caso, sugestões com vistas a otimizar o funcionamento dos sistemas e equipamentos.

CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL E HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1. Os funcionários ocupantes dos postos de trabalho deverão trabalhar 44 (quarenta e quatro) horas semanais sendo 9 (nove) horas diárias de segunda a quinta-feira, e 8 (oito) horas na sexta-feira. Para tanto, os mesmos gozarão de 1 (uma) hora de intervalo de segunda a quinta-feira e 2 (duas) horas na sexta-feira, durante os dias úteis da semana, sem haver necessidade de expediente aos sábados;

6.2. Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins poderá solicitar que a Contratada preste os serviços de manutenção entre os horários de 6h às 22h, desde que respeitados os limites da jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ressalvados a necessidade da realização de serviços extraordinários, desde que atendidas às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho –CLT;

6.3. Todavia o horário de funcionamento dos postos de trabalho, e consequentemente a jornada de trabalho dos funcionários, poderá sofrer eventuais alterações, podendo ser solicitado para trabalharem aos sábados, domingos e feriados, conforme as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sem que isto implique em questionamentos por parte da Contratada ou reajustes dos valores contratados.

6.4. No caso de haver necessidade de realização de serviços após o cumprimento da jornada de trabalho diário ou nos fins de semana e feriados, aplicar-se-ão os termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Assim sendo, os serviços em horas suplementares deverão ser compensadas com a diminuição da jornada regular, durante o mesmo mês, sem que haja prejuízo aos serviços. Caso não seja possível aplicar a compensação, será efetuado o pagamento das referidas horas, até o limite legalmente permitido.

6.5. A CONTRATADA deverá prover os postos de serviço nas dependências do contratante, conforme locais de prestação de serviços definidos no Anexo II do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS E SUPLEMENTARES:

7.1. Em se havendo necessidade da realização dos serviços extraordinários, e não ocorrendo a compensação, os mesmos serão calculados e pagos com base no valor da hora trabalhada do profissional efetivamente designado para a prestação dos serviços, cujos quantitativos de horas extraordinárias mensais previstas para cada categoria funcional.

7.2. As horas suplementares decorrentes da extensão da jornada deverão ser faturadas em separado, apresentando-se cópias das folhas de ponto, comprovantes dos pagamentos (contra cheque), planilhas demonstrativas dos cálculos das horas extraordinárias, além dos comprovantes dos recolhimentos legais.

7.3. Os serviços em horas suplementares somente poderão ser realizados após os seguintes procedimentos:

- a) Existência de disponibilidade orçamentária;
- b) Autorização prévia do gestor do contrato; e
- c) Registro pelo gestor do contrato do montante de horas suplementares realizadas para fins de compensação ou pagamento.
- d) A realização de horas suplementares não deverá ultrapassar o limite legalmente estabelecido, ou seja, 2(duas) horas.

7.4. As horas excedentes dos postos de trabalho que por ventura se fizerem necessárias, não deverão ultrapassar 2 (duas) horas diárias, a não ser em virtude de ocasiões em que as atividades desenvolvidas sejam inadiáveis ou cuja execução possa acarretar prejuízos aos serviços, e serão remuneradas de acordo com o art. 61 § 2º Consolidação de Leis Trabalhistas –CLT.

7.5. Somente será considerada hora suplementar aquela que exceder à quantidade de horas mensais previstas para cada posto de serviço.

7.6. Caso ocorra a realização de horas extraordinárias sem a devida autorização, tais horas serão objeto de compensação, não podendo ser indenizadas.

CLÁUSULA OITAVA – DO DESLOCAMENTO A SERVIÇO DO CONTRATANTE:

8.1. Para todos os postos, quando for formalmente justificado o interesse e a necessidade por parte do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, mediante comunicação e havendo disponibilidade orçamentária, poderão ser autorizados deslocamentos dos empregados da Contratada para a prestação de serviços nas Comarcas no interior do Estado do Tocantins sem que isso importe em reajuste ao contrato;

8.2. Em caso de deslocamento de funcionários para Unidades Administrativas do interior do Estado do Tocantins, com necessidade de pernoite, deverá ser adiantado pela Contratada, diretamente ao funcionário designado, valor referente à diária, conforme valor médio da tabela exibida no subitem 8.10 deste contrato, ou seja, **R\$ 321,00 (trezentos e vinte e um reais)**. O pagamento das diárias deverá ser efetuado diretamente na conta bancária do funcionário e nas quantidades informadas pelo(a) Gestor(a) do Contrato.

8.3. As diárias serão concedidas por dia de afastamento do município de Palmas;

8.4. O empregado fará jus somente à metade do valor da diária nos seguintes casos:

8.5. Quando o afastamento não exigir pernoite fora do município de Palmas; e

8.6. No dia do retorno ao município de Palmas.

8.7. Nos casos de meia diária ou dia de retorno a sede não poderá ser descontado vale-transporte.

8.8. Em caso de pagamento de diárias, a Contratada deverá apresentar, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, os respectivos comprovantes de pagamentos das diárias a seus empregados a serviço do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, no mês anterior, para fins de ressarcimento, cujo pagamento será efetuado juntamente com a fatura mensal relativo à prestação dos serviços.

8.9. A Contratada deverá disponibilizar os valores das diárias aos empregados autorizados para deslocamento em viagens no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da requisição formal do setor solicitante.

8.10. Planilha de Custo para a Restituição de Diárias:

8.10.1. Ressaltamos que as despesas com diárias integram os custos dos serviços contratados e, portanto, devem ser tratadas como receitas das empresas, com todas as incidências legais, conforme a

composição abaixo.

Quantidade estimada de diárias / Mês	Descrição	Valor da diária	Valor da diária com as incidências	Valor total estimado/ Mês
210	Valor da diária acrescida dos tributos no percentual de 0,00% (xxxxxx). Tributos e índices utilizados para formar o valor da diária: PIS: 0,65%; COFINS: 3,00%; ISS: 5,00%; INSS: 11%, e IRRF - Imposto de renda retido na fonte - 4,8%	R\$ 321,00	R\$ 00,00	R\$ 00,00
Despesas estimadas com diárias, serviços prestados em outros municípios para o período de 12 (doze) meses.				R\$ 00,00

8.11. A distribuição dos quantitativos de diárias em relação às incidências é somente para indicação orçamentária, podendo os quantitativos variar durante a execução do contrato, ser maior ou menor que 210 (duzentas e dez).

8.11.1. Para efeito da formação do valor da restituição de diárias "Anexo V" deverá ser utilizado o valor unitário da diária (**R\$ 321,00**). Sobre este valor, incidirá os tributos (PIS, COFINS, ISS, LUCRO e CUSTO INDIRETO).

8.11.2. Os tributos (PIS, COFINS, ISS, LUCRO, INSS e IRRF) foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro Presumido, para ambas as planilhas, quais sejam: **a)** Planilha de Custo e Formação de Preços do posto de serviço, e **b)** Planilha de Custo para a Restituição de Diárias. Assim, o licitante deverá elaborar sua proposta e, por conseguinte, suas planilhas de composição de custos e formação de preços, com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato.

8.12. As despesas com transporte e locomoção dos funcionários da Contratada para realizarem os serviços nas Comarcas do interior do Estado correrão por conta do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

8.13. Nos termos do Art. 457, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT: "As importâncias, ainda que habituais, para a título de ajuda de custo, auxílio - alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário" (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 13.7.2017).

8.14. A Contratada deverá apresentar fatura incluindo a incidência dos Tributos da planilha de custos mensal, decorrentes da diária antecipada aos seus funcionários.

8.15. Os valores acima mencionados são meramente indicativos para dotação orçamentária, podendo variar em decorrência da proposta de preço apresentada pela empresa licitante, com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato.

8.16. As despesas com transporte e locomoção dos funcionários da Contratada para realizarem os serviços fora da sede do Poder Judiciário correrão por conta do CONTRATANTE.

8.17. Para se obter um valor justo e adequado à realidade do Estado do Tocantins, procurou-se adotar os valores praticados por outros Órgãos do Estado, cujos estudos já foram desenvolvidos e chegou-se em valores que espelham a realidade local. Posto isto, tomou-se como referência a tabela de diárias do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, do próprio Poder Judiciário do Estado e do Governo do Estado do Tocantins, uma vez que aplicadas para as categorias, conforme quadro abaixo:

Nível Funcional	Órgão	Valor da diária para o interior do Estado
ADM II - Servidores (motoristas e colaborador eventual)	Ministério Público do Estado do Tocantins - ATO PGJ Nº 050/2023, Diário Oficial MPTO nº 1768 de 15 de setembro de 2023.	R\$ 384,00
4- Efetivos de Nível Médio (Assistente de Defensoria, Oficial de Diligências, Técnico de Informática e Motorista de Defensoria Pública)	Defensoria Pública do Estado do Tocantins - ATO Nº 285, de 16 de setembro de 2014, publicado no DOE nº 4.234, de 14 de outubro de 2014 (alterado pelo Ato nº 272/2024 publicado no Diário oficial da Defensoria Pública do Estado do Tocantins nº 752.)	R\$ 352,00

Assistente de Controle Externo, Assessor I e demais servidores	Tribunal de Contas do Estado – TCE – Resolução Administrativa Nº 017 de 6 de dezembro de 2006, Portaria nº 518 de 27 de junho de 2019, publicada edição nº 2337 do Boletim Oficial do Tribunal de Contas do Estado.	R\$ 238,74
Demais Servidores	Poder Judiciário do Tocantins – Diário da Justiça N.º 5064 de 19 de outubro de 2021 – Resolução n.º 32, de 14 de outubro de 2021, , publicada na edição nº 5064 do Diário da Justiça.	R\$ 306,65
VALOR MÉDIO R\$		R\$ 321,00

8.18. Assim, tendo em vista que os deslocamentos são realizados nos veículos oficiais do Tribunal de Justiça e conduzidos por seus próprios motoristas e, considerando que os postos de serviços os servidores deste Poder Judiciário e se hospedam nos mesmos hotéis e se alimentam nos mesmos restaurantes, sugerimos que o valor a ser aplicado no pagamento das diárias aos servidores alocados no Contrato que necessitam deslocar-se ao interior do Estado, mediante prévia autorização do Contratante, seja correspondente ao montante de **R\$ 321,00** (trezentos e vinte e um reais), conforme demonstrado na tabela acima.

8.19. O valor final da diária, a ser restituído a empresa contratada, será indicado após a definição dos índices em percentual (%) do Lucro e Custo Indireto definido na Planilha de Custo e Formação de Preços, realinhada, do TJ/Sede.

CLÁUSULA NONA – DA APRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E DOS UNIFORMES:

9.1. A CONTRATADA deverá adotar providências para que seus empregados alocados na execução dos serviços objeto deste contrato apresentem-se, diariamente, trajando uniformes limpos e em ótimo estado de conservação. Os uniformes deverão ser aprovados previamente pelo gestor do contrato e conter as seguintes características básicas para cada posto de serviço contemplado na referida contratação:

Uniforme - Encanador / Tec. De Refrigeração e Clim / Art. De Manutenção e Eletricista e Técnico em Cabeamento Estruturado		
Peça	Quantidade Por Semestre	Quantidade a ser disponibilizada no período de 5 (cinco anos)
Calça Comprida, em tecido brim com elastico na cintura com bolsos e logotipo da contratada	2	20
Camisa em brim, manga curta, com gola e com logotipo da empresa	2	20
Bota em couro, cano medio solado antiderrapante modelo masculino	1	10
Meia de algodão, tipo soquete cor branca	4	40
Uniforme - Operador de Equipamento de Áudio / Vídeo		
Peça	Quantidade Por Semestre	Quantidade a ser disponibilizada no período de 5 (cinco anos)
Calça Comprida, em tecido brim com elastico na cintura com bolsos e logotipo da contratada	2	20

Camisa em tecido ou malha, manga curta, com gola e com logotipo da empresa	2	20
Bota em couro, cano medio solado antiderrapante modelo masculino	1	10
Meia de algodão, tipo soquete cor branca	4	40
TOTAL		

9.2. Os empregados da Contratada deverão apresentar-se diariamente, devidamente uniformizados e portando crachá de identificação a ser fornecido pela Contratada e seguindo a especificação determinada pelo contratante;

9.3. O custo do uniforme correrá às expensas da contratada e não poderá ser repassado ao ocupante do posto de serviço;

9.4. Todos os itens do conjunto de uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação do Contratante e, a pedido deste, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações constantes no "Anexo I" do Termo de Referência;

9.5. O primeiro conjunto de uniformes deverá ser entregue no início da prestação dos serviços;

9.6. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato;

9.7. A contratada deverá substituir os uniformes sempre que se apresentarem desgastados;

9.8. A substituição dos uniformes deverá ocorrer, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, após recebimento da Notificação emitida pelo gestor do contrato, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

9.9. Além dos uniformes, todos os funcionários deverão trabalhar identificados através de crachá com logomarca e dados da empresa, bem como, com dados e foto atualizada do funcionário;

9.10. As condições, descrição, quantidade e as especificações dos uniformes encontram-se detalhadas no "**Anexo I**" do Termo de Referência;

9.11. A relação e o quantitativo são meramente estimativos, podendo ser necessárias maior ou menor quantidade para a perfeita execução contratual durante a vigência do contrato, sem que isso implique em aumentos nos custos da Contratada e;

9.12. O recebimento, conferência e controle dos uniformes será efetuado pela fiscalização do contrato, para fins de atestação das faturas e pagamento dos serviços, devendo a Contratada encaminhar cópia dos respectivos Termos de Recebimento ao gestor do contrato, acompanhado de cópia da nota fiscal dos materiais fornecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

10.1. O recebimento provisório será realizado pela fiscalização técnica e administrava após a entrega da documentação constante no capítulo 13, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.2. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrava e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.3. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços prestados.

10.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

10.5. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.6. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, que será encaminhado ao gestor do contrato.

10.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

10.8. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

b) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

c) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

10.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

10.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

10.11. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento dos bens, nem ético profissional, para perfeita execução do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR:

11.1. A despesa com a execução do objeto desta licitação correrá à conta da Classificação Orçamentária com valor de referência **mensal de R\$ 283.377,57 (Duzentos e oitenta e três mil, trezentos e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos)**, valor de referência **R\$ 3.400.530,84 (Três milhões, quatrocentos mil, quinhentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos)** e valor total por cinco anos de **R\$ 17.002.654,20 (Dezessete milhões, dois mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos)**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. A despesa com a execução do objeto deste contrato correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada:

Unidade Gestora: 060100

Classificação Orçamentária - PI: 0601.02.061.1145.3067

Natureza de Despesa: 33.90.37

Fonte de Recursos: 1.760

12.2. As despesas inerentes à execução deste contrato serão liquidadas por meio da Nota de Empenho que será emitida à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.

12.3. A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal em observância à unidade gestora emissora da nota de empenho que albergou a contratação:

12.3.1. Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris.

CNPJ: 03.173.154/0001-73

Praça dos Girassóis, S/Nº, Centro

CEP 77.015-007

Palmas/TO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO:

13.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após o protocolo de recebimento da nota fiscal de serviços (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o TJTO), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

13.1.1 - O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

13.1.2 - A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal individualizada para cada município/Comarca da prestação dos serviços, discriminando os serviços realizados, acompanhada de relatório mensal demonstrando as informações necessárias para procedimentos quanto à retenção do imposto municipal incidente sobre a contratação, caso não apresente cópias das Guias de Recolhimento devidamente pagas.

13.1.2.1 - O relatório deverá conter, no mínimo, os seguintes dados: Município, CNPJ do município, dados bancários do município, valor dos serviços prestados no município (valor da respectiva Nota Fiscal), Alíquota do ISS do município e valor (R\$) devido para o referido imposto.

13.1.3 - Caberá à empresa contratada apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e demais documentos abaixo relacionados:

a) Quadro demonstrativo contendo a RELAÇÃO NOMINAL DOS EMPREGADOS (ordem alfabética), dias trabalhados faturado, descrição das faltas, licenças e férias ocorridas no período faturado e comprovação da cobertura, se houver;

b) FOLHA DE PAGAMENTO e COMPROVANTE DE QUITAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO (em ordem alfabética), referentes ao mês anterior à prestação dos serviços, emitido pela instituição financeira responsável pelo crédito em conta bancária do empregado, contendo nome completo do beneficiário, CPF, data de operação e valor creditado;

c) COMPROVANTE DE PAGAMENTO DOS AUXÍLIOS-ALIMENTAÇÃO E VALES- TRANSPORTES (em ordem alfabética) de todos os empregados dos postos de trabalho, mesmo que tenham atuado no Tribunal transitoriamente, em substituição à mão de obra faltante, referente ao mês da prestação do serviço. A prova de pagamento dos auxílios-alimentação e vales- transportes deverá ser representada por relação nominal assinada pelo respectivo empregado. A relação deve estar organizada alfabeticamente e mencionar a data em que foi efetivado o recebimento desses benefícios, o período a que corresponde o uso e os valores percebidos;

d) CÓPIA DA GUIA CONTENDO AS INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL, referente ao mês anterior à prestação dos serviços;

e) CÓPIA DA GUIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS, referente ao mês anterior à prestação dos serviços, com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet;

f) CÓPIA DA GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (DARF), referente ao mês anterior à prestação dos serviços, com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na DCTFWeb;

g) COMPROVANTE DA ENTREGA DE UNIFORMES junto com a 1ª fatura e, sucessivamente, em cada renovação, se houver;

h) COMPROVANTE DA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS, realizado no início do contrato, com validade de 12 meses, e sucessivamente em cada renovação, se houver;

13.2 - O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente do fornecedor.

13.3 - O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA os serviços que forem efetivamente executados.

13.4 - Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos serviços executados com o discriminado na respectiva Nota Fiscal e o Atesto dos fiscais setoriais e do (a) gestor(a) do contrato com os

respectivos IMR's.

13.5 - O Atesto de Conformidade dos Serviços Prestados e o respectivo IMR - Instrumento de Medição de Resultados, são condições indispensáveis ao pagamento dos serviços prestados.

13.5.1 - Em caso de falhas/pontuações negativas apontadas no Instrumento de Medição de Resultado - IMR, contido no "Anexo I-O" do Termo de Referência, o valor (R\$) corresponde à falha (crítica, grave ou de desconformidade), será glosado na nota fiscal/fatura subsequente ao mês medido identificado.

13.6 - Na ausência do(a) Fiscal do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo Fiscal substituto.

13.7 - O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento, se os dados constantes das mesmas estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou ainda, se os serviços executados não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste instrumento convocatório, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

13.8 - O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido neste instrumento convocatório e no contrato;

13.9 - Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no *caput* do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

13.10 - Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este instrumento convocatório, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

13.11 - Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo o fornecedor isento ou beneficiário de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

13.11.1 - A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.12 - O pagamento somente será realizado mediante a comprovação das mesmas regularidades exigidas para a habilitação da empresa contratada.

13.13 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

13.14 - Fica a CONTRATADA ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada a sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.

13.15 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

13.16 - Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 20.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

13.17 - Em caso de falhas/pontuações negativas referente ao Instrumento de Medição de Resultado – IMR, o valor (R\$) correspondente a falha (crítica, Grave ou Desconformidade), será glosado na fatura subsequente ao mês medido/identificado, **conforme critérios definido Anexo IV do Termo de Referência (Anexo I do Edital)**.

13.18 - Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

13.19 - Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

14.1. Não será exigida garantia contratual na presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO:

15.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação da CONTRATADA, com a demonstração analítica da variação dos custos contratuais, conforme art. 7º do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023 e art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

15.1.1. A CONTRATADA não fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo em razão de eventual alteração do seu regime tributário.

15.1.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data da apresentação da proposta.

15.2. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, deverão ser observados os respectivos termos iniciais de acordo com o art. 8º do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023. Podendo, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021).

15.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data dos efeitos a última repactuação ocorrida.

15.4. A repactuação será precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação da categoria profissional abrangida por este contrato.

15.5. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

15.6. Na repactuação, o CONTRATANTE não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da CONTRATADA, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os materiais relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021).

15.7. O CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

15.8. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I - a partir da assinatura do apostilamento;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

15.9. No caso previsto no inciso III do item 11.8, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

15.10. O CONTRATANTE poderá prever o pagamento retroativo do período em que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de instrumento próprio.

- 15.11. Na hipótese do subitem 11.10, o período em que a proposta permanecer sob a análise da Administração deverá ser contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.
- 15.12. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação inicia-se a partir da homologação da convenção coletiva ou do acordo coletivo de trabalho que fixar os novos custos de mão de obra abrangida pelo contrato e se encerrará na data da assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual subsequente, ou, caso não haja prorrogação, na data do encerramento da vigência do contrato, sob pena de decadência do direito.
- 15.13. Caso não haja a homologação do acordo coletivo ou da convenção coletiva de trabalho no órgão competente e os referidos instrumentos apresentarem efeito retroativo (durante a vigência contratual), a CONTRATADA deverá apresentar o requerimento de repactuação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis a contar da data da homologação, sob pena de decadência deste direito.
- 15.14. Ocorrendo a ausência de solicitação formal pela CONTRATADA nas hipóteses previstas no item 11.12 e 11.13 configurará a renúncia, por parte desta, ao direito decorrente dos efeitos financeiros da repactuação relativos à elevação dos custos da mão de obra.
- 15.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 15.16. A extinção deste contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente.
- 15.17. O CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º), admitida a prorrogação por igual período caso necessário para o adequado deslinde da matéria.
- 15.18. A repactuação de preços será formalizada por meio de apostilamento.
- 15.19. Os pedidos de repactuação serão recebidos e instruídos pelo gestor deste contrato conforme artigo 38 da Seção XIV da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 15.20. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva:
- 15.20.1. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021).
- 15.21. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa), considera-se a data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta.
- 15.22. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital, mediante a utilização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.
- 15.23. Para fins de reajustamento/reequilíbrio contratual, consideram-se insumos os itens relativos a “uniformes, materiais, equipamentos, entre outros, utilizados diretamente na execução dos serviços”, nos termos da definição constante do Anexo I, item X, da IN SEGES/MPDG n.º 05, de 2017. Desde que comprovado a variação dos custos, mediante apresentação de nota fiscal de aquisição no período da ordem de serviço, período do pedido de reequilíbrio econômico financeiro e comprovação de disponibilização/entrega ao TJTO.
- 15.24. Cumpre registrar que não podem ser objeto de repactuação, à luz da atual disciplina normativa, os percentuais de custos indiretos e de lucro constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços do contrato administrativo (Módulo 6, Anexo VII-D da IN SEGES/MPDG n.º 05, de 2017).
- 15.25. O Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.
- 15.26. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, deverão ser observados os respectivos termos iniciais de acordo com o art. 8º do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023. Podendo, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021).
- 15.27. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º da Lei nº 14.133/21), admitida a prorrogação por igual período caso necessário para o adequado deslinde da matéria.
- 15.28. Os pedidos de repactuação serão recebidos e instruídos pelo gestor deste contrato conforme artigo 38 da Seção XIV da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 15.29. Autorizada a repactuação pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, o pagamento da diferença entre o valor repactuado e o anteriormente praticado, relativo aos serviços já prestados, será

efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura distinta da apresentada mensalmente.

15.30. Como subsídio para a definição do valor referente a restituição da diária, optou-se por aplicar a média dos valores das diárias para deslocamentos realizados ao interior do Estado, utilizadas no âmbito do próprio Poder Judiciário do Estado do Tocantins, do Ministério Público do Estado do Tocantins, da Defensoria Pública do Estado do Tocantins e do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, conforme subitem 8.13.17. Desta forma, havendo reajustes nos referidos valores, o PJTO poderá reajustar o valor da diária através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

16.1. Cabe a revisão, a qualquer tempo do contrato cujo equilíbrio econômico-financeiro for afetado pela superveniência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que o torne mais oneroso para uma das partes:

16.1.1. Para os fins previstos no item 15.1, constituem fato imprevisível, o fato do Príncipe, o fato da Administração, o caso fortuito e a força maior.

16.1.2. Para efeito de revisão, compreende-se, também, como fato da Administração, a alteração de cláusula regulamentar do contrato que importe aumento dos encargos da CONTRATADA.

16.2. Os pedidos de revisão, nos casos em que houver previsão contratual ou legal, serão recebidos e instruídos pelo gestor deste contrato, conforme artigo 38 da Seção XIV da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

16.3. A instrução do processo para revisão, reequilíbrio econômico-financeiro, dar-se-á nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

16.4. O CONTRATANTE responderá à solicitação da CONTRATADA de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação do prazo, caso necessário, para o adequado deslinde da matéria.

16.5. **A CONTRATADA não fará jus ao** reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo em razão de eventual **alteração do seu regime tributário**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

17.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Compete ao gestor e/ou ao fiscal deste contrato, conforme Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, justificar e propor o acréscimo ou diminuição do quantitativo do objeto desta contratação, observados os limites definidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021:

17.2.1. Em se tratando de alteração a ser realizada por mútuo consentimento, é indispensável que o gestor inclua no processo o documento de aceite da CONTRATADA.

17.3. Nenhum acréscimo poderá exceder os limites estabelecidos no item 17.1. Isso não se aplica às supressões, as quais poderão exceder os limites legais, quando acordadas entre as Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA PARA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

18.1. As partes envolvidas na contratação deverão guardar observância aos termos da Resolução nº 651, de 29 de setembro de 2025, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e suas alterações posteriores, através das disposições a seguir.

18.2. A assinatura do contrato entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a Contratada será sucedida dos seguintes atos:

a) Solicitação pelo Tribunal ao Banco, mediante ofício, de abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – no nome da Contratada, devendo o banco público oficial ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins sobre a abertura da referida conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – na forma do modelo consignado no supracitado termo de cooperação;

b) Assinatura, pela empresa Contratada, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e de termo específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação

dos valores depositados à autorização do Tribunal.

18.3. Durante a execução do contrato poderá ocorrer liberação de valores da conta-depósito mediante autorização do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que deverá expedir ofício ao banco público oficial.

18.4. Após a movimentação da conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação, o banco público oficial comunicará ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por meio de ofício.

18.5. Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no termo de cooperação técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

18.6. Os encargos trabalhistas serão contingenciados pelos percentuais de acordo com a proposta:

Percentuais para Contingenciamento de Encargos Trabalhistas	
TÍTULO	%
13º Salário	8,33
Férias e adicional de férias	12,10
Subtotal	20.43
Incidência do Módulo 2.2 sobre o Módulo 2	
Multa FGTS por dispensa sem justa causa	4,0
Total de encargos a contingenciar em Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação	

18.7. A verificação dos percentuais indicados, o acompanhamento, o controle, a conferência dos cálculos efetuados, a confirmação dos valores e da documentação apresentada e demais verificações pertinentes serão realizadas pela Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

18.8. A Diretoria Financeira sempre pedirá autorização ao ordenador de despesas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para movimentar a conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação.

18.9 .A Contratada poderá solicitar a autorização do Tribunal de Justiça do Tocantins para:

a) pagamento direto aos empregados: quando o tribunal ou conselho autorizar e solicitar ao banco público oficial a transferência dos valores diretamente para a conta dos empregados, para quitação de encargos trabalhistas vencidos.

b) resgate pela contratada: quando a empresa comprovar que já efetuou os pagamentos aos empregados e solicitar o reembolso correspondente.

18.10. Para resgatar os recursos da conta vinculada na hipótese do inciso II do art 5º da referida Resolução, a empresa contratada deverá apresentar à unidade competente do tribunal ou conselho os documentos comprobatórios do pagamento efetivo das verbas trabalhistas e previdenciárias devidas aos empregados alocados na execução do contrato.

18.11. O tribunal ou conselho, por meio de seus setores competentes, expedirá, após a conferência dos cálculos e a verificação da documentação, a autorização para movimentação dos recursos creditados na conta vinculada e encaminhará à instituição financeira no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

18.12. O banco público oficial deverá apresentar ao órgão contratante, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os comprovantes de depósito realizados nas contas dos beneficiários.

18.13. Nos casos de rescisão de contrato de trabalho de empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, o tribunal ou conselho deverá requerer assistência do sindicato da categoria, quando exigível por norma coletiva, para verificar se os termos da rescisão do contrato de trabalho estão corretos.

18.13.1. Caso a convenção coletiva ou o sindicato exijam o pagamento antes da homologação, a empresa poderá solicitar o resgate da conta vinculada para pagamento das verbas rescisórias, devendo apresentar ao tribunal ou ao conselho, na situação consignada no inciso II do art 5º da referida Resolução, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta-corrente do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários.

18.13.2. A contratada poderá solicitar o resgate ou a movimentação da conta-depósito vinculada para quitação das verbas trabalhistas contingenciadas em relação aos empregados que comprovadamente atuaram na execução do ajuste e que serão desligados do quadro de pessoal da empresa contratada, em decorrência do encerramento da vigência do contrato.

18.13.3. Se após o(s) resgate(s) ou a(s) movimentação(ões) indicado(s) no parágrafo anterior houver saldo na conta-depósito vinculada, o valor deverá ser utilizado pela contratada para pagamento aos empregados que permaneceram no quadro de pessoal da contratada à medida que ocorrerem os fatos geradores das verbas trabalhistas contingenciadas, observada a proporcionalidade do tempo em que o

empregado esteve alocado na prestação dos serviços por força contratual.

18.13.4. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação –, será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

18.14. O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins não repassará à Contratada nenhum custo em relação às tarifas de abertura e movimentação da conta-depósito vinculada – bloqueada, não haverá descontos diretamente na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação. O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins possui Convênio junto a Caixa Econômica Federal para abertura de contas vinculadas, sem custo de tarifas de abertura de contas, bem como taxas de movimentação e administração.

18.15. Caso a Contratada descumpra quaisquer das obrigações relativas a este capítulo, se sujeitará às penalidades previstas no Termo, caracterizando como falha grave na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

19.1. Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina do Capítulo VII, do título III, da Lei nº 14.133/2021 e do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

19.2. Caberá ao gestor iniciar e promover a instrução que vise a alteração deste contrato sob sua responsabilidade, seja por iniciativa própria ou por solicitação da CONTRATADA, observadas as disposições contidas nos Anexos V e VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

20.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente deste contrato caberão respectivamente aos servidores do CONTRATANTE que determinarão o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

20.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como da Instrução Normativa nº. 6/2023, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

20.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

20.4. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

I - no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos, devidamente assinada pela CONTRATADA; exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;

c) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

d) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

20.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.6. A fiscalização observará o aspecto qualitativo do serviço prestado, devendo ser anotado, em registro próprio, as falhas detectadas, e comunicadas à autoridade competente;

20.7. O gestor do Contrato registrará os relatórios de fiscalização, bem como as notificações em processo distinto ao da contratação;

20.7.1. Fiscalização inicial (início do contrato):

a) Elaborar a planilha-resumo referente a todo o contrato administrativo. Ela conterá todos os empregados terceirizados que prestam serviços no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com as seguintes informações: nome completo, número de CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos e sua quantidade (vale-transporte, auxílio- alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências, horas extras trabalhadas;

b) Conferir as anotações nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS dos empregados, por amostragem, e verificar se elas coincidem com o informado pela Contratada e pelo empregado. Atenção especial para a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (importante estar corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações) e todas as eventuais alterações dos contratos de trabalho;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT), bem como ao contido na proposta apresentada por ocasião da licitação;

e) Consultar eventuais obrigações adicionais constantes na CCT pactuada entre o sindicato patronal e o sindicato dos empregados, para as categorias funcionais que se aplicam;

f) Verificar a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, caso haja exposição de alguns dos empregados em tais condições, estes farão jus ao recebimento dos respectivos adicionais previstos em Lei. Além disso, tais condições obrigam a Contratada a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), para o exercício das funções.

20.7.2. Fiscalizações mensais (a serem feitas antes do pagamento da fatura):

a) Ratificar a planilha-mensal apresentada pela Contratada, a qual conterá os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, os dias efetivamente trabalhados, horas extras trabalhadas, férias, licenças, faltas, ocorrências;

b) Verificar na planilha-mensal o número de dias efetivamente trabalhados;

c) Exigir da Contratada os comprovantes de pagamento dos salários, vale-transporte e auxílio alimentação dos empregados;

d) Exigir da Contratada os recolhimentos do FGTS por meio dos seguintes documentos:

e) cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela DCTFWeb – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários;

f) cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;

g) cópia da Relação dos Trabalhadores detalhada na guia emitida pelo FGTS Digital (RE);

h) Exigir da Contratada os recolhimentos das contribuições ao INSS por meio de:

h.1) cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela DCTFWeb;

h.2) cópia do Comprovante de Declaração à Previdência;

h.3) cópia do Documento de Arrecadação da Receita Federal (DARF - Previdência Social), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet; e

i) cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes na Guia detalhada do Arquivo FGTS Digital, exigir a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), sempre que expire o prazo de validade.

20.7.3. Fiscalização diária:

a) Conferir quais empregados terceirizados estão prestando serviços e em quais funções. Fazer o acompanhamento com a planilha-mensal;

b) Verificar se os empregados estão cumprindo a jornada de trabalho. A forma de compensação da jornada de trabalho poderá ser objeto de acordo entre a Contratada e o Tribunal de Justiça do Estado do

Tocantins. Deverá ser instaurada uma rotina para autorizar pedidos de realização de horas extras por terceirizados, caso seja imprescindível;

c) Evitar ordens diretas aos terceirizados. As solicitações de serviços, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto da Contratada; e

d) Evitar toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço como a negociação de folgas ou a compensação de jornada. Essa conduta é exclusiva do empregador.

20.7.4. Fiscalização especial:

a) Observar qual é a data-base da categoria prevista na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Os reajustes dos empregados devem ser obrigatoriamente concedidos pela Contratada no dia e percentual previstos (verificar a necessidade de proceder ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato em caso de reajuste salarial); e

b) Controle de férias e licenças dos empregados na planilha-resumo.

20.7.5. Fiscalização – demais disposições:

a) A execução do contrato a ser firmado será acompanhada e fiscalizada pela Diretoria de Infraestrutura e Obras, ou por meio de servidor deste Tribunal devidamente designado pela mesma, cujas atribuições básicas serão:

b) solicitar à contratada todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços; e

c) solicitar substituições quando julgar necessárias.

20.8. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins reserva-se o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços objeto do Termo de Referência;

20.9. Cabe à Contratada atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto desta licitação, sem que disso decorra qualquer ônus para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros;

20.10. As decisões e/ou providências que ultrapassem a competência do gestor do contrato deverão ser levadas, por escrito, ao conhecimento da Diretoria de Infraestrutura e Obras, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes e necessárias a cada caso;

20.11. As ocorrências de desempenho ou comportamento insatisfatório, falhas, insuficiências, erros e omissões constatados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins serão registrados e comunicados, por escrito, à Contratada, fixando-se prazo para a sua correção, conforme conveniência;

20.12. A fiscalização do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins terá livre acesso aos locais de trabalho dos empregados da Contratada;

20.13. As vistorias e fiscalizações serão, preferencialmente, acompanhadas por representante ou preposto da Contratada.

20.14. A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade no fornecimento dos serviços. Demais atribuições e responsabilidades do gestor de contratos no âmbito do TJTO estão disciplinadas na Instrução Normativa nº 04/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

21.1. A CONTRATADA obriga-se a:

21.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste contrato;

21.1.2. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, que ensejaram sua contratação, bem como manter compatibilidade com as obrigações assumidas;;

21.1.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo CONTRATANTE;

21.1.4. Apresentar cópias das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

21.1.5. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste

contrato;

21.1.6. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

21.1.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;

21.1.8. Iniciar a execução dos serviços pactuados a partir da autorização do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, através da Diretoria de Infraestrutura e Obras, a qual emitirá a Ordem de Serviço, e informar em tempo hábil qualquer fato ou motivo impeditivo que a impossibilite de assumir suas atividades conforme estabelecido;

21.1.9. Após o recebimento da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 5 (cinco) dias corridos;

21.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas por este contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante, salvo na hipótese do § 2º, do art. 121, da Lei nº 14.133/2021.

21.1.11. Manter matriz, filial ou escritório no município de Palmas - TO, durante toda a vigência do contrato, com condições a adequadas a gerenciar todos os postos de serviços;

21.1.12. Fornecer, em até 5 (cinco) dias corridos a contar da data de assinatura do contrato, endereço, matriz ou escritório no município de Palmas - TO, bem como o telefone comercial fixo, móvel, whatsapp e endereço eletrônico, devendo atualizar todos os dados sempre que houver alteração;

21.1.13. Implantar, adequadamente, a execução e supervisão dos serviços, mantendo sempre, em perfeita ordem, todas as exigências dos mesmos;

21.1.14. Prestar os serviços de acordo com as normas disciplinares determinadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e dentro dos parâmetros estabelecidos, com fornecimento de todos os materiais necessários à sua realização;

21.1.15. Apresentar o profissional (preposto), sem custo adicional, devidamente credenciado por procuração, aceito pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, para representá-la na execução do contrato, que deverá ser qualificado para exercer atribuições de supervisão, orientação, movimentação de seus empregados e manter entendimentos com a Diretoria de Infraestrutura e Obras do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins sobre a execução dos serviços;

21.1.16. Apresentar e submeter à Diretoria de Infraestrutura e Obras relação nominal dos empregados em atividade nas dependências do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, qualificados civilmente;

21.1.17. Manter vínculo empregatício formal e expresso com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento dos encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, fiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica da Contratada, incidentes sobre o objeto do contrato, ficando ressalvada que a inadimplência da Contratada para com estes encargos não transfere ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins a responsabilidade por seu pagamento;

21.1.18. Recrutar e empregar pessoal qualificado, com idade não inferior a 18 (dezoito) anos, em pleno gozo dos seus direitos civis, capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, para o desempenho das funções, bem como ter boa conduta e saúde comprovada por Atestado Médico expedido nos últimos 30 (trinta) dias;

21.1.19. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;

21.1.7. Efetuar controle da frequência dos empregados, por ponto eletrônico, quando no local de prestação dos serviços existirem mais de 10 (dez) empregados e por meio que não seja padronizado, em consonância com a Súmula nº 338 do Tribunal Superior do Trabalho – TST, para os locais com até de 10 (dez) empregados;

21.1.19. Realizar às suas expensas, na forma da legislação pertinente, os exames médicos necessários na admissão, durante a vigência do contrato de trabalho e na demissão de seus empregados;

21.1.20. Manter seu pessoal orientado para usar o uniforme conforme estabelecido;

21.1.21. Manter seu pessoal identificado, por meio de crachá, com fotografia recente, contendo a razão social da Contratada, nome e categoria profissional;

21.1.22. Manter a disciplina no local dos serviços, zelando pelo respeito e cortesia no relacionamento entre colegas, com os usuários e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, além de cumprir as normas de segurança da Administração e as normas de segurança e medicina do trabalho, substituindo, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após notificação, qualquer empregado cuja conduta seja considerada inconveniente pela Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

21.1.23. Impedir que os profissionais que cometam faltas disciplinares, qualificadas de natureza grave, previstas no art. 482 da Consolidação das Leis do trabalho - CLT, e, nos demais casos similares, sejam mantidos ou retornem às instalações do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na condição de prestadores de serviços;

- 21.1.24. Suprir toda e qualquer falta no posto de serviço por profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos, no prazo de até 2 (duas) hora, após o horário de início dos serviços. O substituto deverá cumprir os mesmos requisitos exigidos para o preenchimento do posto de serviço.
- 21.1.25. Manter nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins cadastro de profissionais, atualizado, de forma que o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins possa verificar, a qualquer tempo, a conformidade dos requisitos exigidos para preenchimento do posto a ser ocupado;
- 21.1.26. Remunerar o substituto com o salário devido ao profissional substituído, recolhendo-se os encargos correspondentes e previstos contratualmente; e
- 21.1.27. Preencher o posto vago após autorização do gestor do contrato, sob pena de glosa do valor correspondente ao período que o posto permaneceu desocupado, bem como, aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.
- 21.1.28. Supervisionar e orientar seus empregados, mantendo entendimentos com o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, visando o fiel desempenho das atividades, observando sempre os critérios de qualidade a serem prestados;
- 21.1.29. Orientar seus funcionários alocados nos postos de trabalho a:
- a) Não permanecer em grupos conversando com visitantes, colegas ou funcionários, durante o horário de expediente, sobre assuntos diversos às atividades exercidas no posto de serviço; e
 - b) Apresentar-se ao local de prestação dos serviços devidamente asseados, barbeados, unhas e cabelos cortados, e os cabelos presos ou curtos.
 - c) Observar conduta adequada na utilização dos equipamentos e ferramentas, objetivando a perfeita execução dos serviços.
 - d) Encaminhar ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins a relação dos empregados que usufruirão férias no período subsequente, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;
 - e) Obedecer às normas relativas a acidentes de trabalho, responsabilizando-se por todos os encargos decorrentes do sinistro, inclusive fazendo seguro se as normas exigirem;
 - f) Tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados, assumindo todas as responsabilidades daí decorrentes;
 - g) Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
 - h) Acatar todas as orientações do setor competente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, inclusive quanto à frequência diária dos empregados da Contratada, visando comprovar o atendimento da escala de distribuição de pessoal, bem como do efetivo contratado, devendo também, prestar todos os esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas;
- 21.1.30. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, não eximirá a Contratada de total responsabilidade pela má execução dos serviços objeto do contrato;
- 21.1.31. Não transferir a outrem os serviços ora contratados, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- 21.1.32. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização do contrato a ser firmado, cuidando imediatamente das providências;
- 21.1.33. A Contratada responderá por danos ou desaparecimento de bens materiais, de acordo com o art. 120, da Lei nº 14.133/21 e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto, a terceiro ou ao próprio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, desde que fique comprovada a responsabilidade;
- 21.1.34. Pagar, **até 5º dia útil do mês subsequente**, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal, todos os encargos decorrentes, exibindo, sempre que solicitado, as respectivas comprovações. O descumprimento ensejará o direito de retenção de seus créditos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- 21.1.35. Efetuar o pagamento dos salários via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- a) Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
 - b) Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

- 21.1.36. Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora;
- 21.1.37. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 21.1.38. Prestar esclarecimentos ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços licitados;
- 21.1.39. Apresentar nota fiscal mensalmente, em conjunto com toda documentação exigida pela fiscalização do contrato e no Termo de Referência;
- 21.1.40. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;
- 21.1.41. Sujeitar-se às disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.070, de 11/09/1990, no que couber;
- 21.1.42. Manter, por si, por seu preposto e empregados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- 21.1.43. Manter durante toda a sua execução, preposto que tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, o qual deverá ainda orientar os profissionais alocados nos postos de trabalho para:
- a) não permanecer em grupos conversando com visitantes, colegas ou funcionários, durante o horário de trabalho, sobre assuntos diversos da atividade exercida no posto de serviço;
 - b) utilizar o telefone exclusivamente para o serviço. Em caso excepcional de ligações particulares, o valor das mesmas deverá ser ressarcido ao Tribunal de Justiça;
 - c) ser pontual no horário de trabalho;
 - d) tratar com urbanidade as pessoas;
 - e) apresentar-se devidamente uniformizado e asseado;
 - f) portar em lugar visível e acima da cintura o crachá de identificação;
 - g) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do contrato.
- 21.1.44. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado;
- 21.1.45. Comunicar ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, formalmente, com no mínimo 120 (cento e vinte) dias de antecedência, contados da data limite da vigência do contrato, o desejo de não o prorrogar;
- 21.1.46. Apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, comprovante de cadastramento de seus empregados no PIS/PASEP;
- 21.1.47. Providenciar treinamentos e reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados;
- 21.1.48. Autorizar, por meio de declaração, no momento da assinatura do contrato, o Tribunal de Justiça do Tocantins a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos termos das Resoluções CNJ nº 651 de 29 de setembro de 2025; nº 183 de 24 de outubro de 2013 e n.º 248 de 24 de maio de 2018 e as estipuladas no termo;
- 21.1.49. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando não for possível realizar o pagamento diretamente aos empregados;
- 21.1.50. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 21.1.51. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

a) Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

b) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto as questões arroladas no artigo 134 da Lei 14.133/21.

21.1.52. Comprovar os pagamentos referentes aos recolhimentos das Contribuições Sociais (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês anterior da prestação dos serviços faturados e compatíveis com o efetivo declarado, na forma do parágrafo 4º do art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995;

21.1.53. Entregar planilha-mensal que conterá os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, os dias efetivamente trabalhados, horas extras trabalhadas, férias, licenças, faltas, ocorrências.

21.1.54. Atender as disposições relacionadas à solicitação da abertura de conta – depósito vinculada bloqueada para movimentação no prazo estabelecido no Termo de Referência.

21.1.55. Conforme a Resolução nº 07/2005 do CNJ, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

21.1.56. A CONTRATADA deverá fornecer aos funcionários, gratuitamente, EPI – equipamento de proteção individual – sempre que houver necessidade de proteção da saúde e integridade física do trabalhador contra riscos de acidentes do trabalho e/ou doenças profissionais e do trabalho, em observância aos preceitos da Norma Regulamentadora nº 6, da Portaria nº 3.214/78, a saber:

a) adquirir o tipo de EPI adequado à atividade do empregado;

b) fornecer ao empregado somente EPI com Certificado de Aprovação, fornecido pelo Ministério do Trabalho e da Administração e de empresas cadastradas no Departamento Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador;

c) treinar o trabalhador sobre o uso adequado do correspondente EPI;

d) tornar obrigatório o seu uso;

e) substituí-lo, imediatamente, quando danificado ou extraviado;

f) responsabilizar-se pela sua higienização e manutenção periódica;

g) comunicar ao Ministério do Trabalho e da Administração qualquer irregularidade observada no EPI.

h) O fornecimento de EPI deverá ser realizado contra recibo firmado pelo trabalhador, o qual se comporá de ficha individual de fornecimentos de EPI's, onde constarão, de forma discriminada, todos os equipamentos entregues. No caso de EPI's com fornecimento contínuo, admite-se o registro de forma sintética, semanal ou mensal da mesma forma.

i) Todos os profissionais, quando nas dependências do Poder Judiciário Tocantinense, deverão estar uniformizados e usando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados.

j) O EPI é de uso obrigatório e individual, não se admitindo a utilização compartilhada ou coletiva.

k) A Contratada deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os itens nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços.

l) As ferramentas e equipamentos previstos para entrega no início do contrato deverão ser substituídos, em caso de necessidade, no decorrer da execução contratual.

21.1.57. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;

21.1.58. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo CONTRATANTE;

21.1.59. Dar integral cumprimento a sua proposta, a qual passa a integrar este instrumento, independentemente de transcrição;

21.1.60. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional contratada, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outra empresa a responsabilidade por problemas na prestação do objeto.

- 21.1.61. Responsabilizar-se por todos os recursos e equipamentos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com ferramentas, equipamentos, seguros, impostos, taxas, encargos e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto;
- 21.1.62. Submeter à avaliação do CONTRATANTE, obrigatoriamente, acervo técnico de profissional que, por qualquer razão, venha a substituir funcionário do quadro já aprovado para realização dos serviços;
- 21.1.63. Implantar adequadamente o plano de manutenção, incluindo metas, metodologia, cronograma, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz;
- 21.1.64. O Responsável Técnico reportar-se-á, sempre que houver necessidade, diretamente à FISCALIZAÇÃO do Contrato e deverá tomar todas as providências pertinentes, para que sejam corrigidas quaisquer imperfeições, defeitos e/ou falhas detectadas na execução dos serviços contratados;
- 21.1.65. Executar os serviços objeto do Contrato com zelo, efetividade e de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo CONTRATANTE;
- 21.1.66. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste documento, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos equipamentos, ferramentas e utensílios;
- 21.1.67. Cumprir os prazos estipulados pelo fiscal do Contrato. Caso haja necessidade de maior prazo, a CONTRATADA deverá formalizar imediata comunicação ao CONTRATANTE, justificando as causas e propondo novos prazos, que poderão ser aceitos ou não pelo fiscal do Contrato;
- 21.1.68. Conhecer as especificações técnicas e todas as instalações e equipamentos que serão mantidos e reparados durante a vigência do Contrato, uma vez que a CONTRATADA procedeu à minuciosa vistoria executando cada levantamento necessário ao desenvolvimento de seu trabalho, de modo a não ter incorrido em omissões as quais jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços;
- 21.1.69. Responder por e corrigir prontamente todos os problemas, vícios, falhas e defeitos percebidos na execução dos serviços contratados, bem como refazer ou adequar quaisquer serviços impugnados pela FISCALIZAÇÃO, sem qualquer ônus adicional para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- 21.1.70. Comunicar ao Fiscal, **por escrito**, sempre que verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrências, que possam vir a prejudicar o cumprimento dos serviços;
- 21.1.71. Fornecer e assumir inteira responsabilidade pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, equipamentos, acessórios, ferramentas, utensílios, componentes, necessários ao perfeito cumprimento dos serviços;
- 21.1.72. Fazer cumprir e assumir inteira responsabilidade pelo cumprimento, por parte de seus técnicos e empregados, de todas as normas internas e disciplinares determinadas pelo CONTRATANTE, em especial das normas relativas à segurança do edifício onde serão executados os serviços e das Normas de Higiene e Segurança no Trabalho;
- 21.1.73. Manter sempre a disciplina nos locais dos fornecimentos e de realização dos serviços, bem como substituir, sempre que demandado pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer técnico ou empregado cuja conduta, atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público, além de impedir, também, qualquer futuro retorno dessa pessoa às dependências das unidades do Poder Judiciário, na condição de funcionário ou prestador de serviços da CONTRATADA;
- 21.1.74. Executar os serviços sempre de acordo com as recomendações dos fabricantes e em obediência às normas técnicas e regulamentares expedidas pelos órgãos competentes, bem como às normas da ABNT atinentes ao assunto;
- 21.1.75. Cumprir os postulados legais e normas, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, relativos à segurança tanto dos seus técnicos e empregados quanto dos usuários finais dos serviços e produtos contratado;
- 21.1.76. Instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 21.1.77. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 21.1.78. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

22.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

22.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação;

22.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;

22.1.3. Proporcionar condições para a execução do serviço objeto deste contrato;

22.1.4. Assegurar os recursos necessários para custear as despesas deste contrato, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;

22.1.5. Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução deste contrato;

22.1.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato;

22.1.7. Rejeitar os serviços que não atendam especificações e aos requisitos mínimos constante deste contrato;

22.1.8. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

22.1.9. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

22.1.10. Zelar para que, durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da empresa contratada, bem como, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

22.1.11. Acompanhar a execução dos serviços, verificando se a rotina e a frequência estão sendo atendidas, conforme este Termo de Referência;

22.1.12. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas;

22.1.13. Observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, exigindo todos os documentos de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

22.1.14. Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada nas suas dependências, desde que devidamente identificados, para a execução dos serviços contratados;

22.1.15. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, e exigir correção imediata, sob pena de suspensão do contrato a ser firmado, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos;

22.1.16. Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado da Contratada que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização, ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;

22.1.17. Comunicar oficialmente à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do serviço, bem como quaisquer falhas de qualquer natureza grave;

22.1.18. Verificar, em relação aos empregados da Contratada, o atendimento dos requisitos mínimos de qualificação profissional exigidos, solicitando substituição, se for o caso;

22.1.19. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada quando a legislação dispuser;

22.1.20. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pelo fiscal e gestor do contrato e autorizada pela Diretoria de Infraestrutura e Obras, desde que observado o limite da legislação trabalhista;

22.1.21. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na Contratada;

c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distinta daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

d) Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio Tribunal ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

22.1.22. Interromper, incontinenti, os serviços que apresentarem irregularidades em sua prestação, comunicando o fato imediatamente à CONTRATADA, bem como qualquer eventual ocorrência de relevo relacionado com o mesmo.

22.1.23. Notificar a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos equipamentos e ferramentas fornecidos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

22.1.24. Comunicar imediatamente a CONTRATADA qualquer incorreção apresentada com o objeto.

22.1.25. Caso necessário, acatar e por em prática as recomendações feitas pela CONTRATADA no que diz respeito às condições, ao uso e ao funcionamento dos equipamentos.

22.1.26. Recusar qualquer serviço cuja qualidade não se revista do padrão desejado, bem como equipamento que não atenda satisfatoriamente aos fins a que se destinam. Nesse caso, a CONTRATADA deverá retirá-los das dependências do CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. Os serviços rejeitados deverão ser refeitos pela CONTRATADA sem nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE.

22.1.10. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

I - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;

III - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;

IV - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

V - demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto desta contratação;

VI - prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

23.1. A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

23.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

23.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses no subitem 23.1.1 que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 23.1.1, 23.1.2 ou 23.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

23.1.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

23.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

23.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato;

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento deste contrato.

23.1.8. A não apresentação da documentação prevista no item 13.2, da Cláusula Décima Terceira deste contrato, ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a CONTRATADA à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade:

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 23.1.4.

23.1.10. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos subitens anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes no subitem 23.1.14 e sem prejuízo das demais sanções;

23.1.11. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 23.1.5 e 23.1.10, desta cláusula, a critério do CONTRATANTE, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

23.1.12. Ressalvadas as penalidades do inciso I do item 23.1.4, o somatório das demais multas previstas nesta Cláusula não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato ou de 1/12 do valor total;

23.1.13. A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no subitem anterior poderá ensejar a extinção unilateral deste contrato;

23.1.14. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

23.1.15. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

23.1.16. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no item 23.1.14 desta cláusula;

23.1.17. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária.

23.1.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO:

24.1. O presente Instrumento poderá ser extinto:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;

b) Consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

24.2. No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

24.3. Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:

24.3.1. Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

24.4. Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:

I - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO:

25.1. O presente contrato fica vinculado aos autos 25.0.000016555-0.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS:

26.1. O presente Instrumento, inclusive quanto aos casos omissos, regula-se pela Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD; pela Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

26.2. Os casos omissos pertinentes à LGPD deverão ser submetidos ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais, o qual apresentará proposta de solução à Presidência deste Tribunal de Justiça.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

27.1. Este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e vigência de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do prazo de garantia.

27.2. A divulgação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP é condição indispensável para a sua eficácia, conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

27.3. O contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, em caso de interesse das partes, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 72 da Instrução Normativa TJTO nº 4/2023 e art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

27.4. Quando da prorrogação, antes da formalização do Termo Aditivo, a Contratante poderá atestar a vantagem econômica do contrato a fim de dar continuidade ou não a vigência deste.

27.5. Nos termos do Acórdão nº 1186/2017 - Plenário TCU, a parcela mensal a título de Aviso Prévio Trabalhado (APT) será no máximo de 1,94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação contratual, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei nº 12.506/2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DAS VEDAÇÕES:

28.1. É vedado à CONTRATADA:

28.1.1. Veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do CONTRATANTE;

28.1.2. Ceder os créditos ou sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros;

28.1.3. Caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;

28.1.4. Subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato, salvo com anuência do CONTRATANTE e apenas nas hipóteses autorizadas pela Lei nº 14.133/2021;

28.1.5. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO:

29.1. A publicação resumida deste contrato no Diário da Justiça Eletrônico – DJE será providenciada pelo CONTRATANTE.

29.2. O CONTRATANTE também promoverá a publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, condição indispensável para sua eficácia, conforme o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, ACESSIBILIDADE E RESPONSABILIDADE

30.1. A pretensa contratação atenderá as recomendações do Plano de Logística Sustentável do Tribunal.

30.2. A Contratada tem a obrigação de adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, sempre que aplicáveis, tais como:

- a) adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme Instrução Normativa nº 1, de 19.1.2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão -SLTI/MP;
- b) observância da Resolução nº 20, de 1994, do Conselho Nacional de Meio Ambiente -Conama, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- c) fornecimento, aos empregados, dos equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços;
- d) realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica e de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- e) separação dos resíduos recicláveis descartados pelo TJ;
- f) destinação adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução nº 401, de 4 de novembro de 2008, do Conama; respeito às Normas Brasileiras-NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- g) orientar seus empregados para realizar os serviços procurando reduzir o consumo de energia elétrica, o consumo de água e a produção de resíduos sólidos;
- h) observar as orientações do Tribunal para a correta separação dos resíduos recicláveis;
- i) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- j) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- k) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para promover o uso racional de água, na forma das diretrizes municipal estadual;
- l) respeitar as Normas Brasileiras - NBR da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), além de outras publicadas sobre resíduos sólidos;
- m) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como os listados a seguir, observando as seguintes ações: pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos - devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
- n) lâmpadas fluorescentes, halógenas e reatores, devem ser separados e condicionados em recipientes adequados para destinação específica;
- o) frascos de aerossóis em geral e recipientes de tintas - devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica, ambientalmente adequada.
- p) outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificada sua exigência.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS:

31.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a realizar o tratamento dos dados pessoais de acordo com todas as bases legais e regulamentares de proteção de dados aplicáveis, sobretudo em observância aos direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural no que concerne ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

I - por dados pessoais entendam-se todas as informações relacionadas à pessoa física identificada ou identificável;

II - por tratamento, recorra-se ao Art. 5º, X, da LGPD, que assim define como sendo qualquer operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação,

utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

31.2. O tratamento de dados pessoais pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA se dará conforme as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, da Portaria nº 1864, de 30 de julho de 2021, que institui a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, bem como conforme as orientações e regulamentações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD e de outros diplomas legais aplicáveis.

31.3. A finalidade do tratamento de dados:

I - deve estar em conformidade com o objeto do contrato e legalmente respaldada, respeitando-se as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados e da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, os princípios da Administração Pública e os demais diplomas legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

31.4. No caso de necessidade de obtenção do consentimento do titular dos dados pessoais para que se dê o tratamento pela CONTRATADA, este se dará apenas após aprovação do CONTRATANTE, o qual poderá ficar responsável pela obtenção do consentimento perante o titular dos dados.

31.5. Responsabilizam-se as partes pela gestão dos dados pessoais necessários à realização das finalidades especificadas no item 31.3, vedado o seu compartilhamento ou utilização para outra finalidade aqui não contemplada.

31.6. Os sistemas ou qualquer outro meio que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais em razão deste contrato celebrado entre CONTRATANTE e CONTRATADA, devem estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas, a fim de garantir efetiva proteção a estes.

31.7. As medidas de segurança adotadas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, a fim de proteger os dados pessoais objeto de tratamento, devem ser adequadas para evitar a sua destruição, perda, alteração, divulgação, acesso não autorizado ou demais incidentes de segurança.

31.8. Os dados pessoais aos quais as partes do contrato tiverem acesso serão tratados em seus respectivos ambientes.

31.9. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais objeto de tratamento em razão deste contrato, ressalvadas as hipóteses legais ou expressamente previstas no próprio contrato.

31.10. Responderão rápida e adequadamente CONTRATANTE e CONTRATADA às solicitações de informação da contraparte relacionadas ao tratamento dos dados pessoais.

31.11. Em caso de incidente envolvendo dados pessoais, tais como perda, alteração, acesso não autorizado, destruição, entre outros, CONTRATANTE e CONTRATADA informarão ao gestor do contrato e ao preposto ou representante da CONTRATADA imediatamente a ocorrência do incidente.

31.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, CONTRATANTE e CONTRATADA interromperão o tratamento imediatamente, salvo expressa disposição em contrário, e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminarão completamente tais dados armazenados ou os entregarão ao CONTRATANTE, conforme o caso, ressalvada a necessidade de mantê-los para cumprimento de obrigação legal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DO CONSENTIMENTO:

32.1. Nas hipóteses em que o consentimento do titular dos dados pessoais seja necessário para o tratamento, observar-se-á o disposto no item 31.4.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – DA PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO:

33.1. O(A) CONTRATADO(A) declara estar ciente e comprometido(a) a cumprir integralmente a política de prevenção e combate ao assédio, à discriminação e a qualquer forma de conduta ilícita ou abusiva, conforme estabelecido na Resolução CNJ nº 351/2020, de 28 de outubro de 2020.

33.2. O(A) CONTRATADO(A) compromete-se a adotar práticas de conduta ética, respeitosa e inclusiva no ambiente de trabalho, promovendo um ambiente livre de assédio moral, sexual e de qualquer outra natureza discriminatória.

33.3. Caso haja denúncia ou suspeita de conduta que viole os princípios elencados no art. 3º da Resolução CNJ nº 351/2020, o(a) CONTRATADO(A) deverá comunicar imediatamente o CONTRATANTE,

colaborando com as investigações e adotando as providências necessárias para a resolução da situação, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, visando assegurar o compromisso de ambas as partes com um ambiente de trabalho ético, respeitoso e livre de qualquer forma de discriminação ou assédio, em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes do CNJ.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA- DO ENQUADRAMENTO SINDICAL

34.1. A CONTRATADA terá responsabilidade exclusiva pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

35.1. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

35.2. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

35.3. Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria:

35.3.1. É dispensada a instrução dos pleitos, reclamações e esclarecimentos indicados no item anterior quando não preenchidos os pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021, em análise escrita por parte do gestor deste contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – DO FORO:

36.1. Para dirimir todas as questões oriundas da execução do presente contrato fica eleito o Foro de Palmas - TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustados e contratados, firmam este contrato, para que surta seus efeitos legais, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

(Assinatura por meio eletrônico – SEI/TJTO)

ANEXO

MINUTA - PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR DO CONTRATO

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar e monitorar a execução de contratos celebrados entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e fornecedores de bens e/ou serviços;

CONSIDERANDO, ainda, o contrato nº ____/202__, referente ao Processo Administrativo nº _____, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a empresa _____, que tem por objeto a contratação da prestação de serviços de _____ para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) _____ - matrícula _____, como gestor(a) do contrato nº ____/202__, e o(a) servidor(a) _____ - matrícula _____, como seu substituto(a), para, conhecerem as obrigações mútuas previstas no instrumento de contratual, acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução.

Parágrafo único – Verificada a ocorrência de falta ou defeito na execução do contrato, o gestor notificará a contratada para regularização do apontamento, caso em que, não sendo atendido ou justificado, no prazo estabelecido, deverá informar à autoridade competente sobre o ocorrido em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

ANEXO III

INSTRUÇÃO NORMATIVA TJ/TO Nº 6, DE 31 DE JANEIRO DE 2023

Dispõe sobre o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o §1º do art. 12 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro);

CONSIDERANDO, diante da ausência de lei estadual específica, a pertinência de aplicação da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

RESOLVE:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece regramentos para a instauração e instrução dos processos administrativos sancionatórios e para a definição da dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Art. 2º No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, compete ao Presidente a aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO I

DAS PENALIDADES

Art. 3º As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste Capítulo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante ou a contratada:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato: Penalidade de advertência;

II - dar causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

III - dar causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 30 (trinta) dias;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 120 (cento e vinte) dias;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 60 (sessenta) dias;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato ou comportar-se de modo inidôneo: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

X - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

XI - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 60 (sessenta) meses.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do caput como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do Agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do caput como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do caput como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do caput como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DAS PENALIDADES

Art. 4º As penas previstas nos incisos do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) de sua pena-base, para cada agravante, até os limites máximos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência das seguintes situações:

I - quando restar comprovado o registro de 3 (três) ou mais sanções aplicadas à licitante ou à contratada por parte de órgão ou entidade da Administração Pública Estadual em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando restar comprovado que a licitante tenha sido desclassificada ou inabilitada por não atender às condições do edital, sendo de notória identificação a impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;

III - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

IV - quando firmada a convicção, no âmbito administrativo, que a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; ou

V - quando a conduta acarretar prejuízo material grave ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão majoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 5º As penas previstas nos incisos II a VII do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão reduzidas pela metade, observados os limites mínimos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, ou convertidas em sanções menos gravosas e desde que não tenha incidido qualquer agravante do art. 4º desta Instrução Normativa, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

I - quando restar comprovada a ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha de menor repercussão da licitante ou da contratada;

III - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído e que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovada;

IV - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório e/ou contratual, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão minoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 6º A penalidade prevista no inciso IV do caput do art. 3º desta Instrução Normativa será afastada quando ocorrer a entrega da documentação fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízo ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e sejam observados, cumulativamente:

I - a ausência de dolo na conduta;

II - que o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior a sua quarta parte;

III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação dos prazos;

IV - que não tenha sido registrada sanção aplicada à licitante por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

CAPÍTULO III

DA INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO

Art. 7º Para a aplicação de qualquer penalidade contratual é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único. Na instrução dos processos administrativos sancionatórios deverão ser observadas as formalidades e os prazos previstos nesta Instrução Normativa, nos regulamentos internos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na Lei nº 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 9.784, de 1999.

Art. 8º É dever de todo servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em especial os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato, comunicar à Diretoria-Geral acerca da ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possam se amoldar aos tipos infracionais previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Além do dever de comunicação de que trata o caput deste artigo, os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato deverão, caso seja necessário, prestar auxílio e esclarecimentos necessários à instrução do processo administrativo e ao cálculo das multas pecuniárias.

Art. 9º A partir da comunicação de que trata o caput do art. 8º desta Instrução Normativa, cumpre à Diretoria-Geral realizar a instauração e instrução formal do processo administrativo sancionatório, compreendendo:

I - a realização das notificações formais às licitantes e/ou contratadas;

II - o controle dos prazos;

III - o recebimento e análise das respostas, manifestações e alegações dos investigados;

IV - a apreciação do pedido de produção de provas;

V - a produção de relatório final conclusivo apto a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação da sanção.

Parágrafo único. Caso a conduta que motivou a instauração do processo administrativo sancionatório possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por 2 (dois) servidores efetivos, devendo ser observadas as formalidades, os procedimentos e os prazos previstos no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 10. Concluída a instrução do processo administrativo sancionatório, os autos serão submetidos ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para deliberação, observados os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 11. Após exauridos os recursos administrativos cabíveis, a Diretoria Administrativa deverá adotar as providências necessárias ao registro das sanções aplicadas nos cadastros informados no art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 12. A licitante e/ou contratada sancionada poderá solicitar a sua reabilitação à Diretoria-Geral desde que presentes e devidamente comprovados os requisitos previstos no art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO IV

DA CONSENSUALIDADE EM MATÉRIA SANCIONATÓRIA

Art. 13. No processo administrativo sancionatório instaurado para apuração de condutas praticadas durante a execução contratual e que possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, poderá ser celebrado com a contratada compromisso de ajuste de conduta nos termos do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, desde que observados os seguintes requisitos:

I - presença dos pressupostos previstos no próprio instrumento contratual;

II - que o acordo se apresente como a medida mais eficaz para o atendimento do interesse público e para a continuidade da prestação do serviço;

III - seja previsto no acordo que o afastamento da sanção dar-se-á em caráter condicional ao cumprimento integral das condições estabelecidas;

IV - haja prévia manifestação da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral antes da celebração do acordo.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins autorizar a celebração do compromisso de que trata o caput deste artigo.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. O teor desta Instrução Normativa deverá constar como anexo:

I - dos instrumentos convocatórios das licitações promovidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - dos instrumentos contratuais decorrentes de processos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário, observada a ultratividade das normas revogadas nos termos do parágrafo único do art. 16 desta Instrução Normativa.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir do dia 15 de fevereiro de 2023.

Parágrafo único. Permanecem regidos pelos atos normativos revogados em observância ao art. 15 desta Instrução Normativa, os processos administrativos sancionatórios instaurados a partir de condutas praticadas em certames e em contratações regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Desembargador JOÃO RIGO GUIMARÃES

Presidente

ANEXO IV

Estudo Técnico Preliminar nº 149/2026
PRESIDÊNCIA/DIGER/DINFR/DIVENG/SMP

1. Informações básicas

Unidade Técnica:	Serviço de Manutenção Predial - DINFRA	Data: 22/09/2025
Responsável pela Elaboração:	João Carlos Sarri Júnior, Mat. 353451 e Aline Aragão Ishizawa, matrícula 233558.	
Categoria do Objeto:	contratação de empresa para a prestação de serviços continuados, na área de manutenção predial, envolvendo os serviços de manutenção elétrica, hidráulica, refrigeração, sonorização e manutenção em geral, para atender a Sede, Anexos e Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins	

2. Descrição da necessidade da contratação

2.1. A contratação ocorre em função dos serviços serem de natureza continuada, necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições. Cabe observar que a interrupção irá comprometer a continuidade de suas atividades e a contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente. Devido à importância destes serviços e no intuito de sempre melhor atender aos pedidos de manutenção que surgem na Diretoria de Infraestrutura e Obras do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, faz-se necessária a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e instalações prediais uma vez que não se dispõe de recursos humanos no Quadro de Pessoal para realização dessa atividade.

2.2. A elaboração e a implantação de um programa de manutenção corretiva e preventiva nas edificações, além de serem importantes para a segurança e a qualidade de vida dos usuários, são essenciais para a manutenção dos níveis de desempenho ao longo da vida útil projetada.

2.3. Dar continuidade ao atendimento das demandas e solicitações de manutenção advindas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Comarcas do interior do Estado e anexos, e dos serviços de caráter periódico, preventivos ou emergenciais, suprimindo a necessidade de intervenções antecipadas, constantes e imediatas, a garantia da perfeita conservação e utilização dos imóveis e instalações e proporcionando melhores condições de utilização e conforto aos usuários e servidores do Judiciário Tocantinense.

2.4. As instalações prediais elétricas, hidráulicas, sanitárias, climatização e outras no mesmo nível de complexidade devem ser inspecionadas periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional. A falta de manutenção predial preventiva, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso os sistemas vitais ao desempenho das atividades desenvolvidas pelo Órgão.

2.5. Além da necessidade de constante manutenção preventiva, tais sistemas e equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados.

2.6. Para definição do quantitativo de postos estipulados foi utilizado como parâmetro o contrato vigente, o histórico de serviços demandados, a quantidade de prédios, bem como, a distância

existente entre os prédios ocupados pelo Tribunal, assim como o fluxo de pessoas que transitam nas suas dependências.

2.7. Atualmente se encontra vigente a contratação de empresa para a prestação de serviços continuados, na área de manutenção predial, envolvendo os serviços de manutenção elétrica, hidráulica, refrigeração, sonorização e manutenção em geral, para atender a Sede, Anexos e Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, Contrato 303/2024, com vigência até 30 de abril de 2026, o qual a empresa G A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o N° 03.637.812/0001-30, tomou a decisão de não proceder a prorrogação contratual, conforme documento (6729758), SEI n.º 23.0.000031871-0.

3. Unidade demandante

Unidade Demandante:	Diretoria de Infraestrutura e Obras	Data: 22/09/2025
Responsável pela Formalização:	João Carlos Sarri Júnior	Matrícula nº: 353451

4. Requisitos da contratação

4.1. Requisitos de qualidade

4.1.1. Os serviços prestados pela Contratada devem atender os componentes do ESG (Ambiental, Social e Governança), principalmente no que se refere às condições de trabalho dos seus funcionários;

4.1.2. A contratada deverá zelar pela saúde e segurança de seus funcionários e deverá fornecer, dentre outros, Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) durante toda a execução do contrato;

4.1.3. A contratada deverá manter os equipamentos, e utensílios e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de conservação e funcionamento, realizando a manutenção preventiva periódica (se for o caso), à fim de evitar danos e riscos às pessoas e às estruturas físicas e instalações hidrossanitárias e elétricas do Contratante;

4.1.4. A contratada deve ter profissionais qualificados e experientes nas áreas em que atua, com conhecimento adequado das melhores práticas e tecnologias relevantes, se for o caso;

4.1.5. A contratada deve ter a capacidade de cumprir prazos acordados, entregando os serviços dentro do período estipulado e dos padrões exigidos;

4.1.6. Para execução do objeto desta contratação é essencial que a contratada possua processos estabelecidos para monitorar e controlar a qualidade dos serviços executados/entregues, bem como mecanismos para corrigir eventuais problemas ou falhas;

4.1.7. A contratada deverá comunicar de forma clara, eficiente e transparente, mantendo o Contratante informado sobre o status do trabalho e quaisquer problemas ou alterações que possam surgir;

4.1.8. Por possuir natureza continuada, o serviço influencia diretamente na boa execução das atividades institucionais, necessitando de mão de obra exclusiva para sua execução, com disponibilidade para prestação do serviço no período compreendido de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, escalonando a mão de obra empregada para o serviço dentro da carga horária legal contratada, de forma a atender plenamente as necessidades da instituição no que concerne ao objeto;

4.1.9. A contratada deverá adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo órgão, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica;

4.1.10. É obrigação da contratada respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.1.11. A contratada deverá disponibilizar uniformes e equipamentos durante toda a vigência do contrato, e realizar sua substituição em função de desgaste natural provocado pelo uso e efeitos do tempo, além de falhas, em periodicidade a serem definidas nos anexos deste Estudo;

4.1.12. A Contratada deverá estabelecer horário de descanso aos seus funcionários entre a jornada de trabalho, sendo este o horário de almoço;

4.1.13. A Contratada deverá estar em conformidade com todas as leis e regulamentos aplicáveis ao setor em que atua, priorizando a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

4.1.14. Requisito de Sustentabilidade: A CONTRATADA deverá obedecer aos seguintes critérios e práticas de sustentabilidade:

a) Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

b) As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA:

b.1) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes.

b.2) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

b.3) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

b.4) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

b.5) Descarte adequado de materiais tóxicos como óleo de motor, lâmpadas fluorescentes e reatores, pilhas e baterias, etc. Sempre apresentando à CONTRATANTE a comprovação deste descarte, da forma ecologicamente correta.

b.6) Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

b.7) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.

c) A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

4.2. Elementos técnicos e mercadológicos

4.2.1. A prestação dos serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverá ter no mínimo as seguintes características técnicas e mercadológicas:

4.2.1.1. A empresa Contratada deverá comprovar aptidão para a prestação dos serviços mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito privado ou público, apresentando as características da prestação dos serviços, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por período não inferior a 2 (dois) anos, referentes a períodos sucessivos não contínuos, sendo aceito o somatório de atestados a fim de comprovar o cumprimento do período mínimo de experiência exigido neste subitem;

4.2.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, buscando avaliar competências distintas, verificando a experiência e a estabilidade da empresa no mercado, ao passo que afere a sua capacidade de gestão de pessoas, bem como de suportar os custos mínimos de administração inerentes à prestação dos serviços;

4.2.1.3. Na contratação de serviços continuados, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem preenchidos na presente contratação, conforme artigo 67, § 2º, da Lei 14.133/2021;

4.2.1.4. Será realizado o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) com o objetivo de avaliar periodicamente os serviços executados, materiais, equipamentos, uniformes, e manutenção dos equipamentos;

4.2.1.5. A avaliação periódica será executada pelo servidor responsável pela fiscalização técnica ou seu substituto. A avaliação poderá ser diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

4.2.1.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.2.1.7. Os serviços contratados deverão ser executados de acordo com as descrições de cada cargo, levando em consideração, requisitos técnicos, atribuições, perfis exigidos, periodicidades, não eximindo a Contratada da responsabilidade da execução de outras atividades atinentes ao objeto.

4.2.1.8. Os colaboradores deverão ser habilitados com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, cabendo à Contratante, por meio da fiscalização, acompanhar o desenvolvimento das atividades, indicando à Contratada, as deficiências apresentadas pelo colaborador e solicitando a capacitação ou substituição do mesmo, a depender do grau da deficiência verificada.

4.2.1.9. Os valores salariais das categorias deverão estar compatíveis com acordo/convenção coletiva de trabalho ACT/CCT a qual a empresa licitante esteja vinculada em razão de seu enquadramento sindical (Acórdão nº 2601/2020-Plenário).

4.3. Natureza da contratação

4.3.1. Quanto à natureza, o objeto pode ser definido como de natureza continuada, pois são serviços essenciais para assegurar o contínuo funcionamento das atividades do Tribunal, estendendo-se,

portanto, por mais de um exercício financeiro. Além de possuir natureza continuada, os serviços serão realizados **com dedicação exclusiva de mão de obra** e obedecerão ao disposto na IN 05 de 2017 SEGES/MPDG, especificamente o que disciplinam os arts. 15 e 17, como seguem:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

[...]

Art. 17. Os serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles em que o modelo de execução contratual exija, dentre outros requisitos, que:

I - os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;

II - a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

III - a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Parágrafo único. Os serviços de que trata o caput poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III.

4.4. Duração inicial do contrato

4.4.1. Por se tratar de prestação de serviços continuados, o contrato terá duração inicial de 5 (cinco) anos, contados a partir de sua assinatura, com possibilidade de prorrogação por igual período, caso haja interesse das partes, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme disposto no art. 72, II, da IN TJTO nº 04/2023.

4.5. Identificação de objetos que atendam os requisitos especificados

4.5.1. Em síntese, O TJTO não possui em seu quadro recursos humanos para exercer atividades administrativas de oficial de manutenção predial, eletricista, encanador, técnico de refrigeração, técnico de equipamento de áudio e vídeo e técnico de rede. Desta forma, o Poder Judiciário do Estado do Tocantins vem se utilizando de mão de obra terceirizada para executar essas atividades e atingir seus objetivos institucionais, primando sempre por uma atuação que respeite os limites legais impostos pela legislação vigente;

4.5.2 Diante das necessidades apontadas neste Estudo, ressalta-se que a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços continuados, na área de manutenção predial, envolvendo os serviços de manutenção elétrica, hidráulica, refrigeração, sonorização e manutenção em geral, para atender a Sede, Anexos e Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de uniformes e o emprego dos equipamentos necessários à execução dos serviços no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, vêm ao encontro das necessidades deste Tribunal de Justiça;

4.5.3. Prestação dos serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO): Esse tipo de contratação visa à contratação de postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, com previsão estimada de diárias para os postos de serviços contratados, para atendimento às demandas administrativas de manutenção predial em qualquer prédio ou demandas que envolva o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

4.5.4. A maior vantagem na contratação de serviços em regime de DEMO refere-se ao fato de que proporciona um maior grau de conforto e segurança aos magistrados, eficiência no atendimento/prestação, mão de obra exclusiva, e maior garantia e segurança nos serviços prestados;

4.5.5. Ante o exposto, identifica-se empresas que prestam serviços descritos neste Estudo, com fornecimento de equipamentos junto ao mercado, pois nos requisitos da contratação não são identificadas limitações específicas às quais as empresas, possíveis participantes da licitação, não estejam enquadradas ou não poderão enquadrar-se, garantindo assim ampla participação de fornecedores no certame.

5. Levantamento das soluções disponíveis no mercado para atendimento à demanda e avaliação circunstanciada de cada uma delas

5.1. Considerando diferentes fontes, bem como analisando-se contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração, além do próprio histórico de contratação dos serviços continuado de manutenção predial, pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, sustentado nas informações apresentadas neste instrumento, seja pelo número de empresas contratadas ou pela quantidade de empregados alocados na execução dos serviços, demonstra a capacidade do mercado fornecedor atender satisfatoriamente e sem nenhuma dificuldade as necessidades dos órgãos e entidades.

5.1.1. Ainda por meio da referida análise, restou-se demonstrado que a execução dos serviços que contemplam este estudo de maneira indireta, isto é, via terceirização, como vem sendo utilizado

nos últimos anos por este Tribunal, é a forma mais aplicada dentro da Administração Pública e a que melhor se adequa às presentes necessidades do órgão;

5.2. Consistindo basicamente na alocação pela empresa contratada de empregados para a execução dos serviços, ressalta-se que as contratações pretendidas não possuem exigências que dificultem os fornecedores recrutarem e contratarem as pessoas que irão desenvolver as atividades, ressaltando que a solução apresentada e descrita no item seguinte é a forma usual e já sedimentada nos órgãos e entidades públicas.

5.2.1. Não estabelecer a produtividade de referência ou os critérios de adequação dos serviços à qualidade esperada, de acordo com a unidade de medida adotada para a execução do objeto, sendo expressa pelo quantitativo físico do serviço ou por outros mecanismos capazes de aferir a qualidade, seguindo-se, entre outros, os parâmetros indicados no Instrumento de Medição de Resultado - IMR;

5.3. Destacamos abaixo as vantagens e desvantagens de soluções disponíveis, conforme a pesquisa realizada:

5.3.1. A alternativa de contratação dos serviços de manutenção predial (oficial de manutenção predial, eletricista, encanador, técnico de refrigeração, técnico de equipamento de áudio e vídeo e técnico de rede) COM o fornecimento de materiais e equipamentos foi considerada e analisada, contudo foi descartada, pois acarretaria maiores custos para o Tribunal de Justiça, não somente no quesito financeiro, na gestão de estoques e controle patrimonial.

5.4. Outra forma de contratação analisada foi a contratação por hora de serviço, contudo é uma alternativa inviável considerando as demandas corretivas constante das dependências da instituição, a quantidade de prédios que compõem a estrutura do Poder Judiciário e a utilização diária de todos os locais dos prédios, com circulação de grande número de pessoas;

5.5. Dessa forma, a melhor solução encontrada pela equipe de planejamento, a qual já vem sendo aplicada à contratações anteriores, considerando a natureza do serviço para sua adequada execução, é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção predial, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a fim de otimizar o resultado esperado, agilizar a execução dos serviços, melhorar e facilitar os processos de controle e fiscalização e minimizar os riscos de eventuais prejuízos ou perda de qualidade para o Tribunal de Justiça.

6. Descrição da solução escolhida

6.1. A solução escolhida pela equipe de planejamento deste estudo foi à contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de serviços continuados de manutenção predial, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com o fornecimento de equipamentos para a realização na execução dos serviços nas dependências do Poder Judiciário do Estado do Tocantins;

6.2. Os serviços serão contratados por posto de serviço, por haver inviabilidade e pessoal suficiente para adoção de critério de aferição de resultados, sendo observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de área e das condições do local, objeto desta contratação.

6.3. A comprovação de que a contratação produz os resultados pretendidos pela Administração, será constatada através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), do checklist da fiscalização, relatórios da fiscalização do contrato, relatórios dos serviços realizados atestados por servidores designados nas comarcas e do acompanhamento da execução dos serviços nos locais onde serão prestados, pelos respectivos fiscais setoriais;

6.4. A Contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados. Deverá ainda observar todos os aspectos necessários para o dimensionamento da solução, com base nas informações que constam neste documento, sobretudo quanto à necessidade de profissional adequado para a prestação do serviço, a dedicação exclusiva da mão de obra, a unidade de medida adotada para mensurar o serviço aos locais de execução.

6.5. JORNADA DE TRABALHO E BANCO DE HORAS

6.5.1. Os horários/escala dos postos contratados serão definidos pelo Contratante, conforme horário de funcionamento; horas excedentes deverão ser compensadas, via Banco de Horas, com compensação dentro de, no máximo, seis meses, nos termos do § 5º, art. 59 da CLT e respeitada a duração máxima da jornada estabelecida pela legislação em vigor ou por convenção, acordo ou dissídio coletivo aplicado a respectiva categoria;

6.5.2. Em nenhuma hipótese haverá pagamento de eventuais horas extras cumpridas pelo ocupante do posto de trabalho, as quais deverão ser compensadas mediante o abatimento correspondente em outro dia útil de expediente regular da Contratante, conforme escala acordada entre o Fiscal do contrato e a empresa contratada;

6.5.3. Para fins de compensação via Banco de Horas, a Contratada deverá apresentar acordo individual escrito, devidamente assinado pelas partes (Contratada e empregado). Tal medida se justifica em razão das atividades eventuais que poderão ser realizadas em feriados e finais de semana.

6.6. POSTOS A SEREM CONTRATADOS

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	NÚMERO DE PROFISSIONAIS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
01	Oficial de Manutenção Predial	05	44 horas
02	Eletricista de Manutenção	05	44 horas
03	Técnico de Equipamento de Áudio/Video	04	44 horas
04	Encanador	03	44 horas
05	Técnico de Refrigeração e Climatização	07	44 horas
07	Técnico de Rede Estruturado	02	44 horas
Total Geral		26 postos de serviços	

6.6.1. A contratação de serviços continuados de operação, manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, dos equipamentos e das instalações, que compreenderá o fornecimento de mão de obra, envolvendo os serviços de manutenção elétrica, hidráulica, refrigeração, sonorização e manutenção em geral, para atender as necessidades da sede, anexos e comarcas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, envolve a alocação, pela Contratada, de mão de obra capacitada para:

6.6.1.1. **Oficial de Manutenção Predial:** Execução de serviços artesanais diversos, além de auxílio à execução de serviços de mecânica, elétrica, hidráulica, soldas e outros, respeitadas as limitações inerentes à sua formação profissional, visando ao atendimento das necessidades do contrato.

6.6.1.2. **Eletricista de Manutenção:** Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de instalações, inspeção de sistemas e quadros elétricos, verificação do estado, instalação e realização de troca de lâmpadas, luminárias, reatores, eletrocalhas, eletrodutos, dutos, interruptores, tomadas e disjuntores, passagem de cabos por condutes, e demais componentes do sistema elétrico da instalação, visando ao atendimento das necessidades do contrato.

6.6.1.3. **Técnico de Equipamento de Áudio/Video:** avaliar, projetar e montar sistemas de sonorização ambiente e externa (PA's); conhecimento dos equipamentos, finalidade e utilização; conhecimento de eletrônica para reparos e manutenção; conhecimento aprofundado na área de computação; executar gravações de sessões do Pleno, Câmaras e Tribunais do Juri, executar outras tarefas correlatas.

6.6.1.4. **Encanador:** Execução de serviços de montagem, ajustes, instalação e reparo de encanamentos, tubulações, aparelhos sanitários, caixas de descargas, testes e consertos da rede hidráulica, incluindo canalizações, válvulas, registros e outros componentes do sistema hidráulico, visando ao atendimento das necessidades do contrato.

6.6.1.5. **Técnico de Refrigeração e Climatização:** Instalar e dar manutenção em aparelhos de ar condicionado e ventilação, calefação, refrigeração, regulação de temperatura e secagem, orientando-se por desenhos, esquemas, normas e especificações técnicas e utilizando instrumentos e métodos apropriados para cooperar no desenvolvimento, fabricação, montagem, instalação, funcionamento, manutenção e reparo desses equipamentos.

6.6.1.6 **Técnico de Rede Estruturado:** Realizar atividades na área de telefonia e cabeamento de redes estruturada, Montagem de infraestrutura, Lançamentos de cabos metálicos, Conexão de tomadas lógicas, Certificação de cabos UTP e fibra óptica; Monitoramento e suporte ao usuário da rede de dados e voz; Emissão de relatórios; Manutenção preventiva e corretiva na rede de dados e voz; Configuração de ativos de redes; Conhecimento da norma de cabeamento estruturado para edifícios comerciais e para data centers (ABNT NBR 14565) e Conhecimento da norma de cabeamento estruturado para residências (ABNT NBR 16264).

6.6.2. Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, uma vez que todas as atividades a serem desenvolvidas se darão por profissionais cujas categorias são reconhecidas legalmente e estão relacionadas na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, estando disponível a qualquer tempo, em um mercado próprio e estável, composto por diversas empresas cujos serviços são comparáveis entre si, de modo que permite a decisão de aquisição com base no menor preço a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

6.7. PREPOSTO

6.7.1. A Contratada deverá indicar, mediante declaração, um preposto, aceito pela fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-lo administrativamente, sempre que for necessário. O preposto deverá estar apto a esclarecer e sanar as questões relacionadas aos serviços prestados, fornecimento de equipamentos, banco de horas e suas compensações, fornecimento e substituição dos uniformes, substituição imediata de funcionários, dentre outras demandas que se fizerem necessárias durante a execução do contrato e que careçam da atuação do representante/preposto da empresa contratada;

6.7.2. Tendo como objetivo a diminuição dos custos administrativos, a Contratada poderá designar como preposto, um empregado ocupante do posto de serviço para cada local de prestação dos serviços, onde não houver a previsão de postos de serviços de encarregado;

6.7.3. A Contratada orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas de Segurança e Medicina do Trabalho;

6.8. EPI'S e EQUIPAMENTOS

6.8.1. Será obrigatório o uso de EPI's pelos empregados da contratada alocados para execução do serviço quando as atividades a serem desenvolvidas o exigirem;

6.8.2. Para todos os serviços que apresentem algum risco à saúde ou à integridade física do funcionário, a contratada deverá disponibilizar equipamentos, acessórios de proteção e treinamentos necessários a afastar/mitigar os referidos riscos de acordo com a atividade a ser executada, devendo estes estarem em conformidade com as normas regulamentadoras vigentes;

6.8.3. Os equipamentos de proteção individual, os quais deverão ser fornecidos ao trabalhador pela empresa contratada, deverão estar em conformidade com os critérios e normas de segurança do trabalho;

6.8.4. Cabe à contratada considerar em sua proposta a relação de quaisquer outros equipamentos e EPIs de que necessite para a correta prestação dos serviços, ficando a contratada obrigada ao fornecimento tempestivo ao início da execução, de acordo com as necessidades e qualidades definidas nas normas a que se vinculam;

6.8.5. Devem ser fornecidos EPI's com o devido Certificado de Aprovação de Equipamentos de Proteção Individual;

6.8.6. A empresa Contratada deverá fornecer itens de proteção e segurança em caso de pandemia, epidemia ou endemia conforme orientações dos órgãos de saúde estadual e federal;

6.8.7. A Contratada deverá cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como as Normas Regulamentadoras na área de Medicina e Segurança do Trabalho;

6.8.8. No início da prestação dos serviços a Contratada deverá disponibilizar ao colaborador os equipamentos de acordo com cada função, realizando a substituição destes sempre que apresentar algum dano que comprometa a sua utilização;

6.8.9. No tocante a(os) equipamento(s)/ferramenta(s) que se fizer(em) necessário para a execução de serviços esporádicos, em especial, equipamento(s)/ferramenta(s) que não ficarão a disposição integral do contratante, este(s) não foram descrito(s)/relacionado(s). Contudo, caberá à contratada, fornecer tempestivamente, quaisquer equipamento(s)/ferramenta(s) necessário para a correta prestação dos serviços, ficando a contratada obrigada ao fornecimento de acordo com as necessidades e definição nas normas a que se vinculam;

6.8.10. A modelagem proposta nesta contratação objetiva atingir os melhores resultados a partir da prestação de serviços;

6.9. UNIFORMES E CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO

6.9.1. Os empregados da Contratada deverão apresentar-se diariamente devidamente uniformizados e portando crachá de identificação a ser fornecido pela Contratada;

6.9.2. O primeiro conjunto de uniforme deverá ser entregue no início da prestação dos serviços. A quantidade e as especificações dos uniformes a serem fornecidos pela Contratada estão descritos no Anexo I do TR. Os uniformes deverão obedecer às quantidades e periodicidade definidas pelo Contratante, de acordo com os termos do referido Anexo;

6.9.3. Todos os itens do conjunto de uniforme estarão sujeitos à prévia aprovação do Contratante e, a pedido deste, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações constantes no Anexo I;

6.9.4. Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto a tecido, cor, modelo, desde que previamente aceitas pela fiscalização, que analisará a pertinência de acordo com o tipo de atividade e clima da região;

6.9.5. O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de serviço;

6.9.6. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, deverá ser acompanhada do original para conferência, e enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega;

6.9.7. A relação e o quantitativo são meramente estimativos, podendo ser necessárias maior ou menor quantidade para a perfeita execução contratual durante toda a sua vigência, sem que isso implique em aumentos nos custos do Contratante.

6.10. BENEFÍCIOS SUPLEMENTARES - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO TRANSPORTE

6.10.1. O vale-transporte constitui benefício que o empregador antecipará ao trabalhador para a utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa (art. 107 do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021);

6.10.2. É de responsabilidade da empresa contratada, garantir o transporte dos empregados para os respectivos postos de trabalho, mediante fornecimento de vales-transportes, conforme disposto na CCT registrada no Ministério do Trabalho e Emprego. Para a estimativa do valor do vale transporte devem ser observados os valores de acordo com as tarifas municipais das localidades que dispõe de

transporte coletivo;

6.10.3. Caberá à contratada o pagamento de auxílio alimentação aos seus empregados, na conformidade do disposto na Convenção Coletiva de Trabalho.

6.11. CUSTO DA CONTA VINCULADA

6.11.1. A Administração utilizará a Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para retenções de encargos trabalhistas, previdenciários e outros, em observância aos termos da Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e suas alterações posteriores.

6.12. INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

6.12.1. O adicional de insalubridade e/ou periculosidade será pago somente aos trabalhadores ou seus respectivos substitutos, que forem designados pela Contratada para exercerem suas funções em local considerado insalubre e/ou perigoso, de acordo com as normas regulamentadoras vigentes.

6.12.2. Quando da comprovação por meio de laudo técnico, poderá a contratada no memento do pedido de repactuação ao contrato, solicitar a inclusão do adicional de insalubridade ou periculosidade para os postos/prédios que houver a comprovação, devendo inclusive indicar o seu grau;

6.13. HORA NOTURNA

6.13.1. Será pago hora noturna, de forma excepcional, quando os trabalhadores forem convocados a executar suas atividades em horário noturno, ou seja, durante o horário compreendido das 22 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte (art.73, § 2º, do Decreto - lei nº 5.452/43 - CLT). Essa medida visa compensar os colaboradores que, em situações extraordinárias, precisem atuar em turnos que fogem da rotina habitual.

6.14. BENEFÍCIOS TRABALHISTAS

6.14.1. A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7. Estimativa de quantidades para a contratação

7.1. Foi realizada a medição das áreas, bem como considerados os projetos dos prédios que estão em construção/reforma e a metragem referência em contratações anteriores. Para se chegar à quantidade de postos, levou-se em consideração a metragem das áreas internas e externas dos imóveis que compõem a estrutura do Poder Judiciário Tocantinense, cuja quantidade dos postos a serem contratados está descrita no subitem 1.2.1 do Termo de Referência;

7.1.1. Para cálculo do quantitativo, também foram considerados os seguintes aspectos:

7.1.1.1. Ampliação das dependências do Tribunal de Justiça, bem como dos Fóruns das Comarcas de Palmas, Gurupi;

7.1.1.2. Área interna construída;

7.1.1.3. Características específicas de cada prédio;

7.1.1.4. Quantidade de sanitários;

7.1.1.5. Quantidade de aparelhos de ar condicionados;

7.1.1.6. Atendimento às sessões dos Tribunais do Júri, Pleno, Câmaras, e aos eventos institucionais realizados em auditório e Tribunais do Júri;

7.1.1.7. Construção e ampliação de Fóruns de Comarcas do interior do estado, dentre outros.

7.2. Verificou-se a excepcionalidade, já que o perfil dos serviços demandados é continuado e difuso em suas ações, incompatível com mensuração de forma objetiva e direta, que venha a permitir uma contratação por produto ou resultado. Tais serviços pressupõem a disponibilização da força de trabalho, com dedicação integral, para apoiar as atividades do Poder Judiciário no momento da demanda.

7.3. Justifica-se, portanto, a contratação dos serviços mencionados para possibilitar a realização das manutenções preventivas e corretivas e a prestação de serviços diversos, com eficiência e eficácia por profissionais capacitados.

7.4. Para definição do quantitativo de postos estipulados foi utilizado como parâmetro o contrato vigente, o histórico de serviços demandados, a quantidade de prédios, bem como, a distância existente entre os prédios pertencentes ao Tribunal, assim como o fluxo de pessoas que transitam nas suas dependências.

7.2. Informações de contratações anteriores:

7.2.1. O Tribunal já realiza este tipo de contratação, e atualmente possui um contrato vigente conforme demonstrado na tabela abaixo:

Processo nº	Contrato nº	Vencimento	Objeto	Empresa	Ocorrências
23.0.000031871-0	303/2024 (6087974)	30/04/2026 (6800267)	Contratação da prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, dos equipamentos e das instalações, que compreenderá os serviços de manutenção elétrica, hidráulica, refrigeração, sonorização e manutenção em geral, para atender a Sede, Anexos e Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as demandas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.	G A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS - EIRELI	Não houve ocorrências
20.0.000001057-0	211/2024 (3448230)	01/11/2024	Contratação da prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, dos equipamentos e das instalações, que compreenderá os serviços de manutenção elétrica, hidráulica, refrigeração, sonorização e manutenção em geral, para atender a Sede, Anexos e Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as demandas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.	G A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS - EIRELI	Não houve ocorrências
15.0.000006849-4	139/2015 (0781725)	06/01/2021	Contratação da prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, dos equipamentos e das instalações, que compreenderá os serviços de manutenção elétrica, hidráulica, refrigeração, sonorização e manutenção em geral, para atender a Sede, Anexos e Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as demandas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.	G A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS - EIRELI	Não houve ocorrências

7.3. Memórias de cálculo e os documentos de suporte:

7.3.1. Os preços referenciais apresentados a seguir são de caráter informativo, sem qualquer efeito no julgamento das propostas, e sem a eles vincular o proponente, correspondendo aos preços que serviram de base para a escolha do tipo de solução a contratar. Tem como fonte, os contratos firmados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, descritos no subitem 7.2.1, oriundos dos últimos certames licitatórios para contratação de serviços semelhantes ao objeto deste Estudo. Registra-se a ausência de contratações similares, tendo em vista as especificações de postos de trabalho (descrição, quantitativo, dentre outros). Convém destacar que os preços apresentados estão atualizados com as respectivas repactuações previstas nos Contratos, nos moldes das normas vigentes.

8. Projeção estimada de valores da contratação

8.1. O valor estimado para esta contratação corresponde a R\$ 17.328.260,68 (dezessete milhões, trezentos e vinte e oito mil duzentos e sessenta reais e sessenta e oito centavos), conforme descrito a seguir:

Exercício financeiro	Valor anual estimado(R\$)	Metodologia utilizada
2024/2025	R\$ 2.484.225,00	Valores repactuados no processo atual
2026	R\$ 2.633.278,50	Projeção de repactuação de 6% sobre o valor do exercício de 2026
2027	R\$ 2.791.275,21	Projeção de repactuação de 6% sobre o valor do exercício de 2027
2028	R\$ 2.958.751,72	Projeção de repactuação de 6% sobre o valor do exercício de 2028
2029	R\$ 3.136.276,82	Projeção de repactuação de 6% sobre o valor do exercício de 2029
2030	R\$ 3.324.453,43	Projeção de repactuação de 6% sobre o valor do exercício de 2029
Valor estimado por 60 (sessenta) meses	R\$ 17.328.260,68	

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

9.1. A princípio, o parcelamento é a regra caso exista mais de um item em licitação, devendo cada um ser adjudicado de forma individualizada, permitindo ampliar a competitividade e que empresas distintas sejam contratadas. Excepcionalmente e de forma motivada, é possível prever o agrupamento de itens, adotando-se a adjudicação pelo preço global do grupo. Recomenda-se adotar a adjudicação por preço global de grupos de itens apenas se for indispensável para a modelagem contratual desenhada nos estudos preliminares, sempre de forma justificada.

9.2. No caso de serviços, eventual divisão em lotes considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame. Vejamos:

Súmula TCU nº 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Acórdão 1732/2009-Plenário: Diante da exigência legal da obrigatoriedade do parcelamento do objeto a ser licitado, quando observada a viabilidade técnica e econômica, cabe ao administrador público que desejar licitar um objeto sem parcelamento, trazer aos autos do processo licitatório o conjunto probatório de que o parcelamento seria inviável. Contratos realizados em um só lote costumam ter economia de escala, contudo, os ganhos decorrentes da ampliação da concorrência, não raro, igualam ou superam os decorrentes da economia de escala.

Acórdão 2407/2006-Plenário: Quando o objeto da licitação for de natureza divisível, deve ser observada a obrigatoriedade da admissão da adjudicação por itens e não pelo preço global, com vistas a propiciar a ampla participação dos licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com referência a itens ou unidades autônomas. Ao descartar o parcelamento, a instituição pública contratante deve fazer constar do processo licitatório o conjunto probatório de que o parcelamento seria inviável.

Acórdão 2006/2012-Plenário: A falta de parcelamento do objeto da licitação, em tantas partes quantas se comprovem técnica e economicamente viáveis, afronta o disposto no art. 23, §1º, da Lei 8.666/1993.

Acórdão 491/2012-Plenário: A falta de parcelamento de objeto que implique diminuição sensível de licitantes aptos a prestar parte dos serviços demandados configura violação ao comando contido no art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993.

9.3. Portanto o parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas. Por outro lado, ressalta-se ainda que o agrupamento em lote evita a celebração exacerbada de contratos o que resultaria na dificuldade de acompanhamento e no gasto excessivo de tempo com prorrogações e repactuações individualizadas, além do que evita o aumento dos custos de gestão quando comparados ao valor da contratação.

9.4. Ressalta-se que o agrupamento em lote evita a celebração exacerbada de contratos o que resultaria na dificuldade de acompanhamento e no gasto excessivo de tempo com prorrogações e repactuações individualizadas, além do que evita o aumento dos custos de gestão quando comparados ao valor da contratação.

9.5. O agrupamento em lote tem o potencial de ampliar a disputa, pois poderá aumentar o interesse das empresas em participar do certame devido ao valor agregado. Com um número maior de

participantes e uma maior disputa, a administração poderá obter melhores preços, trazendo a desejada economia de escala para a licitação.

9.6. O lote somente será adjudicado caso todos os itens estejam com seus valores adequados ao preço estimado, não havendo o risco de aceitação de preços fora dos parâmetros estabelecidos nesta licitação. Devido as características do serviço a ser contratado, que trata de serviços de gestão de mão de obra, a avaliação se pautou nos benefícios do não parcelamento do objeto ou individualização da solução.

9.7. O não parcelamento da solução é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, visto que a contratação refere-se a gestão de mão de obra, não se trata de serviços especializados. Não haverá a necessidade de gerir mais de um contrato, havendo economia, nos procedimentos da fiscalização de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre uma empresa e de recursos financeiros, pois não serão duplicadas as publicações dos eventuais resultados de julgamento da licitação, dos extratos de contrato e termos de aditamentos; e de recursos humanos.

9.8. O agrupamento em lote evita a celebração exacerbada de contratos o que resultaria na dificuldade de acompanhamento e no gasto excessivo de tempo com prorrogações e repactuações visto que o SMP conta atualmente com uma equipe reduzida de servidores. O agrupamento em lote ampliará também a disputa e o interesse das empresas devido ao valor agregado, com o maior número de participantes e uma maior disputa, será possível obter melhores preços, trazendo a economia de escala para a licitação. Os itens estão separados individualmente dentro do lote, possibilitando o controle de valores. O lote somente será adjudicado caso todos os itens estejam com seus valores adequados ao preço estimado, não havendo o risco de aceitação de preços fora dos parâmetros estabelecidos nesta licitação.

10. Contratações correlatas ou interdependentes;

10.1. As contratações públicas precisam ser pensadas de forma sistêmica e integrada. Para tanto, na etapa de planejamento faz necessário verificar a existência de correlação ou de interdependência entre eventuais contratações, as quais podem impactar, sobremaneira, a solução pretendida com a nova contratação;

10.2. Necessário esclarecer que **contratações correlatas** são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação de serviços, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. Já as **contratações interdependentes** são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, precisam ser contratadas combinadas ao objeto principal para a plena satisfação da necessidade da Administração;

10.3. No caso em apreço, considerando que o objeto deste Estudo Técnico é a prestação de serviços continuados de manutenção predial, envolvendo os serviços de manutenção elétrica, hidráulica, refrigeração, sonorização e manutenção em geral, para atender a Sede, Anexos e Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, **com dedicação exclusiva de mão de obra**, envolvendo postos de serviços de oficial de manutenção predial, eletricitista, encanador, técnico de refrigeração, técnico de equipamento de áudio e vídeo e técnico de rede, com fornecimento de materiais e o emprego dos equipamentos necessários, não há contratações correlatas ou interdependente atinente a prestação de serviço deste estudo.

11. Benefícios a serem alcançados com a contratação

11.1. A forma de contratação aqui apresentada busca: maximizar os resultados da governança administrativa; ampliar e melhorar o atendimento das demandas internas; promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas; prover o Regional de infraestrutura física adequada e gerir o orçamento que cabe à Unidade Gestora de forma eficiente e eficaz.

11.2. Com a contratação espera-se:

11.2.1. Melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais despendidos na contratação de serviços de terceirizados;

11.2.2. Economia na realização de processos licitatórios, pelo fato do contrato ser estendido por mais de um exercício e ser renovável nos termos da lei, desde que seja demonstrada a continuidade da economicidade nas renovações contratuais;

11.2.3. Zelo pelo bem sob responsabilidade da administração pública de forma eficiente e econômica, de modo a manter o funcionamento dos serviços e equipamentos de forma ininterrupta;

11.2.4. Aperfeiçoar a manutenção dos ambientes e serviços utilizados por usuários/cidadãos externos e internos de forma a melhorar da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade;

11.2.5. Facilitar a coordenação e fiscalização dos serviços.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à adequação do ambiente do órgão e a capacitação de servidores ou de empregados para a fiscalização e gestão contratual.

12.1.12.1. Para fomentar a execução dos serviços, o Tribunal de Justiça deverá promover ações necessárias para o cumprimento do contrato por parte da contratante. A título de exemplo, podemos citar:

12.1.1. Disponibilização de local físico para guarda dos materiais e equipamentos solicitados para os postos de trabalho; e

12.1.2. Promover capacitação continuada aos servidores designados para a exercer a função de gestor(a), fiscal técnico e fiscal setorial, bem como, para seus respectivos substitutos. A capacitação deverá ser específica para fiscalização de contrato de prestação de serviços terceirizados de natureza continuada, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e deverá ser oferecida a todos os servidores que atuarão no acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, lotados nas diversas unidades que compõem a estrutura do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

13. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

13.1. Em consonância com Resolução número 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ - e com a Lei 12.305/2010 iremos adotar a logística sustentável observando as formas de descarte adequadas para os produtos utilizados.

13.2. A Resolução CNJ traz no artigo 21 que: "Art. 21. As aquisições e contratações efetuadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, inclusive na execução de reformas, na locação, aquisição e manutenção predial de bens imóveis;"

13.4. A Resolução CNJ traz no artigo 20 que: " Art. 20. As unidades envolvidas no processo de contratação, em interatividade com a unidade de sustentabilidade, devem incluir práticas de gestão sustentável, racionalização e consumo consciente, que compreendam, no que couber, as seguintes etapas: IV – as formas de descarte adequado do produto ao fim de sua vida útil, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial o emprego da logística reversa na destinação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletroeletrônicos e seus componentes, e resíduos de serviço de saúde, observadas as limitações de cada município;"

13.5. Essas diretrizes estão de acordo com a lei 12305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Assim, a contratada deverá recolher as lâmpadas e luminárias inservíveis e promover a correta destinação, preferencialmente descartando em pontos específicos de coleta;

13.6. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugi va, utilizado pela contratada na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata.

13.7. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

13.8. Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada.

13.9. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

13.10. Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.

13.11. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

14. Previsão da contratação no plano de contratações anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento estratégico e, quando for o caso, com o plano de logística sustentável da Administração

14.1 A Diretoria de Infraestrutura e Obras solicitou a inclusão da demanda no plano de contratação 2026, item 182 (25.0.000008865-2).

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

15.1. Levando-se em conta as considerações realizadas no presente estudo preliminar, feitas as devidas alterações quando da elaboração do Termo de Referência por parte da equipe responsável pela formalização da demanda, entende-se ser viável a contratação, restando à Administração deste Tribunal avaliar as propostas e deliberar pela mais vantajosa o TJTO.

15.1.1. Declaramos que a solução escolhida é viável de prosseguir e ser concretizado o procedimento licitatório, com base nas informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar - ETP, pelos seguintes termos:

- a) A necessidade apontada é clara e adequadamente justificada;
- b) Está alinhada com os objetivos estratégicos do órgão ou com os programas/atividades formalmente estabelecidas para a Unidade Requisitante;
- c) As quantidades e demais exigências a contratar estão coerentes com os requisitos quantitativos e qualitativos que precisam ser atendidos para resolução da necessidade identificada;
- d) A análise de mercado demonstra haver diversas empresas nacionais capazes de prestar os serviços demandados;

- e) A escolha da melhor solução está justificada no corpo do detalhamento do estudo técnico preliminar;
- f) Os resultados pretendidos com a solução escolhida atendem aos requisitos apresentados e agregam valor em termos de economicidade, aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como melhoria da qualidade dos serviços ofertados à sociedade; e
- g) Não haverá necessidade de adequar o ambiente do órgão para contratação pretendida.

15.2. Por fim, após concluir o Estudo Técnico Preliminar aqui registrado, esta Unidade Técnica posiciona-se pela viabilidade da contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia do Socorro Barbosa Azevedo, Secretária**, em 28/04/2026, às 15:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **7105979** e o código CRC **D038AD9C**.

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - Palmas/TO, CEP 77.001-036
- <http://www.tjto.jus.br/>